

Práticas pastorais

Editora InterSaberes (Org.)



EDITORA
intersaberes



Práticas pastorais

Práticas pastorais

The logo for UNINTER, featuring a stylized crown above the word "UNINTER" in a bold, sans-serif font. The entire logo is rendered in a light, semi-transparent beige color that blends with the background.

UNINTER

Editora InterSaberes (Org.)

Conselho editorial
Dr. Ivo José Both (presidente)
Dr^a. Elena Godoy
Dr. Nelson Luís Dias
Dr. Neri dos Santos
Dr. Ulf Gregor Baranow

Editor-chefe
Lindsay Azambuja

Editor-assistente
Ariadne Nunes Wenger

Preparação de texto
Palavra Arteira Edição e
Revisão de Textos

Capa
Charles Leonardo da Silva

Projeto gráfico
Lais Galvão dos Santos

Vetores do projeto
Fotolia

Iconografia
Vanessa Plugiti Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)



Informamos que é de inteira responsabilidade da organizadora a emissão de conceitos. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora InterSaberes. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/1998 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

Práticas pastorais [livro eletrônico]/ Editora
InterSaberes (Org.). Curitiba: InterSaberes, 2015.
2 Mb; PDF

Bibliografia.
ISBN 978-85-443-0347-4

1. Comportamento humano 2. Cristianismo – Aspectos psicológicos 3. Psicologia pastoral 4. Renovação da Igreja I. Editora InterSaberes.

15-10263

CDD-253.5

1^a edição, 2015.
Foi feito o depósito legal.

Índice para catálogo sistemático:
1. Psicologia pastoral: Cristianismo 253.5



EDITORA
intersaberes

Av. Vicente Machado, 317 ∞ 14^o andar ∞ Centro
CEP 80420-010 ∞ Curitiba-PR ∞ Brasil ∞ Fone: (41) 2103-7306
www.editoraintersaberes.com.br
editora@editoraintersaberes.com.br

Sumário

1

- Psicologia pastoral, 9
- 1.1 Objeto de estudo da psicologia, 11
 - 1.2 Psicologia e história, 15
 - 1.3 A psicologia entre os gregos, 16
 - 1.4 A psicologia no Império Romano e na Idade Média, 19
 - 1.5 A psicologia no Renascimento, 21
 - 1.6 A psicologia e o autoconhecimento, 22
 - 1.7 O Espírito Santo e o aconselhamento, 24
 - 1.8 Princípios do aconselhamento pastoral, 26
 - 1.9 O aconselhamento e o discernimento espiritual, 31
- Questionário de psicologia pastoral, 34*
- Referências, 35*
- Respostas, 37*

2

- Administração eclesiástica, 41
- 2.1 Fundamentos da gestão ministerial, 46
 - 2.2 Propósitos da administração eclesiástica, 51
 - 2.3 Sistema de administração eclesiástica, 58

2.4 Requisitos de gestão da qualidade, 71

2.5 Gestão do tempo, 85

2.6 Cultura administrativa, 89

Questionário de administração eclesiástica, 90

Referências, 91

Respostas, 93

3

Missiologia, 95

3.1 Definição de termos, 98

3.2 O nascimento das missões, 99

3.3 Apóstolos missionários, 103

3.4 A prática de missões, 105

3.5 Campos missionários, 109

3.6 Suportes missionários, 114

3.7 Educação missionária, 120

3.8 A necessidade da obra missionária, 125

Questionário de missiologia, 126

Referências, 127

Respostas, 130

4

Bibliologia, 135

4.1 A Bíblia, 137

4.2 A inspiração das Escrituras, 146

4.3 O cânone das Escrituras, 150

4.4. Os idiomas originais da Bíblia, 155

4.5 Materiais utilizados para a escrita, 157

- 4.6 Manuscritos, 159
- 4.7 Traduções da Bíblia, 163
- 4.8 As traduções bíblicas para a língua portuguesa, 168
 - 4.9 A Bíblia no Brasil, 172
- Questionário de bibliologia, 176*
 - Referências, 177*
 - Respostas, 180*



- Ética cristã, 183
 - 5.1 Definição de termos, 185
 - 5.2 Diferença entre ética e moral, 187
 - 5.3 O valor da ética, 189
 - 5.4 As origens dos conceitos éticos, 192
 - 5.5 Objeto da ética em relação às outras ciências, 200
 - 5.6 A ética cristã e o relativismo, 202
 - 5.7 A ética e a Bíblia, 209
 - 5.8 Os Dez Mandamentos e seu valor ético, 215
 - 5.9 Questões éticas contemporâneas, 233
 - 5.10 A ética cristã e a psique humana, 234
 - 5.11 A ética cristã e o dinheiro, 235
 - 5.12 A ética cristã e a eutanásia, 240
 - 5.13 A ética cristã e os vícios, 241
 - 5.14 A ética cristã e o aborto, 242
 - 5.15 A ética cristã e a sexualidade, 245
 - Questionário de ética cristã, 249*
 - Respostas, 249*
 - Referências, 251*

ÚNTER

UNINTER

Psicologia pastoral

Capítulo 1¹

Sem entrarmos na apreciação das diferentes teorias psicológicas, podemos dizer que psicologia é a ciência que estuda o comportamento, principalmente, do ser humano.

Quantas vezes, no nosso dia a dia, ouvimos o termo *psicologia*? Qualquer pessoa entende um pouco dela. Poderíamos até mesmo dizer que “de psicólogo e de louco todo mundo tem um pouco”. O dito popular não é bem esse (“de médico e de louco todo mundo tem um pouco”), mas parece servir aqui perfeitamente, uma vez que as pessoas, em geral, têm a “sua psicologia”.

Fazemos uso da psicologia no nosso cotidiano, em diversas ocasiões: quando falamos do poder de persuasão do vendedor, dizemos que ele usa de “psicologia” para vender seu produto; quando nos referimos à jovem que usa seu poder de sedução para atrair o rapaz, falamos que ela usa de “psicologia”; quando procuramos

1 Todas as passagens bíblicas indicadas neste capítulo são citações de Bíblia (2002).

aquele amigo que está sempre disposto a ouvir nossos problemas, dizemos que ele tem “psicologia” para entender as pessoas.

Será essa a psicologia dos psicólogos? Certamente, não. Essa psicologia empregada no cotidiano pelas pessoas em geral é comumente chamada de *psicologia do senso comum*, mas não deixa de ser psicologia.

A psicologia se preocupa fundamentalmente com os comportamentos que individualizam o ser humano, porém, ao mesmo tempo, procura leis gerais que, com base nas características da espécie, dentro de determinadas condições ambientais, preveem comportamentos decorrentes.

O foco da **psicologia pastoral**, que abordaremos neste capítulo, é estudar a influência que o aconselhamento pastoral, baseado na Palavra de Deus, exerce no comportamento do ser humano que adquiriu o conhecimento sobre Deus e Jesus Cristo.

1.1 Objeto de estudo da psicologia

Qualquer ramo do conhecimento, para ser considerado científico, requer um objeto específico de estudo. Por exemplo: o objeto da astronomia são os astros; o objeto da biologia são os seres vivos, e assim por diante. Essa classificação demonstra que é possível tratar o objeto dessas ciências com certa distância, ou seja, é possível isolar o objeto de estudo. No caso da astronomia, o cientista-observador está, por exemplo, num observatório e o astro observado a anos-luz de distância do telescópio do observatório. Esse cientista não corre o mínimo risco de se confundir com o fenômeno que está estudando. O mesmo não ocorre com

as ciências que estudam o homem, como a psicologia, a antropologia, a economia, a sociologia e todas as ciências humanas.

Certamente, essa divisão é ampla demais e apenas coloca a psicologia entre as ciências humanas. Qual é, então, o objeto específico de estudo da psicologia?

Se dermos a palavra a um psicólogo comportamentalista, ele provavelmente dirá que o objeto de estudo da psicologia é o comportamento humano. Se a palavra for dada a um psicólogo psicanalista, ele provavelmente dirá que o objeto de estudo da psicologia é o inconsciente. Outros dirão que o objeto de estudo dessa ciência é a consciência humana, e outros, ainda, a personalidade.

Essa diversidade de objetos de estudo da psicologia é explicada pelo fato de esse campo do conhecimento ter-se constituído como área do conhecimento científico apenas muito recentemente (no final do século XIX), a despeito de existir há muito tempo na filosofia enquanto preocupação humana.

Esse fato é importante, já que as ciências se caracterizam pela exatidão de suas construções teóricas – e quando se trata de uma ciência muito recente, ela ainda não teve tempo de apresentar teorias acabadas e definitivas que permitam determinar com maior precisão seu objeto de estudo.

Outro motivo que contribui para dificultar uma clara definição de objeto da psicologia é o fato de o cientista – o pesquisador – confundir-se com o objeto a ser pesquisado. No sentido mais amplo, o objeto de estudo da psicologia é o homem e, nesse caso, o pesquisador está inserido na categoria a ser estudada. Assim, a concepção de “homem” que o pesquisador traz influencia inevitavelmente a sua pesquisa nessa ciência.

Isso ocorre porque há diferentes concepções de “homem” entre os estudiosos – uma vez que estudos filosóficos e teológicos e mesmo doutrinas políticas acabam definindo o homem à sua maneira, o cientista acaba necessariamente, vinculando-se a uma dessas crenças.

É o caso da concepção de *homem natural*, formulada pelo filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, que, em sua teoria, defende que o homem era puro e foi corrompido pela sociedade, cabendo ao filósofo reencontrar essa pureza perdida. Outros filósofos veem o homem como ser abstrato, com características definidas e imutáveis, independentemente das condições sociais a que esteja submetido (Aranha; Martins, 1986).

Para quem crê na Bíblia, fica claro que o homem é obra da criação direta de Deus, e, como ser criado, ele traz em si a inevitável marca de sua própria finitude. Há duas narrativas bíblicas sobre a criação do homem: a primeira é de natureza mais ampla, geral; a segunda fornece mais detalhes e complementa a primeira.

Na primeira narrativa, que se encontra em Gênesis (1: 26-27), está escrito:

E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a Terra, e sobre todo réptil que se move sobre a Terra. E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou.

Portanto, o homem é apresentado nas páginas das Escrituras como sendo a “imagem de Deus”. Toda a antropologia teológica tem sido construída com base nessa afirmativa bíblica, entretanto, o que de fato significa “imagem de Deus”, com referência à criação do homem? O assunto é controvertido e as

mais diferentes opiniões têm aparecido através dos séculos no contexto do pensamento cristão.

A ideia mais comumente adotada entre os teólogos cristãos é a de que a expressão *imagem de Deus* se refere à capacidade que o homem tem de exercer domínio sobre os demais componentes da natureza.

Na segunda narrativa sobre a criação do homem está escrito: “E formou o Senhor Deus o homem do pó da terra e soprou em seus narizes o fôlego da vida, e o homem foi feito alma vivente” (Gênesis 2: 7). Nessa narrativa, encontramos o primeiro elemento que desejamos salientar nessa concepção: o homem como criatura de Deus, como ser finito.

A leitura do segundo texto indica que os animais, em geral, também são almas viventes, conforme se lê: “Havendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todo o animal do campo e toda a ave dos céus, os trouxe a Adão, para este ver como lhes chamaria; e tudo o que Adão chamou a toda alma vivente, isso foi o seu nome” (Gênesis 2: 19). Assim, a segunda narrativa da criação distingue o homem dos outros animais, sobretudo por sua natureza moral, como está escrito:

E tomou, pois, o Senhor Deus o homem e o pôs no jardim do Éden, para o lavrar e guardar. E ordenou o Senhor Deus ao homem, dizendo: “De toda a árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore da ciência do bem e do mal, dela não comerás, porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás”. (Gênesis 2: 15-17)

Conforme os textos bíblicos, portanto, o homem é capaz de conhecer o bem e o mal. Sua natureza é, por isso mesmo, fundamentalmente ética. Essa condição de ser moral dá ao homem o lugar de destaque que ele ocupa na natureza e o distingue de

todos os outros seres criados existentes no mundo natural, como **imagem e semelhança** de Deus.

1.2 Psicologia e história

Toda e qualquer produção humana – uma cadeira, uma religião, um computador, uma obra de arte, uma teoria científica – tem por trás de si a contribuição de inúmeros homens, que, num tempo anterior ao presente, fizeram indagações, realizaram descobertas, inventaram técnicas e desenvolveram ideias, ou seja, por trás de qualquer produção material ou espiritual, existe a história.

Compreender em profundidade algo que compõe o nosso mundo significa recuperar a sua história. Assim o, passado e o futuro sempre estão no presente, como base constitutiva e como projeto. Por exemplo: todos nós temos uma história pessoal e nos tornamos pouco compreensíveis se não recorremos a ela e à nossa perspectiva de futuro para entendermos quem somos e por que somos de uma determinada forma.

A história pode ser mais ou menos longa para os diferentes aspectos da produção humana. No caso da psicologia, a história tem por volta de dois milênios, tempo que se refere à psicologia no Ocidente, que surgiu entre os gregos no período anterior à Era Cristã.

Para se compreender a diversidade com que a psicologia se apresenta hoje, é indispensável que sua história seja recuperada. A história de sua construção está ligada, em cada momento histórico, às exigências de conhecimento da humanidade, às

demais áreas do conhecimento humano e aos novos desafios colocados pela realidade econômica e social e pela insaciável necessidade de o homem compreender a si próprio.

1.3 A psicologia entre os gregos

Durante os séculos IX e VI a.C., o mundo grego passou por uma profunda transformação: uma ampla mudança política, social, religiosa e cultural envolvendo múltiplos fatores que não são ainda totalmente compreendidos. Por um lado, o contato comercial e cultural muito intenso com outros povos, nesse período, trouxe ao mundo grego uma variedade de ideias que passaram a ser confrontadas com o pensamento tradicional. Isso envolveu a entrada de novas concepções religiosas, políticas, filosóficas e científicas. O aparecimento de uma classe econômica poderosa, devido ao comércio, enfraqueceu a antiga aristocracia. Surgiram novos valores e uma sociedade mais aberta, com pessoas mais confiantes em seu próprio poder individual, o que causou o enfraquecimento de toda a tradição cultural e a perda do respeito pelos mitos, pela religião e pela autoridade antiga (Ávila, 1985; Berber; Luckmann, 1983; Bleger, 1984).

Tais avanços permitiram que o cidadão se ocupasse mais das “coisas do espírito”, como a filosofia e a arte. Alguns homens, como Platão e Aristóteles, dedicaram-se a compreender esse espírito empreendedor do conquistador grego, ou seja, a filosofia começou a especular sobre o homem e a sua interioridade.

Foi entre os **filósofos gregos** que surgiu a primeira tentativa de sistematizar uma psicologia. O próprio termo *psicologia* vem

do grego *psyché*, que significa “alma” ou “espírito”, e de *logos*, que significa “razão”, “estudo”. Portanto, etimologicamente, *psicologia* significa “estudo da alma”. A **alma**, ou **espírito**, era concebida como a parte imaterial do ser humano – que abarcaria o pensamento, os sentimentos de amor e ódio, a irracionalidade, o desejo, a sensação e a percepção (Dicionário Etimológico, 2015).

Os filósofos pré-socráticos (assim chamados por antecederem o filósofo Sócrates) se preocupavam em definir a relação do homem com o mundo por meio da **percepção**. Discutiam se o mundo existe porque o homem o vê ou se o homem vê um mundo que já existe. Havia uma oposição entre os **idealistas** (que defendiam que a ideia forma o mundo) e os **materialistas** (que defendiam que a matéria que forma o mundo já havia sido dada para a percepção).

Mas somente com Sócrates (469 a.C.-399 a.C.) a psicologia na Antiguidade ganhou consistência. A principal preocupação desse filósofo era com o limite que separa o homem dos animais. Dessa forma, ele postulava que a principal característica humana era a **razão**, a qual permitia ao homem sobrepor-se aos instintos, que seriam a base da irracionalidade. Ao definir a **razão** como peculiaridade do homem ou como **essência humana**, Sócrates abriu um caminho que seria muito explorado pela psicologia. Assim, as teorias da consciência são, de certa forma, frutos dessa primeira sistematização na filosofia.

O passo seguinte foi dado por Platão (427 a.C.-347 a.C.), discípulo de Sócrates. Esse filósofo procurou definir um “lugar” para a razão no nosso próprio corpo, e esse lugar definido por ele é a cabeça, onde se encontraria a **alma** do homem. A medula seria, portanto, o elemento de ligação da alma com o corpo. Esse elemento de ligação era necessário porque Platão concebia

a alma separada do corpo. Quando alguém morria, a matéria (o corpo) desaparecia, mas a alma ficava livre para ocupar outro corpo.

Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), discípulo de Platão, foi um dos mais importantes pensadores da história da filosofia. Sua contribuição foi inovadora ao postular que alma e corpo não poderiam ser dissociados. Para Aristóteles, a *psyché* seria o princípio ativo da vida. Tudo aquilo que cresce, se reproduz e se alimenta, teria a sua *psyché* ou alma. Dessa forma, os vegetais, os animais e o homem teriam alma: os vegetais teriam a alma vegetativa, que se define pela função de alimentação e reprodução; os animais teriam essa alma e a alma sensitiva, que tem a função de percepção e movimento; e o homem teria os dois níveis anteriores e a alma racional, que tem a função pensante. Aristóteles chegou a estudar ainda as diferenças entre a **razão**, a **percepção** e as **sensações**.

Portanto, 2.300 anos antes do advento da “psicologia científica”, os gregos já haviam formulado duas teorias: a platônica, que postulava a imortalidade da alma e a concebia separada do corpo; e a aristotélica, que afirmava a mortalidade da alma e a sua relação de pertencimento ao corpo.

1.4 A psicologia no Império Romano e na Idade Média²

Roma começou a se destacar mais ou menos no mesmo período em que a cidade-estado de Atenas assumiu a hegemonia na Grécia, ou seja, por volta do século V a.C. Naquela época, Roma foi robustecendo seu exército e ampliando seus horizontes. Primeiramente, submeteu seus vizinhos mais próximos, depois, derrotou os etruscos e, por fim, quase toda a Itália pagava tributos a Roma.

Os romanos amavam a **eloquência**, isto é, a arte de falar com as pessoas com belas palavras, com desenvoltura e usando frases elegantes. Os jovens da nobreza eram educados para se tornarem adultos eloquentes, uma característica importante na vida social e política romana.

Uma das principais características do período é o aparecimento e o desenvolvimento do cristianismo – uma força religiosa que se tornou a força política dominante. Mesmo com as invasões bárbaras, por volta de 400 d.C, que levaram à desorganização econômica e ao esfacelamento dos territórios, o cristianismo sobreviveu e até se fortaleceu, tornando-se a religião principal da Idade Média, período que então se iniciava.

Tratar da psicologia nesse período é relacioná-la ao conhecimento religioso, já que, ao lado do poder econômico e político, a Igreja Católica também monopolizava o saber e, conseqüentemente, o estudo do **psiquismo**. Nesse sentido, dois

2 As informações desta seção são baseadas em Ávila (1985), Berber e Luckmann (1983) e Bleger (1984).

grandes filósofos representam o período: Santo Agostinho (354 d.C.-430 d.C) e São Tomás de Aquino (1225 d.C.-1274 d.C).

Santo Agostinho, inspirado em Platão, também fazia uma cisão entre a alma e o corpo. Entretanto, para ele, a alma não era somente a sede da razão, mas a prova de uma manifestação divina no homem. A alma seria imortal por representar o elemento que liga o homem a Deus. Sendo a alma também a sede do pensamento, a Igreja passou a se preocupar também com sua compreensão.

Já São Tomás de Aquino viveu num período que prenunciava a ruptura da Igreja católica e o aparecimento do protestantismo – uma época que preparava a transição para o capitalismo, com a **Revolução Francesa** e a **Revolução Industrial**. Essa crise econômica e social levou a questionamentos sobre a Igreja e os conhecimentos produzidos por ela. Dessa forma, foi preciso encontrar novas justificativas para a relação entre Deus e o homem. São Tomás de Aquino buscou em Aristóteles a distinção entre **essência** e **existência**. Como o filósofo grego, Aquino considerou que o homem, na sua essência, busca a perfeição por meio de sua existência. Porém, introduzindo o ponto de vista religioso, ao contrário de Aristóteles, afirmou que somente Deus seria capaz de reunir a essência e a existência, em termos de igualdade. Portanto, a busca de perfeição pelo homem seria a busca de Deus.

São Tomás de Aquino encontrou argumentos racionais para justificar os dogmas da Igreja e continuou garantindo para esta o monopólio do estudo do psiquismo.

1.5 A psicologia no Renascimento³

Pouco mais de 200 anos após a morte de São Tomás de Aquino, teve início uma época de transformações radicais no mundo europeu com o **Renascimento** ou **Renascença**. O mercantilismo levou à descoberta de novas terras (a América, o caminho para as Índias, a rota do Pacífico), o que propiciou a acumulação de riquezas pelas nações em formação, como França, Itália, Espanha e Inglaterra. Na transição para o capitalismo, começou a emergir uma nova forma de organização econômica e social. Ocorreu, também, um processo de valorização do homem.

As transformações ocorreram em todos os setores da produção humana. Por volta de 1300, Dante Alighieri escreveu *A divina comédia*; entre 1475 e 1478, Leonardo da Vinci pintou o quadro *Anunciação*; em 1484, Sandro Boticelli pintou *O nascimento de Vênus*; em 1501, Michelangelo esculpiu a estátua de *Davi*; em 1513, Nicolau Maquiavel escreveu *O príncipe*, obra clássica da política.

As ciências também apresentaram um grande avanço. Em 1543, Nicolau Copérnico causou uma revolução no conhecimento humano ao mostrar que o nosso planeta não é o centro do universo. Em 1610, Galileu Galilei estudou a queda dos corpos, realizando as primeiras experiências da física moderna. Esse avanço na produção de conhecimentos propiciou o início da sistematização do conhecimento científico – começaram a ser estabelecidos métodos e regras básicos para a construção do conhecimento científico.

3 As informações desta seção são baseadas em Ávila (1985), Berber e Luckmann (1983) e Bleger (1984).

Neste período, René Descartes (1596-1659), um dos filósofos que mais contribuiu para o avanço da ciência, postulou a separação entre mente (alma, espírito) e corpo, afirmando que o homem possui uma substância material e uma substância pensante, e que o corpo, desprovido do espírito, é apenas uma máquina. Esse dualismo mente-corpo tornou possível o estudo do corpo humano morto, o que era impensável nos séculos anteriores (o corpo era considerado sagrado pela Igreja, por ser a sede da alma), e, dessa forma, possibilitou o avanço da anatomia e da fisiologia, que viriam a contribuir muito para o progresso da própria psicologia.

1.6 A psicologia e o autoconhecimento⁴

A psicologia, como ciência humana, permitiu-nos ter um conhecimento abrangente do homem. Por causa dela, sabemos mais sobre as emoções, os sentimentos e os comportamentos humanos; bem como sobre o desenvolvimento do homem e suas formas de aprender; conhecemos suas inquietações, vivências, angústias e alegrias.

Apesar do grande desenvolvimento alcançado pela psicologia, ainda há muito que pesquisar sobre o **psiquismo humano** – e tentar conhecê-lo melhor é sempre uma forma de tentar conhecer-se melhor. Por essa razão, é importante que façamos alguns esclarecimentos sobre o assunto.

4 As informações desta seção são baseadas em Ávila (1985), Berber e Luckmann (1983) e Bleger (1984).

Os conhecimentos científicos construídos pelo homem estão todos voltados para ele. Mesmo aqueles que lhe parecem mais distantes, foram construídos para permitir ao homem uma compreensão maior sobre o mundo que o cerca, e isso significa saber mais sobre si mesmo. O que estamos querendo dividir com você é que a ideia do aprendizado dos conhecimentos científicos possibilita sempre um melhor conhecimento sobre a vida humana.

A **biologia**, por exemplo, permite-nos um tipo de conhecimento sobre o homem: seu corpo, sua constituição e sua origem. A **história** possibilita-nos compreender o homem como parte da humanidade, isto é, o homem que, no decorrer do tempo, foi construindo formas de vida e, portanto, formas de ser. A **economia** abrange outro conhecimento sobre o homem, na medida em que nos ajuda a compreender as formas de construção da sobrevivência. A **psicologia bíblica** trata o homem como criação de Deus – como pecador afastado de Deus pela **desobediência voluntária** e como **objeto da graça redentora** de Deus.

Não há dúvida de que todos os conhecimentos permitem um saber sobre o mundo e, portanto, aumentam o conhecimento do homem sobre ele próprio. Entretanto, é nas páginas da Bíblia Sagrada que o ser humano pode encontrar sua verdadeira personalidade.

Jesus declarou: “Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (João 10: 10). Deus deseja que as pessoas tenham uma vida saudável e realizada, livre de confusão mental. Ele nos deu sua palavra – as Escrituras – para nossa orientação.

Os princípios da Bíblia ajudam as pessoas, não as prejudicam. Os conselhos encontrados na Palavra de Deus oferecem auxílio não somente **espiritual**, mas também **emocional** e **mental**.

À medida que crescemos em Cristo e começamos a compreender e aplicar a Palavra de Deus em nossas vidas, o Espírito Santo nos ajuda a entender nossa posição em Cristo e o que Deus fez por nós.

As pessoas que buscam as coisas do mundo para satisfazer seus desejos mais profundos (como riqueza, poder, satisfação sexual imoral etc.) se satisfazem apenas temporariamente e nunca satisfarão sua mais íntima necessidade. Só um relacionamento com Deus por meio de seu Filho Jesus Cristo pode dar plena satisfação ao homem.

1.7 O Espírito Santo e o aconselhamento

Vivemos em um dos tempos mais complicados e plenos de avanços tecnológicos que este mundo jamais viu; é crucial que os líderes da Igreja do Senhor Jesus sejam guiados pelo Espírito Santo. As pessoas são complexas e, como consequência disso, suas dificuldades e seus problemas também são complexos.

Podemos consolar outras pessoas de várias maneiras, compartilhando de sua tristeza, sendo simpáticos, encorajando-as, edificando e inspirando, e, no tocante à tristeza causada pelas privações físicas, aliviando as necessidades materiais, mas, principalmente, conferindo-lhes o conhecimento da salvação, que cura a tristeza da alma – e somente Deus pode capacitar-nos a entendê-las e ajudá-las.

Os conselheiros não cristãos desconhecem o Espírito Santo e, por isso, ignoram Sua atividade aconselhadora e deixam de

recorrer a Ele em busca de direção e poder. O aconselhamento cristão precisa ser levado a efeito em harmonia com a regeneradora e santificadora obra do Espírito. Toda a santidade flui da atividade do Espírito Santo nas vidas humanas. Todos os traços da personalidade que poderiam ser expostos diante dos homens como alvos fundamentais para o crescimento (amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio) são por Deus apresentados como fruto (isto é, resultado da obra) do Espírito. O que disso passar será apenas uma casca de justiça legalista, baseada nas obras – o que levará, invariavelmente, ao desespero, visto ser despida da vida e do poder do Espírito.

Jesus Cristo revelou que um dos ministérios do Espírito Santo é aconselhar. O Senhor disse aos seus discípulos: “E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, para que fique convosco para sempre, o Espírito da verdade, que o mundo não pode receber, porque não o vê, nem o conhece; mas vós o conheceis, porque habita convosco e estará em vós” (João 14: 16-17).

Um dos ministérios primordiais do Espírito Santo é que Ele é o conselheiro dos santos. O termo grego *paraklhtov* (*parakletos*), traduzido por “conselheiro”, que dizer: “aquele que conforta e encoraja”. Essa palavra tem uma linda conotação na língua grega. Nos tempos do Novo Testamento, referia-se a uma posição militar que existia de fato no exército romano.

O exército romano era famoso por sua grandeza militar e pela habilidade de seus soldados altamente treinados. Não obstante, não importava quão bom fosse o soldado, havia momentos em que ele precisava de encorajamento, principalmente quando havia marchado durante horas em terreno difícil e sabia que no final da marcha enfrentaria o inimigo.

Assim, para encorajar os soldados romanos, o exército era assistido pelos paracletos, homens que seguiam ao lado das tropas em marcha. Eles gritavam palavras de encorajamento para os soldados e entoavam canções de vitória enquanto marchavam. Eles fortaleciam as mãos enfraquecidas e os joelhos vacilantes.

Os paracletos (ou encorajadores) lembravam de vitórias anteriores e da fraqueza do inimigo e, com isso, animavam os espíritos dos guerreiros.

Jesus chamou o Espírito Santo de *parakletos*, ou Conselheiro que estaria conosco em todas as experiências adversas de nossas vidas. Verdadeiramente não temos motivo para temer, porque o Espírito Santo está sempre presente para nos fortalecer quando pensamos que não podemos mais prosseguir.

O Espírito Santo nos lembrará das vitórias passadas, das vezes que pensamos que iríamos perder a batalha e a vencemos simplesmente porque Ele estava do nosso lado. Ao andarmos no caminho que Deus ordenou para nossas vidas, Jesus providenciará que o Espírito Santo ande junto conosco, encorajando-nos.

1.8 Princípios do aconselhamento pastoral

Os ministros evangélicos são frequentemente chamados a aconselhar, de maneira formal ou sem formalidades. Em nosso moderno e complexo mundo, o ministro é uma pessoa que se dispõe a aconselhar e auxiliar pessoas com todo tipo de problema: tensões interpessoais, problemas sexuais e conjugais, desemprego, problemas financeiros, pobreza, questões educacionais, entre

tantos outros assuntos que são parte da vida de um conselheiro, questões que dificilmente ele poderá evitar.

Qualquer teoria ou função repousa sobre princípios. A função do aconselhamento pastoral se baseia nos princípios básicos da “**psicologia interpessoal**”, uma vez que ela trata do comportamento humano em interação. O fundamento da interação pessoal é a demonstração positiva da percepção da presença do outro; assim, para que exista interação pessoal efetiva, é necessário que as pessoas se reconheçam enquanto sujeitos na relação comunicativa. Indubitavelmente, o serviço do conselheiro é ajudar as pessoas a crescerem para descobrir suas possibilidades, levando-as a diluírem as barreiras íntimas que as impedem de se relacionar com os outros.

Ocasionalmente, se um pastor não se sentir apto a aconselhar sobre determinados problemas, o correto é que ele encaminhe as pessoas a profissionais. Naturalmente, no campo das questões “religiosas”, o ministro do Evangelho jamais poderá desistir de suas funções, não deixando o bem-estar das pessoas entregue aos cuidados de quem não entende que o principal problema do ser humano é corrigir seu relacionamento com Deus e com seu semelhante.

Em anos recentes, o aconselhamento cristão tem recebido um renovado impulso e interesse, com o surgimento de especialistas dotados de bom treinamento nesse campo de atividades. Considerável literatura também tem surgido sobre o assunto. Buscando esse aprimoramento, muitos pastores hoje se tornaram psicólogos, ou seja, “conselheiros profissionais”. Nesse caso, eles devem tomar cuidado para não promover sua Igreja ou sua denominação, embora promovam princípios bíblicos e espirituais. Em todo o seu envolvimento com a psicologia, o conselheiro

sempre deverá atribuir suprema importância à espiritualidade do homem, tratando as pessoas como almas necessitadas, e não somente perturbadas, pois o Senhor Jesus é o médico da mente, das emoções, do espírito, e não apenas do corpo.

Jay Adams, um dos mais conhecidos conselheiros cristãos da atualidade, surpreendeu-se ao descobrir, na universidade onde estudava psicologia, que a melhor técnica de aconselhamento é aquela que segue os padrões bíblicos, ou seja, fazendo os pacientes enfrentarem sua realidade moral diante de Deus, dos homens e de si mesmos. Esse método de aconselhamento é alicerçado sobre a iluminação da mente do “paciente” por meio da Palavra de Deus. Jay Adams evoca passagens bíblicas, como Romanos (15: 14), Colossenses (3: 16), entre outros, como base bíblica de sua contenção. (Adams, 1982, p. 55)

O pastor que busca aconselhar, deve dispor-se a enfrentar determinadas responsabilidades. Em primeiro lugar, ele precisa ser um homem de sólidos conhecimentos – a ignorância por trás de citações bíblicas não é de grande ajuda, por isso é aconselhável que tenha um conhecimento básico sobre o assunto, para obter êxito, assim como aqueles que se tornaram especialistas neste campo e são, assim, mais aptos para expressar idéias. O ministro do Evangelho deve estar bem informado em muitas outras áreas, sem, no entanto, jamais esquecer os requisitos de seu mais alto chamamento: o de pregador do Evangelho de Cristo.

Adicione-se a isso o fato de que um conselheiro, tal qual um médico ou um advogado, deve saber guardar segredos sempre que as pessoas aconselhadas o requererem, e, evidentemente, quando o pastor entender que seja conveniente. Também não deverá usar os casos que trata como ilustrações em seus sermões, pois com certeza as pessoas não terão dificuldade em perceber

a quem ele se refere. Ainda é imprescindível que o conselheiro entenda a linguagem das emoções e nunca devolva com hostilidade a hostilidade recebida, prestando conselhos utilizando termos aceitáveis. Além disso, ele precisa ser um exemplo de espiritualidade, a fim de que suas palavras tenham peso.

A condição básica do aconselhamento pastoral eficaz é o senso de responsabilidade entre duas pessoas em relacionamento. Cada indivíduo possui suas características pessoais, que devem ser respeitadas e aceitas pelo outro; as outras questões devem ser adaptadas. Da parte do pastor, deve haver reconhecimento de seu dever para com aquele que está solicitando ajuda; ele deve ser honesto consigo mesmo, como também com a pessoa que está sendo aconselhada. Quanto à pessoa aconselhada, deve haver o senso de responsabilidade pela sua solicitação e pelas consequências de sua busca.

Deve o pastor respeitar a integridade dos membros de sua Igreja, que em sua simplicidade buscam o socorro de seu orientador. Nem todos, certamente, precisarão de aconselhamento pastoral numa Igreja, mas os que o buscam, deverão ser animados e fortalecidos em sua fé. A maturidade espiritual do conselheiro possibilitará que ele escute com grande responsabilidade os problemas dos aflitos, porque o papel dele é o de ouvir, orientar, informar e transmitir ânimo ao aconselhado.

O conselheiro deve dar condições para que a pessoa possa se expressar, pois, desse modo, o aconselhado perceberá que o pastor está interessado em ajudá-lo. No entanto, ouvir mais e falar menos não significa ficar indiferente. Deve o conselheiro, no transcorrer do aconselhamento, fazer algumas perguntas ou mesmo adiantar algumas respostas que despertem e acentuem no aconselhado a confiança no conselheiro.

A oração é essencial no aconselhamento cristão e o pastor deverá aplicar sempre a Palavra de Deus em seus diálogos, embora possa se utilizar, igualmente, de outros recursos, com os quais deverá estar preparado a fim de poder amparar àqueles que o procuram.

Porém, trilhar esse caminho de auxílio ao outro exige uma análise crítica dos fatores que envolvem a vida da pessoa em questão. Isso pode revelar as diversas origens do problema, e por isso é necessário conhecer a mentalidade das pessoas que carecem de conselho. Se o pastor não puder determinar a causa e a natureza, por exemplo, do “nervosismo”, não poderá dar a menor orientação.

Os problemas de origens pessoais podem ser identificados na história de vida do aconselhado e têm muito a revelar sobre quem é a pessoa e como chegou a tal ponto. Identificadas as raízes das questões que afligem a pessoa, ficará mais fácil desenvolver um trabalho de acompanhamento, de cuidado pastoral, até que haja libertação dos sentimentos negativos, dos pensamentos ruins e da forma de vida que prejudica a si mesmo e aos outros.

Conhecedor da Palavra de Deus, o pastor deve saber que nem todas as pessoas são igualmente culpadas pelas suas fraquezas e faltas. Muitas fraquezas pessoais têm a sua origem nas influências do ambiente, da família e da sociedade, que contribuem para a formação da mentalidade.

Uma das principais virtudes cristãs é a prontidão em dar apoio a quem se acha atribulado. Por meio do serviço cristão, podemos fazer com que cada um perceba sua importância dentro da comunidade cristã, resgatando sua autoestima, sua autoaceitação e sua autoimagem, restabelecendo o prazer de viver e de se relacionar com outras pessoas e aprendendo a servir seu próximo.

1.9 O aconselhamento e o discernimento espiritual⁵

O termo *discernir*, do hebraico *rkn* (*nakar*) e do grego *diakrinw* (*diakrino*), quer dizer “distinguir”, “separar”, “julgar”; isto é, “fazer distinção”, “fazer separação”. O discernimento é uma capacidade do obreiro maduro, de acordo com Hebreus (5: 14): “Mas o mantimento sólido é para os perfeitos, os quais, em razão do costume, têm os sentidos exercitados para discernir tanto o bem como o mal”. O obreiro experimentado é aquele que tem as suas faculdades exercitadas na piedade e na doutrina cristã. Ele é capaz de separar, julgar, testar, distinguir ou discernir tanto o bem quanto o mal.

A responsabilidade do obreiro é muito grande. Diariamente, pessoas de todos os tipos e com os mais variados problemas vêm em busca de algum tipo de ajuda. Algumas delas estão disfarçadas de ovelhas e se misturam no meio do rebanho do Senhor, causando irreparáveis prejuízos, como disse Jesus: “Acautelai-vos, porém, dos falsos profetas, que vêm até vós vestidos como ovelhas, mas interiormente são lobos devoradores” (Mateus 7: 15). Daí, portanto, a importância do **discernimento espiritual** para o perfeito desempenho do ministério cristão, que advém da graça de Deus.

Vejamos o exemplo do que aconteceu quando Paulo e Silas evangelizavam na cidade de Tiatira:

E aconteceu que, indo nós à oração, nos saiu ao encontro uma jovem que tinha espírito de adivinhação, a qual, adivinhando, dava grande

⁵ As informações desta seção são baseadas em Japiassu (1982, 1983), Jones (1979), Keller (1972), Keller e Schoenfeld (1970).

lucro aos seus senhores. Esta, seguindo a Paulo e a nós, clamava, dizendo: “Estes homens, que nos anunciam o caminho da salvação, são servos do Deus altíssimo...” E isto fez ela por muitos dias. Mas Paulo, perturbado, voltou-se e disse ao espírito: “Em nome de Jesus Cristo, te mando que saias dela”. E, na mesma hora, saiu. (Atos 16: 13-18)

Precisamos atentar aqui para duas observações. Em primeiro lugar, Paulo e Silas buscavam um lugar para ir orar (v. 13). Essa é uma demonstração de que eles mantinham um perfeito relacionamento com Deus através da oração. Em segundo lugar, saiu-lhes ao encontro uma jovem que tinha espírito de adivinhação, a qual lhes teceu elogios dizendo: “Estes homens, que nos anunciam o caminho da salvação, são servos do Deus Altíssimo” (v. 17). Notemos que o que foi falado por intermédio daquela jovem era pura verdade, porém a procedência foi identificada pelo apóstolo Paulo como sendo maligna, pois o objetivo do espírito maligno era se esconder atrás dessa verdade para não ser identificado. Como não devemos ouvir o diabo falar verdades nem mentiras, o apóstolo o identificou e imediatamente o repreendeu. Que esse exemplo sirva de lição para aqueles que gostam de muitos elogios, sem identificar sua origem.

A partir do momento em que todos os cristãos são resgatados das trevas para a luz, automaticamente são alistados para uma batalha espiritual. Conseqüentemente, os cristãos precisam vencer três inimigos:

- ∞ **O mundo** – Nesse contexto, o *mundo* significa a massa inteira de homens alienados de Deus, e por isso hostil à causa de Cristo. Conseqüentemente, o mundo torna-se sempre uma oposição aos que compõem a Igreja de Jesus Cristo, como escreveu o apóstolo João: “Porque todo o que é nascido de

Deus vence o mundo; e esta é a vitória que vence o mundo: a nossa fé” (I João 5: 4). Tiago é mais explícito ainda e diz que: “qualquer que quiser ser amigo do mundo constitui-se inimigo de Deus” (Tiago 4: 4).

- ∞ **A carne** – Inimiga natural do homem, a carne precisa ser vencida, crucificada e morta, pois é através dela que a velha natureza quer sempre ressurgir. Diferentemente do mundo, cujo conflito é exterior, o conflito com a carne é interior e exige uma confiança completa na força divina. Como escreveu o apóstolo Paulo: “Digo, porém: andai em Espírito e não cumprireis a concupiscência da carne. Porque a carne cobiça contra o Espírito, e o Espírito, contra a carne; e estes opõem-se um ao outro; para que não façais o que quereis” (Gálatas 5: 16-17). E escrevendo aos Romanos, disse: “porque, se viverdes segundo a carne, morrereis; mas, se pelo espírito mortificardes as obras do corpo, vivereis” (Romanos 8: 13).
- ∞ **O diabo** – A nossa luta com Satanás é basicamente nas esferas espirituais e envolve a mesma dependência total do Espírito Santo que em nós habita. Satanás é o nosso inimigo mais poderoso, o mais perverso, o mais despótico, o mais enganoso e o mais mortal, porque não se trata apenas de uma influência, mas de uma pessoa impiedosa e cruel. Não é uma figura de linguagem sem significado quando Satanás é comparado a um leão que ruge à procura de alguém para devorar (Efésios 6: 11).

A vida do cristão se assemelha a uma corrida, um andar e uma batalha. Em nenhum momento o servo de Deus está livre desses inimigos nem é capaz de enfrentar um só deles, e em nenhum momento ele deve ficar sem a capacitação infinita do Espírito Santo que lhe é dado como seu recurso nesse impacto

imensurável contra o mal, pois nenhum desses inimigos é superior ao Espírito Santo. O indivíduo é um cristão quando ligado corretamente a Cristo; o cristão é espiritual quando ligado corretamente ao Espírito.

Questionário de psicologia pastoral

1. Qual é o foco da psicologia pastoral?
2. Qual é a concepção de *homem natural* formulada pelo filósofo francês Jean-Jacques Rousseau?
3. Para os teólogos cristãos, o que de fato significa “imagem de Deus”, com referência à criação do homem?
4. De que modo se desenvolveu primeiramente a filosofia grega?
5. Em que classe surgiu a primeira tentativa de sistematizar uma psicologia?
6. Quais filósofos preocupavam-se em definir a relação do homem com o mundo através da percepção?
7. Para Aristóteles, o que era a *psyché*?
8. Antes do advento da psicologia científica, os gregos formularam duas teorias. Quais são elas?
9. Quais foram os filósofos que se destacaram durante o Império Romano e a Idade Média?
10. Referente ao estudo do psiquismo, o que defendia Santo Agostinho?

Referências

- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1986.
- ÁVILA, M. F. **El grupo y su estudio en la psicología social**. Havana: Pueblo y Educación, 1985.
- BERBER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Paulus, 2002.
- BLEGER, J. **Psicologia da conduta**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- BRENNER, C. **Noções básicas de psicanálise: introdução à psicologia psicanalítica** 5. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. v. 2: introdução à psicologia psicanalítica.
- BRUNER, J. S. **O processo da educação**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. (Coleção Cultura, Sociedade, Educação).
- CHAFER, L. S. **Teologia sistemática**. São Paulo: Hagnos, 2003.
- CHAMPLIN, R. N.; BENTES, J. M. **Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia**. São Paulo: Candeia, 1995. v. 1.
- CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. Tradução de Ruth Rissin Josef. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 1985.

- CORIA-SABINI, M. A. **Psicologia aplicada à educação**. São Paulo: EPU, 1986. (Coleção Temas Básicos de Educação e Ensaio).
- DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. Disponível em: <<http://www.dicionarioetimologico.com.br>>. Acesso em: 26 ago. 2015.
- FREEDMAN, J. L.; CARLSMITH, J. M.; SEARS, D. O. **Psicologia social**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1973.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Notas de Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREITAS, M. T. A. **Vigotsky e Bakhtin: psicologia e educação – um intertexto**. São Paulo: Ática, 1994.
- HERRNSTEIN, R. J.; BORING, E. G. **Textos básicos de história da psicologia**. São Paulo: Herder, 1971.
- JAPIASSU, H. **A psicologia dos psicólogos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- _____. **Introdução à epistemologia da psicologia**. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Imago, 1982.
- JONES, E. **Vida e obra de Sigmund Freud**. Tradução de Marco Aurélio de Moura Mattos. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- KELLER, F. S. **A definição da psicologia: uma introdução aos sistemas psicológicos**. São Paulo: Herder, 1972.
- KELLER, F. S.; SCHOENFELD, W. N. **Princípios de psicologia: um texto sistemático na ciência do comportamento**. Tradução de Carolina M. Bori e Rodolpho Azzi. São Paulo: Herder, 1970. (Coleção Ciências do Comportamento).

- KRECH, D.; CRUTCHFIELD, R. **Elementos de psicologia**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1973.
- LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).
- LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MUELLER, F. L. **História da psicologia: da Antiguidade aos dias de hoje**. 2. ed. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1978. v. 1.
- PATTO, M. H. S. P. (Org.). **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.
- PENNA, A. G. **Introdução à história da psicologia contemporânea**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- SCHULTZ, D. **História da psicologia moderna**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1981.
- WITTER, G. P.; LOMÔNACO, J. F. B. **Psicologia da aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1984.

Respostas

1. O enfoque da psicologia pastoral é estudar a influência que o aconselhamento pastoral, baseado na Palavra de Deus, exerce no comportamento do ser humano que adquiriu o conhecimento sobre Deus e Jesus Cristo.
2. A concepção de homem natural, formulada pelo filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, defende que o homem era puro e foi corrompido pela sociedade, e cabe então ao filósofo reencontrar essa pureza perdida.

3. Parece que a ideia mais comumente adotada entre os teólogos cristãos é que a expressão *imagem de Deus* se trata da capacidade que o homem tem de exercer domínio sobre os demais componentes da natureza.
4. Durante os séculos IX e VI a.C., o mundo grego passou por uma profunda transformação: uma ampla mudança política, social, religiosa e cultural, envolvendo múltiplos fatores que não são ainda totalmente compreendidos. Por um lado, o contato comercial e cultural muito intenso com outros povos, nesse período, trouxe ao mundo grego uma variedade de ideias que passaram a ser confrontadas com o pensamento tradicional. Isso envolveu a entrada de novas concepções religiosas, políticas, filosóficas e científicas. O aparecimento de uma classe econômica poderosa, devido ao comércio, enfraqueceu a antiga aristocracia. Surgiram novos valores e uma sociedade mais aberta, com pessoas mais confiantes em seu próprio poder individual, o que causou o enfraquecimento de toda a tradição cultural e a perda do respeito pelos mitos, pela religião e pela autoridade antiga (Ávila, 1985; Berber; Luckmann, 1983; Bleger, 1984). Tais avanços permitiram que o cidadão se ocupasse mais das “coisas do espírito”, como a filosofia e a arte. Alguns homens, como Platão e Aristóteles, dedicaram-se a compreender esse espírito empreendedor do conquistador grego, ou seja, a filosofia começou a especular sobre o homem e a sua interioridade.
5. Foi entre os filósofos gregos que surgiu a primeira tentativa de sistematizar uma psicologia. O próprio termo *psicologia* vem do grego *psyché*, que significa “alma” ou “espírito”, e *logos*, que significa “razão”. Portanto, etimologicamente, *psicologia* significa “estudo da alma”. A alma, ou espírito, era concebida como a parte imaterial do ser humano, que abarcaria o pensamento, os sentimentos de amor e ódio, a irracionalidade, o desejo, a sensação e a percepção.
6. Os filósofos pré-socráticos.
7. Para Aristóteles, a *psyché* seria o princípio ativo da vida. Tudo aquilo que cresce, se reproduz e se alimenta, teria a sua *psyché* ou alma. Dessa forma, os vegetais, os animais e o homem teriam alma: os vegetais teriam a alma vegetativa, que se define pela função de alimentação e reprodução;

os animais teriam essa alma e a alma sensitiva, que tem a função de percepção e movimento; e o homem teria os dois níveis anteriores e a alma racional, que tem a função pensante.

8. A platônica, que postulava a imortalidade da alma e a concebia separada do corpo; e a aristotélica, que afirmava a mortalidade da alma e a sua relação de pertencimento ao corpo.
9. Santo Agostinho (354 d.C-430 d.C) e São Tomás de Aquino (1225 d.C-1274 d.C).
10. Santo Agostinho, inspirado em Platão, também fazia uma cisão entre a alma e o corpo. Entretanto, para ele, a alma não era somente a sede da razão, mas a prova de uma manifestação divina no homem. A alma seria imortal por representar o elemento que liga o homem a Deus. Sendo a alma também a sede do pensamento, a Igreja passou a se preocupar também com a sua compreensão.

The logo for UNINTER, featuring a stylized globe icon above the word "UNINTER" in a bold, sans-serif font. The background of the page has a faint, light-colored geometric pattern of overlapping circles and lines.

UNWINTER

* As informações deste capítulo são baseadas principalmente em Campanhã (2000), Chiavenato (1987) e Drucker (1993).

UNINTER

Administração eclesiástica*

Capítulo 2¹

A necessidade de organização é inerente às atividades humanas e, há muito tempo, está presente nas preocupações das pessoas que pretendem melhorar os resultados de suas ações. Tradicionalmente, a palavra *gestão* é utilizada no ambiente corporativo das grandes empresas e está relacionada à necessidade de se garantir uma boa organização financeira, profissional e técnica para se atingir os objetivos estabelecidos pelos acionistas. Para isso, as empresas fazem uso de **planejamentos, gráficos, planilhas, indicadores, procedimentos** e um **grande número de funcionários** para garantir sua organização e seu bom funcionamento.

Contudo, muitas são as empresas de pequeno e médio porte que observaram a filosofia por trás da **gestão da qualidade** e concluíram que também poderiam aplicar algumas dessas

1 Todas as passagens bíblicas indicadas neste capítulo são citações de Bíblia (2002).

técnicas para que seus negócios tivessem resultados mais expressivos. Os clientes também esperam, e até exigem, que os níveis de qualidade aumentem, pois as expectativas são cada vez maiores à mesma medida que as exigências do mercado se tornam igualmente maiores.

A globalização dos mercados influenciou a natureza e a organização das empresas, as quais, para terem seus objetivos econômicos alcançados, precisaram adequar suas estratégias e formas de trabalhar, demonstrando **objetividade**, **transparência** e **comprometimento** em melhorar continuamente a qualidade de seus produtos e serviços. Afinal de contas, qual é a empresa que pretende relacionar-se comercialmente com outra, contando com os materiais ou os serviços fornecidos, sem saber como anda a saúde da qualidade e das finanças do parceiro comercial? Parceiro esse que pode, num caso de falência, prejudicar o negócio todo.

Dessa forma, a gestão se apresenta como uma ferramenta que contribui imensamente às empresas de grande, médio e pequeno porte a alcançarem seus objetivos. Na área comercial, esses objetivos giram em torno de **lucro**, **crescimento** e **consolidação**.

Porém, observamos facilmente que há instituições sem fins lucrativos que fazem parte da nossa sociedade e que necessitam igualmente de eficácia para atingirem seus objetivos, como é o caso de entidades filantrópicas, organizações não governamentais (ONGs), entre outras. Obviamente, os objetivos de entidades desse tipo não são – ou não deveriam ser – o lucro; mas trata-se de objetivos fundamentais para a nossa vida em sociedade, como contribuições nas áreas de educação, arte, cultura, saúde, preservação do meio ambiente, entre outras.

Entidades desse tipo são fruto do amadorismo e do voluntariado de muitas pessoas. Entretanto, com o tempo, surgiu a necessidade de maior e melhor organização desses setores, pois, muito embora não busquem o lucro, seus objetivos não são menos valiosos e também precisam ser alcançados. Observamos, então, a profissionalização de entidades sem fins lucrativos como uma necessidade de estas se firmarem e darem a sua contribuição à sociedade.

Nesse contexto, podemos observar também as Igrejas, que claramente têm um objetivo muito diferente de qualquer empresa ou entidade sem fins lucrativos: a missão da Igreja é proclamar o **Evangelho de Jesus Cristo** – que é salvação! Mas, de igual forma, as Igrejas precisam ser eficientes na sua missão, sob o risco de serem totalmente descartáveis para o Reino de Deus e para a sociedade na qual estão inseridas.

Ora, se nas empresas nas quais as pessoas trabalham são utilizadas ferramentas gerenciais que promovem o crescimento e a evolução da organização, por que essas mesmas pessoas se envolveriam com as questões do Reino de Deus sem o mesmo cuidado?

Além do mais, a necessidade de organização para que se possa atingir melhores resultados não é estranha à Bíblia. Um dos casos mais antigos e famosos é o de Moisés e de seu sogro Jetro. Moisés, que estava encontrando muitos problemas na difícil tarefa de liderar o povo de Deus, na saída do Egito em busca da Terra Prometida recebeu conselhos de Jetro. Moisés não estava conseguindo atender e resolver todos os problemas

que lhe apareciam, e Jetro o aconselhou a criar um regime de governança, no qual Moisés deveria localizar pessoas aptas entre o povo, desafiá-las e posicioná-las, de maneira que as responsabilidades fossem divididas e sobrasse mais tempo para que Moisés se ocupasse dos assuntos mais difíceis e importantes.

Foi a partir desse conselho que a gestão ministerial nasceu dentro das Igrejas. O objetivo da gestão ministerial não é transformar a Igreja numa grande empresa, como infelizmente observamos como resultado de alguns casos – isso é enormemente prejudicial para a causa do Evangelho, pois as Igrejas acabam imitando as empresas e enxergando as pessoas como números e peças de uma engrenagem.

Porém, o fato de estarem inseridas em um ambiente “amador” não significa que as Igrejas devam estar fadadas ao fracasso, quando devem ter o objetivo de trabalhar em prol do Evangelho e do Reino de Deus. Saibamos que é possível que tudo seja realizado de modo **organizado, planejado e objetivo**, promovendo o desenvolvimento da Igreja, de seus departamentos e de seus membros, dentro do conceito de missão integral.

Dessa forma, vamos estudar algumas ferramentas de gestão aplicadas ao **ministério eclesiástico**, sem nos esquecermos de que são, justamente, **ferramentas, meios** para se alcançar o objetivo de estar a serviço do Reino de Deus. Nunca nos esqueçamos de que os meios não devem substituir o fim, ou seja, a **gestão ministerial** só tem importância enquanto contribuir para a causa do Evangelho!

2.1 Fundamentos da gestão ministerial

Para compreender a abrangência da gestão ministerial é necessário que você entenda o significado e o sentido da palavra *gestão* desassociando-a da palavra *ministerial*, com a qual estamos um pouco mais acostumados.

Após a reflexão sobre a complexidade que envolve tais palavras, talvez surja o medo de atuar numa área tão complexa dentro da Igreja. Porém, os resultados alcançados por meio da aplicação de técnicas de gestão nos mais diversos ministérios demonstram que vale a pena investir nessa área para que os objetivos propostos sejam alcançados.

2.1.1 Gestão

Gestão, segundo o Dicionário Houaiss (2009), é um substantivo feminino que significa “ato ou efeito de gerir; administração, gerência”. Contudo, compreenderemos melhor o sentido da palavra se considerarmos que ela possui uma raiz latina, *gest*, que explica que gestão também é o “ato de dirigir algo, além de administrá-lo ou gerenciá-lo”.

Dessa forma, refletindo sobre o termo *gestão*, você perceberá que a abrangência de seu significado é muito mais expressiva do que simplesmente o “ato de gerenciar algo” – uma Igreja, por exemplo. Assim, uma empresa nas mãos de um bom administrador provavelmente será bem gerenciada, ou seja, bem administrada.

Há uma diferença conceitual entre **administrar** e **gerir uma empresa**. De igual maneira, devemos ressaltar as diferenças entre **administrar** e **gerir uma Igreja**. A ação de *pastorear* não encontra relação com a ação de *administrar*: Igreja não é uma instituição que deve ser administrada pelo pastor, afinal, pastores não deveriam ser administradores. Porém, o ato de pastorear encontra, em nosso contexto, reforço e complementação no ato de gerir. Pastores podem e devem ser gestores. Isso quer dizer que, para pastorear bem, eles devem gerir a Igreja.

Gestar uma Igreja é fruto do sonho de Deus para o povo que se reúne em seu nome: povo de Deus, composto por pessoas que “nasceram de novo” quando aceitaram a Cristo como Salvador. O pastor é aquele que sonha os sonhos de Deus e os proclama ao povo, para que possam caminhar todos na mesma direção. E antes, um sonhador, alguém que sonha o mesmo sonho de Deus e com seu reino presente no meio das pessoas que servem a Ele. O reino que promove amor, justiça, liberdade, alegria, gratidão e salvação.

Gestar, assim, é o ato de trabalhar para a realização desse sonho. Para isso, a liderança pastoral é fundamental – e as técnicas de gestão devem ser ferramentas que contribuam para esse objetivo. O pastor não deve olhar essas técnicas como um fim em si mesmo, mas observá-las para que o objetivo estabelecido seja alcançado.

O que diferencia um administrador de um gestor é o necessário envolvimento que o gestor tem com o trabalho, pois acompanhou os projetos desde sua concepção, sistematizou todas as tarefas e atividades, conhece a razão de algo ser feito de determinada forma etc. É mais do que administrar ou gerenciar

(no sentido mais simples e metodológico), é *gestar*, cuidar para que a obra cresça, se desenvolva, frutifique.

O pastor ou gestor é aquele que sonhou com um projeto, planejou-o, mobilizou o povo, gesticulou, apontando a direção, o destino que deveria ser perseguido pelas pessoas. Sonho traduzido em **ações, técnicas gerenciais, estratégias e objetivos** só existem quando se sabe aonde quer chegar.

Indicamos a seguir alguns fundamentos que defendemos para que a gestão seja mais bem compreendida.

Quadro 2.1 – Gestão (ato de *gerir, gerenciar, liderar*)

Gerenciar	Administrar os processos para manter o funcionamento do trabalho, apresentando os resultados esperados.
Liderar	Estar à frente; mostrar a direção; fazer tudo para alcançar os objetivos.
Gestar	Só é possível <i>gestar</i> um sistema de gerenciamento quando se sabe aonde se quer chegar, a partir do estabelecimento de objetivos, estratégias e ações que são oriundas do processo de sonhar com tais objetivos. <i>Gestar</i> é fundamental para o processo de engajamento de funcionários.
Gesticular	Ato de mostrar a direção ao povo, para que todos sigam pelo mesmo caminho; função do líder, daquele que sonhou o local para onde todos, focados, caminharão para alcançar os objetivos estabelecidos.

Apesar de toda essa conceituação, fundamental para a perfeita execução de inúmeras atividades em diversos setores, não devemos perder o conceito de que a gestão é, na prática, um conjunto de normas e funções cujo objetivo é disciplinar os elementos de produção e submeter os resultados dessa produção a um controle para a obtenção de soluções adequadas.

Existem inúmeras ferramentas que fazem parte de um processo de gestão, mas o pastor, mais do que qualquer outro gestor, deve lembrar-se sempre de seu chamado e, em função disso, cumprir a vontade de Deus em ver sua Igreja organizada e crescendo, sob uma análise crítica (explicaremos isso mais adiante). Quando se sabe quais são os sonhos de Deus e as prioridades organizacionais, é possível identificar o destino e estabelecer ações para que todos sigam na mesma direção e percorram o mesmo caminho.

O pastor, que também é gestor e líder, sonha, aponta a direção, define as estratégias e separa os grupos, planeja cada etapa visando ao crescimento do trabalho eclesialístico (compra de terreno, construção da igreja, fechamento de contrato de prestação de serviços etc).

2.1.2 Ministério

Ministério é uma palavra largamente utilizada pela Igreja para designar uma atividade específica, um departamento ou um grupo de pessoas que têm uma atividade comum. O ministério não deixa de ser uma seção de trabalho dentro do ambiente eclesialístico; contudo, deve ter uma estrutura organizada para que os trabalhos possam ser executados e alcancem o resultado esperado.

Alguns exemplos típicos de ministérios dentro de uma Igreja são os seguintes:

- ∞ ação social;
- ∞ música;
- ∞ educação cristã;

- ∞ teatro;
- ∞ coreografias;
- ∞ oração.

A lista é infinita, pois, de acordo com a denominação da Igreja, o contexto na qual está inserida, sua localização, seus membros, as pessoas que a frequentam e as pessoas que se quer evangelizar, surgirão necessidades que deverão ser atendidas por um grupo de irmãos da Igreja que se organizarão em um ministério para esses trabalhos específicos.

O pastor-gestor deve compreender, no entanto, que todos os ministérios que existirem dentro de sua Igreja estarão, em última análise, sob sua responsabilidade, seja eclesiástica, seja espiritual, seja civil. É importante lembrar-se disso, pois se trata de pessoas que dedicam um tempo de sua vida para um ministério que lhes é relevante, as quais precisam de orientação, de capacitação para o ministério e de ânimo para que não esmoreçam diante das dificuldades.

O pastor-gestor também deve compreender que, comumente, a Igreja é formada por pessoas que não estão capacitadas para a realização de todo o trabalho. Antes, é bem provável que esse grupo necessite de acompanhamento periódico, principalmente no início do trabalho, pois é comum a expressão de que “Deus não escolhe os capacitados, Ele capacita os escolhidos”. Isso é fato! Encontramos dentro das igrejas pessoas “de boa vontade”, que apenas precisam de uma motivação, uma direção, para que seu ministério seja desenvolvido.

2.2 Propósitos da administração eclesialística

A gestão ministerial engloba o conjunto de atividades executadas por uma pessoa ou grupo com o objetivo de dar objetividade, transparência, coerência à condução da igreja, de modo que possa ser gerenciada, avaliada e melhorada continuamente para se alcançarem os propósitos estabelecidos na comunidade.

O propósito de um pastor estudar gestão ministerial encontra fundamento em dois princípios que remetem ao seu chamado pastoral:

1. não executar de modo desleixado a obra que o Senhor lhe confiou;
2. ser responsável e não atribuir, covardemente, eventuais fracassos a Deus.

Atualmente, as Igrejas proliferam por todos os cantos das cidades e muito é discutido sobre o valor real da capacidade pastoral de alguns homens e mulheres que, deliberadamente, se intitulam *pastores*, *apóstolos*, *bispos*, entre outros termos. Portanto, é importante que o pastor adote sérias medidas para que seu ministério seja mais organizado, planejado e alcance resultados que, espiritualmente, também serão fruto: do empenho e da dedicação do próprio pastor.

Além disso, é sabido que há muitas “igrejas” que abusam da ingenuidade das pessoas e promovem encontros pseudoespirituais, que arrebanham corações dilacerados e vidas desestruturadas. São muito bem gerenciadas (mas não geridas, certo?) por pessoas que enxergam a Igreja tão somente como uma

“loja de serviços espirituais”, sem se importarem realmente com a vida das pessoas.

A diferença entre **gerenciar** e **gerir** encontra-se no papel de alguém que, de fato, é chamado para o trabalho pastoral. Com base nessa verdadeira **motivação** e **chamado**, as ferramentas de gestão da qualidade utilizadas passam a ser um instrumento a mais, que tem apenas o objetivo de ajudar o pastor e sua equipe de ministérios a cuidar do rebanho. Não se trata de utilizar técnicas mercadológicas para aumentar a “clientela”, e sim de usar técnicas de planejamento para que os frutos da dedicação e do empenho demonstrados pelo servo de Deus sejam maiores, visto que foram cuidados, geridos, sonhados e planejados da melhor maneira (Roldão, 1992).

Uma das principais ferramentas de organização de uma instituição que preza pela qualidade é a norma ISO 9000², a qual apresenta um conjunto de conceitos que, quando bem empregados, organizam todas as rotinas e os planejamentos da organização que tem um objetivo comum. Da mesma forma, a Igreja pode e deve utilizar-se de tais diretrizes normativas para regulamentar suas formas de trabalho.

A seguir iremos analisar alguns cenários comuns dentro das Igrejas evangélicas em relação aos ministérios. Provavelmente são situações que muitos de nós já vivenciamos e, em algum momento, lamentamos, devido à falta de organização de um trabalho que poderia ser mais bem gerido.

2. No Brasil, a família de normas NBR ISO 9000 foi cancelada e substituída pela série de normas ABNT NBR ISO 9000:2000, que é composta de três normas. Para saber mais sobre as normas da ABNT, acesse o seguinte site: <<http://www.abnt.org.br>>.

2.2.1 Cenário 1

O pastor e o grupo de jovens decidem que o evangelismo juvenil será o grande tema do mês de julho, aproveitando que é o período de férias e muitos jovens poderão se envolver mais com a Igreja. Numa reunião, surgem ideias de programações para que os jovens da Igreja possam convidar outros jovens não evangélicos para momentos de comunhão e confraternização.

Após o início da reunião, que estava previsto para as 15h do sábado, mas que teve início somente às 15h 45min, o líder do grupo diz que pretende fazer um culto com o Dia do Sorvete no último sábado do mês. Os jovens consideram a programação insuficiente e resolvem fazer um Festival de Louvor durante os sábados, tendo o grande encerramento no Dia do Sorvete. Com a reunião encerrada, ficou combinado que a partir do próximo sábado já aconteceria o primeiro “Louvorzão” do mês.

Foi necessária uma reunião de emergência na segunda semana para alinharem questões que envolviam brigas internas no grupo de louvor devido ao número de cânticos e horário dos ensaios, além de se questionar a razão de terem poucos visitantes. O pessoal não entendia bem o que estava acontecendo, pois na sexta-feira à noite haviam se reunido para orar pela programação.

2.2.2 Cenário 2

Uma Igreja tradicional resolveu fazer um culto evangelístico com um músico evangélico de grande expressão. Tiveram essa ideia porque pensaram que o público que não costuma frequentar

Igrejas ficaria muito desapontado em ver uma péssima apresentação, então era melhor garantir a qualidade musical do evento.

Assim que a data com o cantor estava agendada, foi iniciado o trabalho de divulgação para conhecidos, amigos e parentes dos frequentadores da Igreja. Optaram por não avisar outras Igrejas como forma de não lotar o evento com pessoas que já eram crentes.

O grande dia chegou! O Ministério de Visitação foi destacado para receber os visitantes e pegar dados, como nome e telefone, para um futuro contato. Havia uma iluminação especial no templo e a igreja estava ficando lotada. No início do evento, o cantor famoso foi apresentado pelo ministro de louvor.

Quando foi dada a palavra ao cantor, ele quis saber quantos visitantes não crentes estavam presentes. Milagrosamente, uma pessoa levantou a mão! Sabiamente, o cantor reviu toda sua programação e, em seguida, executou uma programação que mais “puxava a orelha” dos crentes do que evangelizava.

2.2.3 Cenário 3

O Ministério de Sustento da Igreja precisou começar a dar avisos e a colar cartazes que incentivavam os membros da instituição a doarem alimentos não perecíveis e também produtos de higiene pessoal para a montagem das cestas básicas que atendiam, entre famílias da Igreja e outras famílias, aproximadamente cinquenta lares.

Após um processo eleitoral que acabou por acrescentar um obreiro ao ministério, foi realizada uma reunião para apresentar a sistemática de trabalho e, para variar, houve um grande tempo de lamento pelo não envolvimento da Igreja em um ministério tão importante para o Reino de Deus: dar pão a quem tem fome.

O obreiro, naquela semana, foi visitar as famílias que eram assistidas pelo ministério do sustento e voltou chocado com o que viu! Famílias que tinham automóveis e filhos em escolas particulares, recebiam cestas básicas com produtos melhores porque congregavam na Igreja, enquanto cestas básicas incompletas eram distribuídas àqueles que “não eram irmãos”. No fim das contas, somente 15 famílias foram consideradas carentes, pois realmente precisavam do sustento oferecido pelo ministério.

2.2.4 Cenário 4

Ao fim do ano, quando o pastor reuniu sua equipe ministerial formada por 20 ministérios que agregavam os mais diversos trabalhos que uma Igreja composta por 500 membros poderia oferecer, verificou-se que:

1. houve 50 membros novos no ano;
2. dos 50 membros novos, 30 eram pessoas que haviam vindo de outras Igrejas;
3. o grupo de louvor não havia lançado nenhuma música nova durante o ano;
4. o Departamento de Assistência Social continuou entregando 20 cestas básicas mensais;
5. por problemas de tempo, o Ministério de Artes não conseguiu apresentar a peça de Natal;

6. a arrecadação apresentada pela Tesouraria mostrou uma inconstância na contribuição;
7. a ideia de dois cultos por domingo poderia ser reconsiderada devido ao aumento de membros.

Ao final da reunião, decidiram que a liderança da Igreja deveria programar um jejum e uma vigília para que Deus abençoasse os trabalhos, pois o ano não tinha sido fácil, mas estavam gratos a Deus, pois Sua vontade tinha sido realizada e estavam felizes, pois mais uma vez tinham sido usados por Deus.

2.2.5 Comentários

Em todos os cenários apresentados, vemos problemas que são corriqueiros nas Igrejas. Pessoas se frustram por trabalhos mal organizados e planejados, entre inúmeras outras situações que prejudicam o trabalho da Igreja porque não foram plenamente organizadas, tais como:

- ∞ estudos bíblicos desinteressantes;
- ∞ pregações que não têm relação com o contexto da igreja;
- ∞ programações repetitivas;
- ∞ descaso das igrejas diante das novas tecnologias;
- ∞ esquecimento de crianças, adolescentes e jovens pelas igrejas tradicionais;
- ∞ falta de relevância da Igreja no local onde está plantada.

Os propósitos da gestão ministerial, assim, estão relacionados aos problemas que as Igrejas atualmente enfrentam, tais como:

- ∞ a concorrência entre as próprias Igrejas evangélicas;
- ∞ o descaso de algumas Igrejas ante as necessidades do público que a frequenta;
- ∞ a atuação e os resultados frustrantes dos ministérios, aliados a um desgaste de energia que desanima os líderes e a própria Igreja;
- ∞ o fato de a Igreja não saber para aonde caminhar, como se não existisse razão de existir.

Na etapa de investigação dos problemas, chamada de *diagnóstico*, é que o pastor-gestor e sua equipe de líderes devem se reunir, preparados espiritualmente para, depois de ouvirem a voz de Deus, discutirem com maturidade quais são os passos que a Igreja deve trilhar para cumprir seu propósito dentro do Reino de Deus.

As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2015) para a gestão da qualidade dentro de uma organização podem ser aplicadas dentro de uma Igreja, com restrição aos requisitos voltados para o ambiente empresarial e industrial. Por fim, a organização baseada no ciclo PDCA (ferramenta de avaliação e tomada de decisão), o qual abordaremos com mais detalhes a seguir, é fundamental para que as Igrejas se estruturam e se preparem inteligentemente para alcançar corações e mentes cada vez mais exigentes, mesmo em assuntos espirituais.

2.3 Sistema de administração eclesial

Conforme vimos, a palavra *gestão* tem a mesma origem que a palavra *gerenciar*, porém possui abrangência e profundidade maiores do que esta. *Gerenciar*, no sentido de gestão, tem relação com os sonhos que alimentam os planos, que, por sua vez, estão relacionados a um propósito estabelecido.

O problema é que mesmo que as pessoas saibam aonde querem chegar, muitas vezes não planejam esse caminho, tomam atalhos que são perigosos e, o pior de tudo, não têm verdadeira e real motivação para saber os motivos que as levam a buscar tal objetivo.

Quantos são os pastores que sentem uma “inveja santa” porque o ministério de outro pastor parece frutificar muito mais do que o seu? E quem é que não implementou uma “ideia nova” só porque “virou moda” ou está fazendo o maior sucesso e, portanto, poderá fazer seu ministério ter bons resultados? Essas são motivações equivocadas!

Antes de se preocupar com questões exteriores e estéticas, o pastor-gestor sonhou. Esse sonho foi gestado em sua mente, como fruto do sonho de Deus que foi passado a ele, e, então, concebido, tendo uma razão de ser mais nobre do que fazer o “mais do mesmo” que se vê em algumas Igrejas.

É por essa razão, por uma motivação genuinamente espiritual, que se deve trabalhar com dedicação, esmero, comprometimento, planejamento e cuidado nos planos e nos sonhos da Igreja e de sua liderança ministerial.

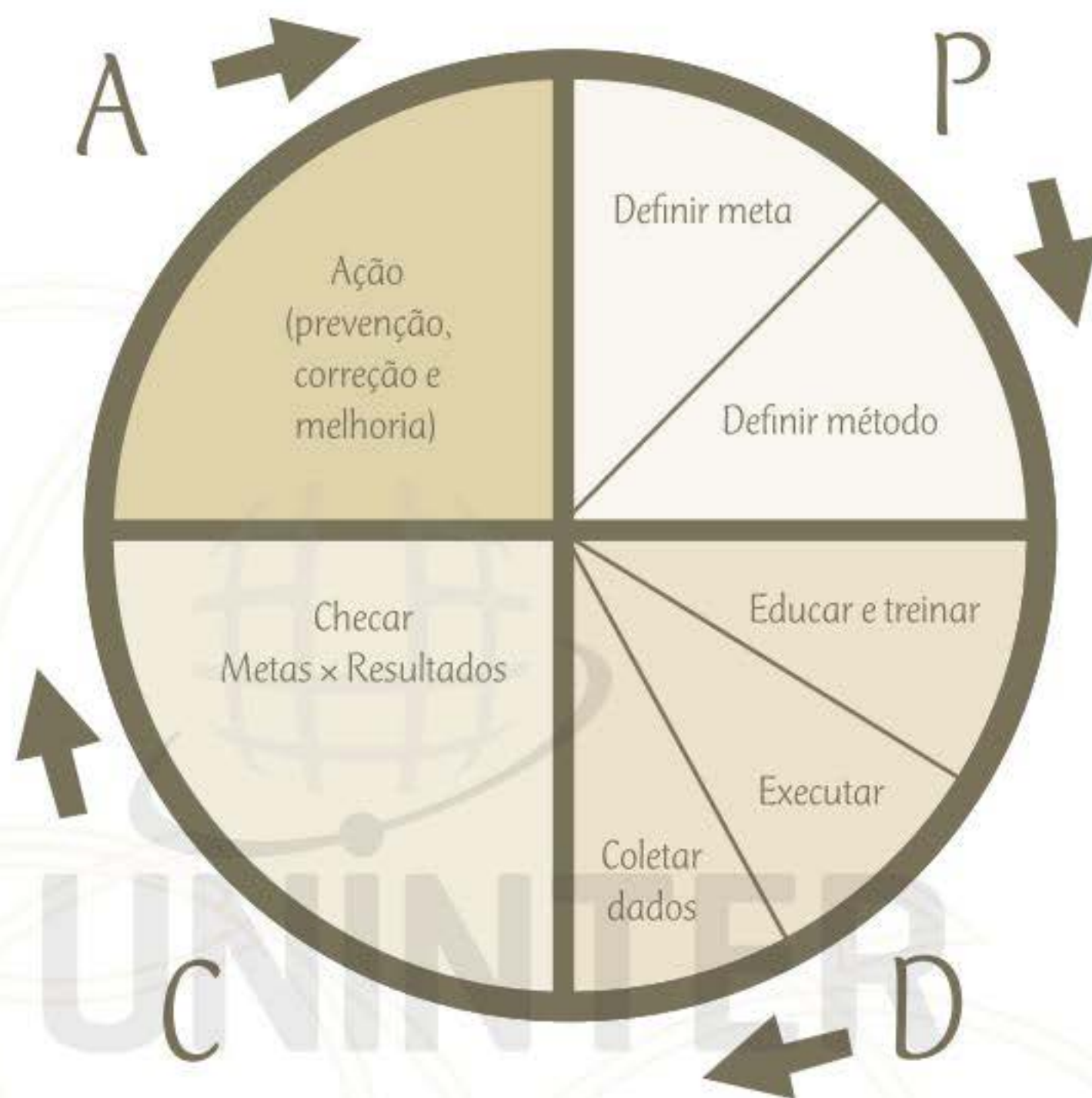
O pastor deve ter em mente que, da mesma forma como Jesus, ele é chamado para servir. Assim, nesse processo de se reconhecer como o pastor-gestor-servidor, ele deve estar à frente de uma Igreja para servi-la, partindo do ponto de vista daquilo que ela precisa, e não daquilo que ela pensa ou diz que precisa.

A partir do momento que a Igreja estipula seus desejos e o pastor sucumbe a viver para ela, ele perde seu poder gestacional, pois seus sonhos não estão mais alinhados aos planos de Deus, e sim aos planos da Igreja. No entanto, quando ele tem a correta noção do seu serviço como ferramenta para, por meio da atuação de Deus, promover crescimento espiritual, libertação pela Palavra de Deus e maturidade ao povo, está servindo sob o ponto de vista espiritual.

Para que o serviço aconteça e a Igreja perceba a seriedade e o comprometimento com o Reino de Deus, a liderança não deve tomar o partido de grupos dentro do corpo de Cristo, privilegiando alguns em detrimento de outros. Isso não é bíblico! Somos todos iguais diante de Deus e, a começar na liderança da Igreja (que igualmente não deve se compreender como privilegiados em relação aos demais membros), todos devem enfrentar os desafios com a cabeça erguida, pois não são “devedores” a ninguém dentro da Igreja.

A seguir, vamos analisar um esquema no qual se baseia o que temos apresentado sobre o perfil da liderança de quem tem competência para a gestão ministerial.

Figura 2.1 – Ciclo PDCA



Fonte: Adaptado de Perlard, 2011.

Este é o ciclo PDCA. Ele deve ser compreendido no sentido das setas que percorrem a extensão da circunferência. O ciclo PDCA é uma ótima estratégia que pode ser utilizada em qualquer esfera: **corporativa**, **eclesiástica** ou **pessoal**.

A designação PDCA é a composição das quatro letras iniciais dos quatro campos que demonstram o que deve ser feito

para que algo alcance os resultados esperados. Como o ciclo PDCA é uma ferramenta criada pelos especialistas da qualidade e é aplicado em todo o mundo, ficou convencionalizado que esse nome se origina da relação dos verbos em inglês: *to plan*, *to do*, *to check* e *to act* (Perlard, 2011).

A ideia apresentada pelo ciclo PDCA deve sempre ser empregada quando algo precisa ser feito. Ora, se existe algo a ser feito, nós cristãos não devemos fazer nossa tarefa de qualquer forma. A Bíblia nos exorta a fazermos o nosso melhor para Deus, mas também não devemos fazer o nosso melhor e depois virarmos as costas ou, então, não nos comprometermos a melhorar a cada dia. Tudo pode ser melhorado.

Veja o quadro a seguir com a explicação para compreender a abrangência e a utilidade do PDCA na vida da Igreja.

Quadro 2.2 – Termos do ciclo PDCA

Letra	Nome original (inglês)	Tradução (português)
P	<i>To plan</i>	Planejar
D	<i>To do</i>	Fazer – executar
C	<i>To check</i>	Verificar
A	<i>To act</i>	Agir

Fácil, não é verdade? Vamos estudar cada um desses verbos na sequência.

2.3.1 P – *To plan* (planejar)

Lembre-se de que o pastor também precisa ser um gestor para que a Igreja não fique perdida. Ela deve ter uma direção, um objetivo, que é sonhado por aquele que tem a responsabilidade de conduzir os fiéis. O gestor pode até ter sua equipe ministerial, mas ela também deve seguir para o destino apontado por ele, que é aquele que gesta, ou seja, sonha, tem seu sonho amadurecido e, então, gesticula, apontando para a direção que todos devem caminhar.

Não há modo de fazer isso sem planejamento. Quando acordamos para ir ao trabalho ou à escola, **planejamos tudo!** Ninguém põe o calçado antes da meia, escova os dentes e depois toma o desjejum. Ora, se até nessas pequenas e simples atividades do cotidiano há planejamento, por que será que para as coisas importantes do Reino de Deus o povo simplesmente faz as coisas de qualquer jeito e depois pensa que tudo aconteceu conforme a vontade de Deus? Será mesmo?

Tudo aquilo que é importante e deve ser realizado deve ser feito com **planejamento**. Quem planeja é quem sonhou, e quem já esteve lá, quem viu aquilo realizado e, por isso, pode falar aos demais e conquistar a todos! Se não for assim, será falso! O planejamento é 50% do sucesso do trabalho. Assim, imprevistos tendem a ser reduzidos, pois todo imprevisto nada mais é do que algo que não foi previsto, não foi pensado. *Planejamento*

significa esmero, cuidado, amor para com as coisas de Deus. Quem ama, cuida! Quem ama, prepara tudo direito para que as coisas saiam da melhor forma possível. Isso é fruto de quem se preocupa com as coisas do Senhor e faz aquilo que está ao seu alcance para dar o melhor para Deus.

Planejar? O que é *planejar*? Segundo as indicações que estão no quadrante P, planejar é uma etapa que acontece em duas fases: 1) definir meta; 2) definir método. Veja o exemplo a seguir para que a ideia de planejamento fique mais clara.

- ∞ Meta 1 – Levantar a alvenaria do templo da Igreja até abril do ano seguinte.
- ∞ Método 1 – Elaboração do projeto do templo (nada de “puxadinhos”, certo?).
- ∞ Definição – Cadeiras ou bancos? Púlpito de acrílico ou madeira?
- ∞ Orçamento da obra completa.
- ∞ Identificação do pessoal que ajudará na obra.
- ∞ Elaboração do cronograma da obra.
- ∞ Treinamento do pessoal.

Esse é apenas um exemplo de plano de ação para uma meta. Os planos de ação normalmente são assim, mas ainda falta definir os prazos e os responsáveis por cada uma das etapas! Supondo que estamos em agosto de 2015 e foi decidido que as obras deveriam ser iniciadas a partir da compra do terreno, observe o quadro a seguir.

Quadro 2.3 – Orientação para projetos

Etapa	2016					2017			
	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.
Elaboração do projeto									
Orçamento da construção									
Pessoal da obra									
Elaboração do cronograma									
Treinamento do pessoal									
Execução da obra									
Verificação do andamento									
Limpeza da obra									
Mudança									

Observe bem! Ainda nem falamos sobre execução, verificação e melhoria contínua da obra e tudo já apareceu no cronograma. Sim, **todas as etapas devem ser planejadas**. Qual é o momento de orçamento? É depois da elaboração do projeto. E dá para levantar o pessoal enquanto se faz o orçamento? Claro! Mas não dá para planejar a limpeza antes da obra. E deixe a mudança para depois da limpeza. Sim, tudo planejado.

Com a ideia assumida pela liderança ministerial, prepara-se um cronograma como esse, bem simples, de tal modo que o mais importante seja observado. O prazo para mudança tem de ser abril de 2017!

2.3.2 D – *To do* (executar)

Depois que tudo foi planejado, é necessário executar tudo o que fora planejado. Assim, é mais um passo para que os planos de Deus para a Igreja sejam realizados.

Nessa etapa, é possível observar o plano crescendo e se tornando realidade. Quando uma ideia, e até mesmo a comunicação, é bem planejada, a Igreja “assume a ideia” e faz acontecer! Você já deve ter visto uma Igreja que era pequenina e, de repente, tornou-se uma bênção no bairro onde está localizada. Seria ingênuo pensar que ela surgiu do nada! Foi fruto de planejamento, dedicação e trabalho! É assim que um pastor-gestor pensa em realizar o sonho de Deus.

Portanto, o segundo passo logo após planejar um sonho, um projeto, é realizá-lo conforme o planejado. Sim, **conforme o planejado**, pois de que adianta planejar e depois fazer tudo diferente? As pessoas podem até ter ideias e mudar o projeto, mas ele deve ser estudado novamente para que todas as variáveis, todas as “falhas” sejam revistas.

Prazos: sim, os prazos... Os terríveis prazos devem ser cumpridos à risca! Ora, se algo foi planejado e depois executado dentro do prazo, tudo está bem! Mas caso haja algo de errado, o projeto precisa ser revisto, os prazos reagendados e os prejuízos medidos.

Veja só o caso de uma Igreja que aluga um salão e, depois de economizar, compra um terreno e começa a levantar o templo! Que bênção, o terreno próprio para um templo bonito, todo decorado conforme o sonho de todos! Só que no orçamento está previsto que será necessário levantar a construção até maio, pois é o mês em que vence o contrato anual de aluguel do salão. Se o salão não for entregue nessa data, será necessário fazer outro contrato. Podemos perceber como planejamento e execução são importantes e devem andar juntos!

Portanto, assim que se inicia a etapa de execução – o quadrante D –, é necessário cumpri-lo à risca!

O pastor-gestor planejou tão bem que colocou o fim da obra no cronograma para o mês de abril, com um mês de folga para “imprevistos”. Mas isso quer dizer que imprevistos podem acontecer? Claro! Só que até os imprevistos têm tempo planejado para que não atrapalhem o bom andamento do projeto! Veja o cronograma novamente.

Quadro 2.4 – Orientação para projetos II

Etapa	2016					2017			
	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.
Elaboração do projeto									
Orçamento da construção									
Pessoal da obra									
Elaboração do cronograma									
Treinamento do pessoal									
Execução da obra									
Verificação do andamento									
Limpeza da obra									
Mudança									

Claro que a execução da obra abrange a maior parte do cronograma, mas ela não é a única. Cada etapa do cronograma precisa ter seu início e seu término definidos.

No ciclo PDCA indicado na Figura 2.1, é possível observar as seguintes expressões dentro do quadrante D:

- ∞ educar e treinar;
- ∞ executar;
- ∞ coletar dados.

Perceba que uma das etapas do cronograma é justamente o treinamento a ser executado que prepara os colaboradores da obra para a realização desta. Isso é importante, pois os treinamentos são excelentes oportunidades de “alinhar” as ideias de todos para que olhem na mesma direção, aquela apontada pelo líder, obviamente.

Após cada etapa terminada, deve haver uma etapa de avaliação do que foi feito, uma verificação. Isso é o que se chama de “coletar dados”, e faz parte da última etapa do quadrante D, ou seja, do quadrante de execução.

Somente podemos avaliar uma situação quando temos dados concretos para analisar. Não há espaço para “achismos” ou para “disputas emocionais” quando se avalia um projeto. Sendo o projeto planejado e aprovado, depois executado conforme o plano, não há razões para discordâncias no meio do caminho. Se mesmo assim essa situação ocorrer, é importante que as argumentações sejam baseadas em dados e fatos, e não em influências, partidatismo familiar ou situações do gênero.

Quando se executa uma tarefa do plano de ações, os dados devem ser coletados, preferencialmente por alguém que não tem envolvimento com a operação executada (pois essa pessoa

poderia burlar resultados para demonstrar eficácia). Essa é a razão de os dados serem coletados com o objetivo de verificar o andamento do projeto.

Bem, se falamos em verificar, então está na hora de avançarmos no ciclo PDCA. Vamos para a letra C, que significa “*check*” em inglês, ou seja, “verificar”, e diz respeito ao ato de verificar se tudo está dentro do planejado.

2.3.3 C – *To check* (verificar)

O terceiro quadrante resume-se em **checar metas versus resultados**. Ou seja, é o momento da verdade! E já podemos adiantar que é um momento absolutamente crítico para todos, principalmente para um ambiente de Igreja.

Algumas pessoas não gostam de ser avaliadas, porém, esse procedimento é imprescindível para obter-se o êxito nos projetos. Sendo assim, o processo de avaliação deve ser encarado com naturalidade e disposição para seguir as orientações necessárias.

Cabe ao pastor-gestor administrar situações como essa de modo que a verificação seja feita, pois ela é parte integrante do trabalho. Deve-se ter consciência que problemas acontecem e os momentos de verificação são usados para que não se descubra que algo saiu errado somente quando for tarde demais.

A verificação das atividades atrasadas acaba demonstrando quem é o responsável. Porém, uma das ideias da gestão ministerial não é encontrar “culpados”, e sim o momento dentro do fluxo de processo que pode não estar bem alinhado ao grupo de trabalho, vindo a gerar problemas maiores do que o atraso na construção de uma parede de blocos, por exemplo.

Há pessoas sensíveis e outras que tratam dessa questão com muita naturalidade. Mas é fato que o pastor-gestor deve sempre estar atento a situações desse tipo para minimizar os problemas. As pessoas devem ser ouvidas para explicar o problema evidenciado durante a verificação do andamento do projeto, o que se faz comparando o que já foi realizado com o que foi planejado.

A verificação é simples: aquilo que foi proposto por meio de planos de ações foi cumprido adequadamente? Se sim, ótimo! Caso contrário, devem-se levantar as razões, trabalhar em cada uma delas e, desse modo, alcançar um resultado rapidamente.

A etapa de verificação é importante, mas não necessariamente deve acontecer em um momento específico. Pode haver inúmeras verificações, mas o importante é que o revezamento aconteça: após um período de execução, deve haver um período de verificação.

2.3.4 A – *To act* (Agir)

Talvez o grande diferencial da gestão da qualidade seja o quarto quadrante da Figura 2.1. Sim, pois **planejar**, **executar** e **verificar** parece apresentar uma sequência lógica dos fatos. Quando se planeja a compra de um automóvel, talvez o planejamento não esteja completo ou com o nível de detalhamento adequado, mas dificilmente alguém acorda e se arruma para ir à feira e volta com um carro novo para casa.

O que ocorre é que às vezes os administradores dos projetos utilizam mal as etapas de planejamento ou execução e, no momento da avaliação dos resultados – novamente uma etapa de verificações –, acabam por responsabilizar as pessoas

erradas pelo sucesso ou fracasso. Se houve sucesso no resultado da execução de um planejamento bem feito, é devido a todos. Em caso de fracasso, há uma lista de culpados, pois dificilmente as pessoas assumem a responsabilidade por ele.

Mesmo assim, a etapa de verificação é a “hora da verdade”, e cabe ao pastor-gestor cuidar para que ela aconteça. Porém, sozinha, a verificação não ajuda a completar o círculo de gestão da qualidade. Depois de serem avaliados os resultados, deve-se passar à ação! Os resultados não devem ser avaliados por uma postura passiva do pastor-gestor ou pela busca de culpados quando as ações não deram certo. Devem-se levantar os motivos que levaram ao fracasso, a resultados não esperados e agir de tal modo que situações desse tipo não ocorram novamente.

Resumindo: diante dos resultados, é possível avaliá-los e, se necessário, tomar ações! Isso é que garante que o ser humano tenha capacidade para não cometer os mesmos erros ou avaliar quais foram as melhores estratégias adotadas. A ação faz a grande diferença quando se planeja a melhoria contínua de tudo o que se executa dentro ou fora das igrejas.

2.4 Requisitos de gestão da qualidade

A partir deste ponto do texto, apresentaremos alguns requisitos que mostram como organizar melhor a Igreja e adequá-la ao ciclo PDCA, que é a base da gestão da qualidade para uma boa gestão ministerial. Alguns requisitos são baseados nas normas

da ABNT (2015) e podem ser aplicados dentro da Igreja para a melhor organização dos planos relacionados a ela.

A Igreja deve estabelecer, documentar, implementar e manter um sistema de gestão da qualidade e continuamente melhorar sua eficácia.

Portanto, a Igreja deve:

- ∞ identificar os processos necessários para o sistema de gestão da qualidade e sua aplicação em toda a Igreja;
- ∞ determinar a sequência e a interação dos processos;
- ∞ determinar os critérios e os métodos necessários para assegurar que tanto a operação quanto o controle dos processos sejam eficazes;
- ∞ assegurar a disponibilidade de recursos e informações necessários para dar suporte à operação e ao monitoramento dos processos;
- ∞ monitorar, medir e analisar os processos;
- ∞ implementar as ações necessárias para atingir os resultados planejados e a melhoria contínua dos processos.

Os processos necessários indicados para o sistema de gestão da qualidade devem incluir os processos da atividade de gestão, a provisão de recursos e a realização da obra.

Pelo sistema de gestão da qualidade, o pastor-gestor deve ter a visão do todo da Igreja. Tudo o que acontece dentro da sua Igreja faz parte de todo um sistema de gestão da qualidade que deve ter por objetivo o serviço. Porém, conforme afirmamos anteriormente, o serviço não deve ser realizado para satisfazer os desejos das pessoas, mas sim estar alinhados aos planos de Deus para a Igreja. O pastor-gestor agirá, pois, como um facilitador

que trilhará os caminhos para que a Igreja atinja tais objetivos propostos, utilizando-se do ciclo PDCA. Assim, a ideia é que essa “visão do todo” possibilite identificar absolutamente todas as atividades que precisam ser realizadas para que a Igreja “funcione” perfeitamente. Isso facilitará a identificação de ministérios que não são muito efetivos, pessoas que atuam em mais de um ministério e, portanto, tendem a ser mais cobradas (causando frustração e, quem sabe, esgotamento espiritual) etc.

Exemplos de processos para que um culto aconteça de forma organizada:

- ∞ preparação da liturgia;
- ∞ ensaio dos cânticos;
- ∞ ensaio do coral;
- ∞ envio do boletim para a gráfica;
- ∞ levantamento de avisos para o culto;
- ∞ organização do culto infantil.

Esses são elementos que precisam ser pensados, planejados e executados para que o povo de Deus participe de um culto alegre, festivo, com ensino adequado para as crianças e com cada setor bem organizado.

2.4.1 Responsabilidade e comprometimento da liderança

O pastor e a liderança da Igreja devem demonstrar seu comprometimento com o desenvolvimento e a implementação do sistema de gestão da qualidade e, continuamente, melhorar a eficácia deste por meio de:

- ∞ comunicação à Igreja sobre a importância de se atender aos propósitos da Palavra de Deus;
- ∞ estabelecimento de política da qualidade;
- ∞ garantia de que os objetivos da qualidade sejam estabelecidos;
- ∞ condução das análises críticas pela liderança;
- ∞ garantia de disponibilidade de recursos.

A liderança está comprometida? O pastor-gestor está envolvido ou cruza os braços e fica esperando a “vontade de Deus”? Existe uma visão da qualidade de tudo o que deve ser feito para Deus. Ela não precisa necessariamente estar escrita, mas todos devem conhecer a visão da Igreja para o ano que está sendo planejado.

Quais são os objetivos para o próximo ano? Para onde a Igreja caminhará? Existem recursos para isso ou o pessoal vai ficar esperando milagres, correndo o risco de deixar aquela construção no meio do caminho? Serão organizados e planejados momentos para a verificação do andamento do trabalho?

2.4.2 Foco no público

O pastor e a liderança da Igreja devem assegurar que os requisitos da Palavra de Deus para o seu povo sejam determinados e cumpridos, com o objetivo de pastorear esse povo e também agregar novas pessoas ao rebanho.

O pastor e a liderança da Igreja olham para o povo e têm planos para o crescimento espiritual do rebanho? O pastor e os ministérios têm olhar espiritual sobre o povo de Deus agregado na Igreja? A satisfação das pessoas – voltamos a insistir – não deve ser voltada àquilo que somente agrada ao coração dos

membros da Igreja, porém, antes, é aquilo que agrada ao coração de Deus, que sonhou, planejou e, por meio do pastor-gestor e dos ministérios, realiza o plano na vida do seu povo.

2.4.3 Política da qualidade

O pastor e a liderança da Igreja devem assegurar que a política da qualidade:

- ∞ seja apropriada aos objetivos da Igreja;
- ∞ inclua um comprometimento para estarem em conformidade com os requisitos e, continuamente, melhorarem a eficácia do sistema de gestão da qualidade;
- ∞ forneça uma estrutura para que sejam estabelecidos e analisados criticamente os objetivos da qualidade;
- ∞ seja comunicada e entendida dentro da Igreja;
- ∞ seja analisada criticamente quanto a sua contínua adequação.

Para que você compreenda de modo prático a política da qualidade na Igreja, é importante considerar que tais orientações são simples “frases de efeito”, ou seja, as ações não devem se limitar a palestras, listas de presença ou fixação de cartazes, mas sim ser desdobradas em objetivos, metas e planos de ação. A operacionalização dos itens que indicamos demonstra a efetiva implementação da política da qualidade. Qual é a visão para a Igreja? Veja um exemplo: “Em 2016, a Igreja caminhará em direção à excelência na Pessoa de Cristo, proclamando as boas novas, estando ao lado dos pobres e trazendo alento aos necessitados”.

Talvez o anúncio pareça vago, mas tal ação demonstra, num planejamento, que essa Igreja se desenvolverá por meio

do trabalho de assistência social aos pobres, do trabalho de capelania hospitalar etc. Você percebe que o povo de Deus precisa saber para onde a Igreja caminha? Além disso, foi apresentado o período de tempo, que é o ano de 2017. Imagine que entre o final do ano de 2016 e o início de 2017 os pastores da Igreja e a liderança dos ministérios comecem a contagiar o povo, divulgando os desafios e os planos que Deus tem para a Igreja! E tudo isso seguindo o ciclo PDCA.

2.4.3.1 Planejamento: objetivos da qualidade

O pastor e a liderança da Igreja devem assegurar que os objetivos da qualidade sejam estabelecidos nas funções e nos níveis relevantes dentro da Igreja. Os objetivos da qualidade devem ser mensuráveis e consistentes com a política da qualidade.

2.4.3.2 Planejamento do sistema de gestão da qualidade

O pastor e a liderança da Igreja devem assegurar que:

- ∞ o planejamento do sistema de gestão da qualidade seja executado a fim de atender aos requisitos estabelecidos no planejamento, bem como aos objetivos da qualidade;
- ∞ a integridade do sistema de gestão da qualidade seja mantida quando mudanças nesse sistema forem planejadas e implementadas.

Já foi bem explicado que os objetivos devem estar alinhados aos processos identificados para que o bom andamento da Igreja aconteça. Caso ocorram mudanças durante o processo, o importante é que elas também participem do ciclo PDCA, ou seja,

estejam conforme aquilo que foi planejado e executado. Havendo alguma alteração, o projeto deve ser avaliado, verificado, e ações devem ser tomadas para o bom andamento do trabalho.

Evidenciamos, então, que um trabalho está bem estruturado em uma Igreja quando é possível verificar que alguns documentos, como os objetivos, as metas e os prazos, bem como os planos de ações com responsáveis, são estabelecidos, comunicados e cumpridos.

2.4.4 Responsabilidade, autoridade e comunicação

O pastor e a liderança da Igreja devem assegurar que as responsabilidades, as autoridades e suas inter-relações sejam definidas e comunicadas dentro da Igreja.

Portanto, a responsabilidade pode ser definida em termos:

- ∞ organizacionais, isto é, áreas/setores *versus* atividades/processos/requisitos;
- ∞ funcionais, isto é, função/cargo *versus* ações de tomada de decisão.

Quem faz o que em sua Igreja? Todos dão palpites no trabalho diaconal? Os ministérios têm autonomia para trabalhar? A Igreja precisa saber com quem deve tratar de cada assunto, e isso é facilitado quando os processos, departamentos e planos têm responsáveis. Caso contrário, o pastor acaba sendo o responsável por tudo, e no caso de algo dar errado, será “crucificado” por causa de alvos não alcançados. Não se trabalha só em lugar algum.

2.4.5 Representantes dos ministérios

O pastor e a liderança da Igreja devem indicar um responsável para cada ministério que, independentemente de executar outras funções, deve ter responsabilidade e autoridade que incluam:

- ∞ assegurar que os processos necessários para o sistema de gestão da qualidade sejam estabelecidos, implementados e mantidos;
- ∞ reportar ao pastor o desempenho do sistema de gestão da qualidade e qualquer necessidade de melhoria;
- ∞ assegurar a promoção da conscientização dos requisitos da Palavra de Deus em toda a Igreja.

A responsabilidade de um representante de ministério pode incluir que ele seja o elo que une as partes interessadas sobre assuntos relacionados com o sistema de gestão da qualidade.

Consideramos importante a ideia de haver alguém responsável pelo sistema da qualidade como um todo que não seja o pastor-gestor – estamos falando de *corresponsabilidade*. Que interessante seria que, além dos ministérios espirituais de uma Igreja, houvesse também um ministério de gestão que coordenasse e acompanhasse de perto o sistema de gestão de qualidade (auxiliando o pastor-gestor e até mesmo reportando para este o andamento da mesa diaconal, da superintendência da escola dominical, dos cultos nos lares e assim por diante). Esse ministério de gestão poderia ser de responsabilidade de um pastor assistente ou de algum membro da liderança da Igreja.

Não se trata de uma exigência, mas consideramos interessante haver uma pessoa responsável por esse trabalho de coordenação. Na sua Igreja, já aconteceu de departamentos diferentes

agendarem um evento ao mesmo tempo para o mesmo dia? Ou eventos diferentes para lugares diferentes programados para o mesmo dia e horário, mas para os quais seria necessário o uso do *data-show* e na Igreja só havia um? Com uma única pessoa coordenando os recursos, fica tudo mais fácil.

2.4.6 Comunicação interna

O pastor e a liderança da Igreja devem assegurar que os processos apropriados de comunicação sejam estabelecidos dentro da igreja e que a comunicação aconteça em relação à eficácia do sistema de gestão da qualidade.

Para que a comunicação interna seja eficiente, propomos as seguintes ações:

- ∞ É recomendável um procedimento para contemplar as comunicações internas.
- ∞ Deve-se ter cuidado para que não haja registros em duplicidade.
- ∞ É recomendável a criação de um controle de comunicações que possa rastrear os registros envolvidos.

Como desejar que um sonho seja concretizado se esse sonho ficar somente na cabeça do pastor? Esse é o ponto para a gestão ministerial dar certo! É necessário um conjunto de cuidados que mostrem que a comunicação é eficaz entre a equipe ministerial e os pastores, entre os pastores e a Igreja e assim por diante. Só não vale formalizar a comunicação “boca a boca” como ferramenta de divulgação dos trabalhos da Igreja. A comunicação informal pode ser uma delas, mas a Igreja deve providenciar um mural de notícias com a programação semanal, mensal, semestral e especial. Além disso, em tempos de tecnologias, se

a Igreja tiver condições e membros com acesso à internet, pode criar um *site*, enviar convites para as programações por *e-mail*, disponibilizar áudios e vídeos de pregações e estudos bíblicos, além de firmar acordos com empresas de telefonia celular para o envio de mensagens com as programações da semana para os membros que desejarem receber gratuitamente as informações de programação, entre outros.

2.4.7 Análise crítica pela direção: generalidades

O pastor e a liderança da Igreja devem analisar criticamente o sistema de gestão da qualidade da Igreja a intervalos planejados, para assegurar sua continuada pertinência, adequação e eficácia. Essa análise crítica deve incluir a avaliação das oportunidades de melhoria e a necessidade de mudanças no sistema de gestão da qualidade, inclusive da política e dos objetivos da qualidade. É necessário que o sistema de gestão da qualidade considere dados de entrada e saída para análise crítica.

Os dados de entrada para análise crítica pelo pastor e pela liderança da Igreja devem incluir informações sobre:

- ∞ resultados de auditorias;
- ∞ retorno de informações dos membros;
- ∞ desempenho do processo e conformidade com as exigências da Palavra de Deus;
- ∞ situação das ações preventivas e corretivas;
- ∞ ações de acompanhamento das análises críticas anteriores;
- ∞ mudanças planejadas que poderiam afetar o sistema de gestão da qualidade;
- ∞ recomendações de melhoria.

Os dados de saída da análise crítica pelo pastor e pela liderança da Igreja devem incluir quaisquer decisões e ações relacionadas:

- ∞ à melhoria da eficácia do sistema de gestão da qualidade e seus processos;
- ∞ à melhoria dos serviços referentes aos requisitos da Palavra de Deus;
- ∞ às necessidades de recursos.

Como o próprio nome explica, o requisito chamado *análise crítica* diz respeito à ação dos ministérios ao avaliar a própria atuação. Em um processo de análise crítica, fatos são verificados de acordo com o que estava previsto.

Com base na comparação entre o que foi planejado e o que foi executado, há as seguintes opções: 1) Se tudo foi executado dentro do prazo e dentro do modelo esperado, parabéns!; 2) Se algo não saiu conforme o planejado, deve ser retomado ou redesenhado o projeto inicial.

As estruturas de funcionamento da Igreja exigem que seja feita também uma avaliação global dos ministérios. Como está o desempenho dos ministérios? Pode até ser que eles cumpriram o calendário de programações. No entanto, quando se trabalha dentro de um ministério, se o pastor-gestor soube observar os projetos e os prazos, mas se esqueceu das pessoas e dos corações, não cumpriu o objetivo da Igreja. Portanto, atingir o objetivo do projeto não significa que tudo esteja resolvido (isso pode acontecer dentro de organizações que veem as pessoas como números). Dentro da Igreja, a avaliação é ampla e analisa o quão foi prazeroso e abençoado o trabalho que as pessoas realizaram em equipe. O pastor-gestor precisa estar atento a esses “detalhes”, os quais, se não cuidados, podem derrubar um ministério.

2.4.8 Gestão de provisão de recursos

O pastor e a liderança da Igreja devem determinar e prover os recursos necessários para:

- ∞ implementar e manter o sistema de gestão da qualidade e, continuamente, melhorar a sua eficácia;
- ∞ aumentar a satisfação da Igreja por meio do atendimento a seus requisitos;
- ∞ atender as demandas a respeito do funcionamento da Igreja.

2.4.8.1 Recursos humanos

As pessoas que executam algum trabalho na Igreja devem ser competentes com base em educação apropriada, treinamento, habilidades e experiência.

A Igreja deve:

- ∞ determinar a competência necessária para as pessoas que executam trabalhos que possam afetar a qualidade do serviço;
- ∞ fornecer treinamento ou tomar outras ações para satisfazer aos requisitos;
- ∞ avaliar a eficácia das ações executadas;
- ∞ assegurar que as pessoas estejam conscientes da relevância e importância de suas atividades e como elas contribuem para a realização dos objetivos da qualidade;
- ∞ manter registros adequados de educação, treinamento, habilidades e experiência.

Como exigir eficiência das pessoas que executam a obra do Senhor se elas não forem instruídas, orientadas, direcionadas? O pastor-gestor precisa sempre se preocupar com os recursos humanos, pois não há nada mais importante do que as pessoas dentro de uma Igreja.

Houve reclamação de que aulas da escola dominical ou do curso bíblico não são interessantes? Será que os orientadores que ministram as aulas se prepararam convenientemente? Eles exercem seu dom plenamente? O que pode estar havendo para que ocorra um desgaste?

Por essas razões, Igreja precisa capacitar as pessoas. Diáconos que recebem com um sorriso o visitante já apresentam o cartão de visitas da Igreja. O culto será mais abençoado para alguém que foi bem recebido, alguém que foi bem tratado no meio de uma multidão. Sim, vivemos em cidades em que as pessoas convivem, mas muitas vezes não conversam, não estabelecem vínculos – e o ser humano não foi criado para ser solitário; ele foi concebido para viver em grupo, em sociedade. Na sociedade, parece que as pessoas estão ocupadas demais para dar atenção a outrem.

Alguém numa condição de solidão que chega a uma Igreja e é muito bem recebido, conseqüentemente, sente-se à vontade. Quando participa do culto e o aprecia, quando percebe que o louvor foi maravilhoso, sem erros, sem imprevistos ou algo semelhante, que a pregação foi consistente, com conteúdo, não algo feito de última hora, será que essa pessoa volta? Provavelmente, sim! Mas, para isso, toda a Igreja, todos os ministérios precisam estar capacitados, preparados.

2.4.8.2 Recursos materiais

A Igreja deve também determinar, fornecer e manter a infraestrutura necessária para atender as necessidades das pessoas e os requisitos legais. A infraestrutura inclui:

- ∞ edifícios, espaço de trabalho e utilidades associadas;
- ∞ equipamentos de processo;
- ∞ serviços de apoio, tais como transporte e comunicação.

Além disso, a Igreja deve determinar e gerenciar o ambiente de trabalho necessário para atingir os requisitos do serviço. Nesse caso, o pastor-gestor deve agir do mesmo modo que agiu para as demais questões que apresentamos anteriormente, mas agora voltado para as instalações: nada de pintura velha, bancos ruins, púlpito improvisado. O templo do Senhor é algo que deve ser consagrado, e portanto, deve ser o melhor, uma oferta de gratidão. Cuidemos, com simplicidade e esmero, das instalações onde o Senhor é adorado!

2.4.9 Medição, análise e melhoria: generalidades

A Igreja deve planejar e implementar os processos de monitoramento, medição, análise e melhoria necessários para:

- ∞ demonstrar a conformidade do serviço;
- ∞ assegurar a conformidade do sistema de gestão da qualidade;
- ∞ melhorar, continuamente, a eficácia do sistema de gestão da qualidade.

Para realizar essas ações, o sistema de gestão de qualidade deve incluir a determinação de métodos aplicáveis, incluindo técnicas estatísticas e a extensão do seu uso. Portanto, deve ser iniciado o trabalho de análise crítica, mas com ferramentas de qualidade específicas. O objetivo é que, após um tempo de exercício do ciclo PDCA – quando o pastor-gestor conheceu os planos de Deus e agiu de modo planejado para que tudo ocorresse em conformidade com o plano inicial –, chega o momento de uma reflexão mais profunda. Para isso, dados coletados e impressões devem ser levados em consideração. Conversas com os membros dão sinais que ajudam a compreender se o plano está sendo absorvido e aproveitado pela comunidade ou, ao contrário, não têm alcançado os objetivos planejados.

2.5 Gestão do tempo

Uma das desculpas mais usadas para justificar um trabalho que não foi feito como deveria ou mesmo para não se assumir algum compromisso na Igreja é a falta de tempo. Vivemos em um contexto em que o tempo se tornou algo muito valioso. Nunca há tempo suficiente para realizarmos todas as tarefas que precisamos nem para aquilo que gostaríamos de fazer. Essa é uma característica da nossa sociedade que afeta a todas as pessoas, de modo geral. Mas devemos estar atentos para que essa “correria desenfreada” não prejudique o trabalho a serviço do Reino de Deus nem a nossa qualidade de vida! Algumas ações podem nos ajudar a organizar melhor o tempo que temos à disposição.

A liderança da Igreja e o pastor-gestor devem definir prioridades. Em gestão de tempo, podemos dizer que todas as discussões têm a falta de foco e de objetividade como o principal obstáculo. Trata-se da necessidade de definição de prioridades como a melhor maneira de organizamos nosso tempo.

Um dos fatores preponderantes na organização do tempo é o amplo leque de possibilidades que temos a nosso dispor. A rigor, o tempo é o mesmo de alguns anos atrás, em que “o tempo passava mais devagar, segundo os mais velhos. O que mudou é a grande quantidade de possibilidades que temos na atualidade. Antigamente, se nossos pais ou avós quisessem ouvir uma música, havia poucas opções. Hoje, com os avanços da tecnologia, seriam necessários vários meses ou anos para que pudéssemos ouvir tudo o que temos a nosso alcance – e isso só para citar um exemplo. Podemos multiplicar os exemplos: temos mais opções de áreas de trabalho, cursos de formação, lazer e, até mesmo, Igrejas.

Essa grande quantidade de opções muitas vezes nos deixa “perdidos”, pois temos uma tendência a querer experimentar todas as opções e sempre acabamos lamentando as oportunidades perdidas. Ora, mas devemos reconhecer que muitas vezes ficamos “perdidos” diante da grande quantidade de opções porque não sabemos direito o que queremos. Se estivermos seguros daquilo que queremos, dificilmente “perderemos tempo” com as nossas escolhas.

Portanto, devemos ter bem definidas quais são as nossas prioridades para o dia, para a semana, para o mês, para o ano, enfim, para toda a nossa vida. Prioridades são aquelas coisas que não podemos deixar de fazer. As outras coisas são secundárias, e não haverá problemas se deixarmos de fazer algumas delas ou

se as deixarmos para depois. Por exemplo: Ler a Bíblia é uma prioridade? Se for, você dedicará alguns momentos para a leitura diária da Bíblia. Se no seu dia sobrar tempo, poderá assistir a um filme, por exemplo, que é algo secundário. Mas nunca poderá deixar de fazer algo prioritário para realizar algo secundário. Se prestarmos atenção e fizermos uma lista, podemos descobrir que usamos muito mais o nosso tempo com coisas secundárias.

Há uma história muito interessante, de autoria anônima, que ilustra a importância de definirmos prioridades. Conta essa história que um consultor, especialista em gestão do tempo, quis surpreender as pessoas numa conferência. Tirou debaixo da mesa um frasco grande de boca larga, colocou-o em cima da mesa, junto a uma bandeja com pedras do tamanho de um punho, e perguntou: “Quantas pedras pensam que cabem neste frasco?”. Depois de as pessoas presentes fazerem suas conjecturas, ele começou a colocar pedras ali até que encheu o frasco. E então perguntou: “Está cheio?”. Todos olharam para o frasco e disseram que sim.

Então ele tirou debaixo da mesa um saco com pedrinhas pequenas. Colocou parte dessas pedrinhas dentro do frasco e agitou-o. As pedrinhas penetraram nos espaços deixados pelas pedras grandes. O consultor sorriu com ironia e repetiu: “Está cheio?”. Desta vez os ouvintes duvidaram: “Talvez não”, responderam. “Muito bem!”, disse ele, e pousou na mesa um saco com areia que começou a despejar no frasco. A areia infiltrava-se nos pequenos buracos deixados pelas pedras grandes e pelas pedrinhas. “Está cheio?”, perguntou de novo. “Não!”, exclamaram os presentes. Então o consultor pegou uma jarra com água e começou a derramá-la dentro do frasco. O frasco absorvia a água sem transbordar. “Bom, o que acabamos de demonstrar?”,

perguntou. Um ouvinte, mais afoito, arriscou: “Que não importa o quão cheia está a nossa agenda; se quisermos, sempre conseguiremos fazer com que caibam mais compromissos”. “Não!”, concluiu o especialista, “o que esta lição nos ensina é que se não colocarmos as pedras grandes primeiro, não poderemos colocá-las depois.”

Devemos considerar quais são as pedras grandes, ou seja, quais são nossas prioridades. Como nos orienta Jesus, devemos buscar, em primeiro lugar, o Reino de Deus e a sua justiça, que as demais coisas nos serão acrescentadas (Mateus 6: 33).

Uma análise interessante para o conceito de gestão de tempo é a compreensão grega de *tempo*. Os gregos têm duas palavras para expressar o tempo: *chronos* e *kairos*. *Chronos* se refere ao tempo sequencial, cronológico, sendo de natureza quantitativa e utilizado para descrever horários, prazos e atrasos, por exemplo. Já *kairos* se refere ao “momento oportuno”, não mensurável, sendo, portanto, de natureza qualitativa e utilizado para descrever a sensação de aproveitamento do tempo com prazer. Na teologia, *kairos* é aplicado para descrever o “tempo de Deus”, enquanto *chronos* descreve o “tempo dos homens” (Ferreira, 2009).

Concluimos facilmente que necessitamos da noção de tempo cronológico para organizarmos nossas tarefas e atividades, definindo prazos e horários para a execução dessas tarefas. A noção de *chronos* nos ajuda a medir e organizar melhor o nosso tempo. Todavia, o tempo *kairos* é o tempo que deve ser vivido, em que nos dedicamos a usufruir do prazer e da alegria que Deus nos concede, seja ao realizarmos a Sua obra, seja ao gozar as Suas bênçãos.

2.6 Cultura administrativa

O conceito de cultura administrativa também é de grande importância e deve ser considerado de maneira a colaborar para que a Igreja de Cristo cumpra o requisito de proclamar os valores do Evangelho sem impor uma determinada cultura. Portanto, a Igreja deve se inserir nas mais variadas culturas, respeitando aqueles elementos que não são contrários aos valores do Evangelho.

Isso deve significar também que o modelo de administração eclesial deve respeitar a cultura local em que a Igreja está inserida, aproveitando os elementos dessa cultura para garantir um melhor relacionamento entre as pessoas envolvidas no trabalho e extrair de cada uma delas o que têm de melhor para dedicar ao Senhor.

Todavia, ao se respeitar as culturas, a Igreja deve ter a compreensão de que ela também ajuda a produzir culturas, como todas as instituições sociais. Dessa forma, ela deve atuar de maneira a influenciar as culturas a melhorarem em diversos aspectos, pois entendemos que nenhuma cultura é perfeita. Podemos perceber, por um lado, influências negativas dos sistemas de governo de Igrejas ao longo da história: regimes administrativos autoritários, totalitários, centralizados, machistas, discriminatórios, elitistas e outros tantos que têm, muitas vezes, respaldo nas práticas das Igrejas, tanto no passado quanto na atualidade.

De igual maneira, muitas contribuições também podem ser observadas, como a adoção de sistemas administrativos mais humanos, a inclusão na liderança de pessoas discriminadas na

sociedade, como negros, mulheres, pobres e pessoas de pouco estudo, maior tolerância e respeito, entre outras.

O que devemos ter em mente é que os líderes da Igreja devem conhecer e respeitar a cultura local na qual a Igreja está inserida, aproveitando e otimizando os elementos culturais que podem contribuir para o melhor serviço da Igreja, ao mesmo tempo em que atua de maneira a adequar as culturas aos valores do Evangelho.

Questionário de administração eclesiástica

1. Qual é a missão da Igreja?
2. O propósito de um pastor estudar gestão ministerial encontra fundamento em dois princípios que remetem ao seu chamado pastoral. Quais são eles?
3. Qual é a ferramenta que se trata de uma ótima estratégia a ser utilizada em qualquer esfera: **corporativa**, **eclesiástica** ou **pessoal**?
4. Quais são os quadrantes do ciclo PDCA e o que cada um deles significa?
5. Cite três ações que a Igreja deve tomar para manter um sistema de gestão da qualidade e melhorar continuamente sua eficácia.
6. Defina com suas palavras a importância da administração eclesiástica.

Referências

- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>. Acesso em: 26 ago. 2015.
- BARRO, J. H. (Org.). **O pastor urbano**: dez desafios práticos para um ministério urbano bem-sucedido. Londrina: Descoberta, 2003.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Paulus, 2002.
- BROWN, M. **A gestão de projetos com sucesso**: planejamento eficaz, como controlar o tempo, gestão dos custos, assegurar a qualidade. Lisboa: Presença, 1993.
- CAMPANHÃ, J. **Planejamento estratégico**: como assegurar qualidade no crescimento de sua igreja. São Paulo: Vida, 2000.
- CHIAVENATO, I. **Teoria geral da administração**: abordagens prescritivas e normativas da administração. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.
- DICIONÁRIO eletrônico Houaiss. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss; Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.
- DRUCKER, P. F. **As organizações sem fins lucrativos**. Lisboa: Difusão Cultural, 1993.
- FERREIRA, E. R. Tempo cronos e tempo kairos. **Administradores**, [S.l.], 23 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/tempo-cronos-e-tempo-kairos/31257>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss; Objetiva, 2001.
- KOTLER, P. **Marketing para organizações que não visam o lucro**. São Paulo: Atlas, 1994.
- MCGAVRAN, D. A. **Compreendendo o crescimento da Igreja**. São Paulo: Sepal, 2001.
- PERLARD, G. O ciclo PDCA e a melhoria contínua. **Sobre administração**, 1º jun. 2011. Disponível em: <<http://www.sobreadministracao.com/o-ciclo-pdca-deming-e-a-melhoria-continua>>. Acesso em: 26 ago. 2015.
- ROLDÃO, V. S. **Gestão de projetos**: como gerir em tempo, custo e qualidade. Lisboa: Monitor, 1992.
- SOUSA, A. de. **Introdução à gestão**: uma abordagem sistêmica. Lisboa: Verbo, 1990.
- SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- SWINDOLL, C. R. **Liderança em tempos de crise**. São Paulo: Mundo Cristão, 2004.
- TEIXEIRA FILHO, J. **Gerenciando conhecimento**: como a empresa pode usar a memória organizacional e a inteligência competitiva no desenvolvimento de negócios. Rio de Janeiro: Senac, 2000.
- TEIXEIRA, S. **Gestão das organizações**. Lisboa: McGraw-Hill, 1998.

- WAGNER, G. **Igreja S/A**: dando adeus à igreja-empresa e recuperando o sentido da igreja-rebanho. São Paulo: Vida, 2003.
- WAGNER, P. **Estratégia para o crescimento da Igreja**. São Paulo: Sepal, 1995.
- WARREN, R. **Uma Igreja com propósitos**. São Paulo: Vida, 1997.

Respostas

1. A missão da Igreja é proclamar o Evangelho de Jesus Cristo – que é salvação. Mas, de igual forma, as Igrejas precisam ser eficientes na sua missão, sob o risco de serem totalmente descartáveis para o Reino de Deus e para a sociedade na qual estão inseridas.
2. O pastor não deve executar de modo desleixado a obra que o Senhor lhe confiou; ele deve ser responsável e não atribuir, covardemente, eventuais fracassos a Deus.
3. O ciclo PDCA.
4. *Plan* (planejar); *do* (fazer, executar); *check* (verificar); *act* (agir).
5. Entre as ações a serem tomadas, podem ser indicadas as seguintes: identificar os processos necessários para o sistema de gestão da qualidade e sua aplicação em toda a Igreja; determinar a sequência e a interação dos processos; determinar os critérios e os métodos necessários para assegurar que tanto a operação quanto o controle dos processos sejam eficazes; assegurar a disponibilidade de recursos e informações necessários para dar suporte à operação e ao monitoramento dos processos; monitorar, medir e analisar os processos; implementar as ações necessárias para atingir os resultados planejados e a melhoria contínua dos processos.
6. Resposta pessoal.

UNWINTER

* As informações deste capítulo são baseadas principalmente em Archer Junior (2000), Bancroft (1995), Bergstén (1999), Cairns (1995) e César (2000).

UNINTER

Missiologia*

Capítulo 3¹

Uma velha lenda indígena conta de um índio que desceu das montanhas e pela primeira vez viu o oceano. Maravilhado com o que via, ele pediu um balde. Depois entrou um pouco mar adentro e encheu o balde. Quando lhe perguntaram o que ele estava fazendo, respondeu: “Lá nas montanhas meu povo nunca viu as grandes águas. Vou levar este balde cheio para eles, para que possam ver com que elas se parecem”.

Da mesma maneira que esse índio levou um balde de água para sua tribo, o cristão tem a missão de levar Jesus Cristo a todas as nações. Acompanhá-lo é aventurar-se a mergulhar no lago que parecia miragem aos olhos do viajante cansado. O mundo no qual Jesus nos introduz apresenta visões jamais vistas, melodias e palavras nunca antes ouvidas, concepções e ideias que em tempo algum surpreenderam o coração humano.

1 Todas as passagens bíblicas indicadas neste capítulo são citações de Bíblia (2002).

Seguir Jesus é o mais fascinante projeto de vida. Nada pode ser comparado à possibilidade de existir em Jesus. Aceitar seu convite é deixar-se transformar em metáforas vivas: a **mente** se torna repleta de ideias como um rio povoado de cardumes; o **coração** abrasa-se como vulcão em erupção; os **pés** adquirem a velocidade das gazelas e dos leopardos no encalço da sua presa; as **mãos** se transformam em garras que não ferem, só curam; o **olhar** se converte em sol que ilumina os cantos escuros do coração; os **ouvidos** se metamorfoseiam em caracóis captadores do som dos mares conturbados da experiência humana e da voz, como a voz de muitas águas, do Senhor da história.

Jesus esteve com o povo. Ele não tinha apenas uma mensagem para o povo, mas muitas. Sua mensagem variava entre consolação e enfrentamento do pecado – com doçura, com ternura, mas, ainda assim, enfrentamento. Também esteve com ricos, e sua mensagem para eles não era apenas uma única. Ouvimos falar que Jesus comia com publicanos e pecadores e quase sempre pensamos naquele pessoal esfarrapado, no João-ninguém da Galileia. Mas o publicano era tudo, menos um João-ninguém. Em geral, o publicano era rico e extremamente desonesto, opressor, aliado ao império dominador, abusador do povo, explorador, colocando as taxas e os impostos nos níveis os mais altos possíveis. No entanto, apesar disso, Jesus entrou na casa deles, comeu com eles e lhes anunciou o Reino de Deus.

Que Deus nos ajude a realizarmos tão grande e sublime tarefa.

3.1 Definição de termos

A palavra *missões* procede do termo latino *missio*, que significa “enviar”. No Novo Testamento, encontramos a palavra grega *avpo, stoloj (apostello)*, com o mesmo significado de “enviar” (César, 2000).

Por volta do século XVI, a palavra *missões* passou a significar “a Igreja sendo enviada ao mundo para pregar o Evangelho aos perdidos”. O Senhor Jesus não só propicia o motivo supremo, mas também é a autoridade que mandou sua Igreja “pescar” homens para seu Reino. Como Mestre por excelência e exemplo na arte de fazê-lo, Ele prometeu êxito na tarefa, se cumprimos as condições como está escrito: “Vinde após mim, e eu vos farei pescadores de homens” (Mateus 4: 19).

Para se entender o que é missões é preciso partir do seguinte princípio: Deus deu o seu filho ao mundo e o próprio filho se deu para a salvação de todos os homens que se encontram perdidos.

A palavra *missão* ou *missões* no sentido de enviar alguém ao campo missionário, não aparece nas Escrituras Sagradas, porém é um termo comum aplicado a um tipo de ação da Igreja cristã. Assim não é um termo bíblico, ou seja, não existem as palavras como *missionário* e *missão* no Novo Testamento. O que existe é uma ordem, uma “delegação divina” para que a mensagem do Evangelho seja transmitida a todas as nações. Portanto, de acordo com Escola de Missões (2005): “missões são algo que exige urgência, e que pode e deve ser realizado em qualquer lugar, individual ou coletivamente, a tempo e fora de tempo. Desse modo, as missões só oferecem duas opções: ir ou enviar”.

Posto isso, podemos dizer que missiologia bíblica é a ciência que tem por finalidade o estudo da **grande comissão**² dada pelo Senhor Jesus Cristo à sua Igreja, como ordenou o Mestre: “Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a toda criatura” (Marcos 16: 15). O conhecimento dessa disciplina é fundamental, pois testificar aos homens, apresentando-lhes as verdades do Evangelho ou as boas novas acerca de Jesus Cristo nosso Senhor e Salvador, é obrigação séria e responsabilidade iniludível de cada cristão.

O Senhor Jesus comissionou seus seguidores a fazerem discípulos em todas as nações (Mateus 28: 18-20). Isso implica que a Igreja deve enviar missionários a todas as partes do mundo.

3.2 O nascimento das missões

Desde a fundação do mundo, conforme o amor e a misericórdia, a Trindade Santa proveu um meio pelo qual os pecadores pudessem ser salvos, e essa salvação deveria ser executada em reciprocidade. De acordo com o maravilhoso plano, Deus Pai enviaria seu Filho ao mundo para redimi-lo (o mundo); Deus Filho, voluntariamente, viria ao mundo para executar a salvação por sua obediência, morte e ressurreição e enviaria o Espírito Santo; e Deus Espírito Santo – agente da salvação e consumidor da redenção – aplicaria a salvação aos pecadores, que pela fé, receberiam a Jesus como seu Salvador, trazendo-lhes a graça salvadora. Portanto, as Escrituras mostram que o plano da salvação foi delineado na eternidade; conseqüentemente, não foi

² A *grande comissão* é formada principalmente por Jesus Cristo e completada pelos discípulos. É um conceito bíblico que significa “evangelização”.

uma imprevisão dos tempos ou resultado das circunstâncias, tampouco fruto de um processo histórico.

Tal desígnio se encontra claramente revelado nas Escrituras. O apóstolo João, repetidamente, declara que Deus enviou seu Filho, como está escrito: “Nisto está o amor, não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou a nós, e enviou seu Filho para propiciação pelos nossos pecados” (I João 4: 10). Cristo falou de sua missão recebida de Deus Pai no momento de sua oração sacerdotal, dizendo: “Eu glorifiquei-te na Terra, tendo consumado a obra que me deste a fazer” (João 17: 4). Com igual clareza, as Escrituras ensinam que o Espírito Santo foi enviado pelo Pai e pelo Filho, como podemos observar: “Mas aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome.” (João 14: 26); “Mas, quando vier o Consolador, que eu da parte do Pai vos hei de enviar, aquele Espírito de verdade, que procede do Pai, ele testificará de mim” (João 15: 26).

O profeta Isaías, antevendo um futuro glorioso, fez menção à recompensa dada pelo Pai ao Filho por este ter cumprido sua obra, dizendo: “Por isso, eu lhe darei muitos como a sua parte, e com os poderosos repartirá ele o despojo, porquanto derramou a sua alma na morte; foi contado com os transgressores; contudo, levou sobre si o pecado de muitos e pelos transgressores intercedeu” (Isaías 53: 12).

Desde a queda do homem no Jardim do Éden, Deus Pai tem revelado seu plano salvífico. Com a queda trágica da humanidade em pecado (Gênesis 3: 1-19), Ele declara que a semente da mulher esmagaria a cabeça da serpente (Gênesis 3: 15). Essa promessa se torna o alicerce do plano de Deus de abençoar todas as nações indistintamente.

Eventos que seguem à queda definem o plano de Deus em termos de sua redenção para a humanidade: o mensageiro primário da salvação será um homem (semente). O objetivo de Deus será alcançar todos os povos, línguas e nações e seus enviados serão aqueles criados à Sua imagem.

Revelando a promessa de bênção para todas as nações, Deus esclarece sua missão como sendo o centro de todo o restante das Escrituras. Deus se moverá de forma redentora para estabelecer seu Reino, no qual todas as nações seriam abençoadas por meio de sua semente prometida.

A partir do Capítulo 12 de Gênesis, Deus vai delimitando Seu projeto, ao escolher um homem, Abraão, ao qual prometeu: “E abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; e em ti serão benditas todas as famílias da Terra” (Gênesis 12: 3). Ele reafirmou sua promessa por várias vezes: “Visto que Abraão certamente virá a ser uma grande e poderosa nação, e nele serão benditas todas as nações da Terra?” (Gênesis 18: 18); “E em tua semente serão benditas todas as nações da Terra, porquanto obedeste à minha voz” (Gênesis 22: 18). Com Abraão, Deus estabeleceu uma aliança, ou concerto, por meio da qual Ele abençoaria todas as famílias da Terra.

Aos descendentes de Abraão, Deus continuou manifestando sua intenção de restaurar a raça caída. Para Isaque, Ele disse: “Multiplicarei a tua semente como as estrelas dos céus e darei à tua semente todas estas terras. E em tua semente serão benditas todas as nações da Terra” (Gênesis 26: 4). Novamente Ele revelou seu propósito transcendente, dizendo a Jacó: “E a tua semente será como o pó da terra; e estender-se-á ao ocidente, e ao oriente, e ao norte, e ao sul; e em ti e na tua semente serão benditas todas as famílias da Terra” (Gênesis 28: 14).

Abraão, Isaque e Jacó são as origens do povo de Deus. A partir desse período, a nação de Israel tornou-se o povo de Deus – e este tinha um povo de sua propriedade. A história do povo israelita, no entanto, não apresenta grandes feitos na área de divulgação dos planos divinos, com raras exceções. No entanto, a preocupação divina com a humanidade como um todo e com a necessária expansão do Reino a todos os povos pode ser vista claramente nas páginas do Antigo Testamento.

Quando analisamos o Novo Testamento sob a perspectiva missionária, dois eventos se destacam: 1) Deus enviou seu Filho; 2) a Igreja ficou responsável pela divulgação das boas novas de salvação.

A vida de Jesus significa, realmente, que Ele é a “fotografia” de Deus, mandada aos filhos errantes, pecadores, tendo nela escrito: “Voltem para casa”. Isso é tudo e o suficiente. E esse é o significado da encarnação. Há um coração em que os pródigos podem chorar o seu pecado e o seu opróbrio e nele encontrar a reabilitação e a cura – sejam que dissiparam a vida no mal, sejam os que gastaram as oportunidades para o bem.

O Senhor Jesus confiou a seus discípulos a tarefa mais extraordinária que jamais se confiou a um grupo de seres humanos: a de transformar a ordem atual, baseada na cobiça, na exploração e na inimizade, em uma nova ordem baseada no amor, na cooperação e na fraternidade. Essa nova ordem é o Reino de Deus na Terra.

Nas ordens missionárias de Jesus, encontramos uma visão ampla da tarefa missionária, a qual deve:

- ∞ alcançar até os confins da Terra: “Mas recebereis a virtude do Espírito Santo, que há de vir sobre vós; e ser-me-eis

- testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria e até aos confins da Terra” (Atos 1: 8);
- ∞ incluir todos os povos: “Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura” (Marcos 16: 15);
 - ∞ fazer discípulos: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mateus 28: 19);
 - ∞ seguir o modelo dado pelo Mestre: “Disse-lhes, pois, Jesus outra vez: Paz seja convosco! Assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós” (João 20: 21);
 - ∞ contar com a presença de Jesus: “Eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos. Amém!” (Mateus 28: 20);
 - ∞ demonstrar as características do Reino de Deus: “Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado. E estes sinais seguirão aos que crerem: em meu nome, expulsarão demônios; falarão novas línguas” (Marcos 16: 16-17);
 - ∞ resultar na salvação dos homens: “Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado” (Marcos 16: 16).

3.3 Apóstolos missionários

Os resultados da cruz de Cristo e do túmulo vazio foram impactantes. Nada mais ficou como era, tudo foi mudado. As boas novas de Deus foram efetivamente cumpridas em seu Filho e os apóstolos do Senhor Jesus foram comissionados para serem portadores dessa mensagem de salvação.

A primeira tarefa dos discípulos do Senhor Jesus – e a mais importante – foi definir a natureza de suas crenças perante o judaísmo do qual vieram. Com isso, o cristianismo logo encontrou seus primeiros conflitos, e foi nesse ambiente que a nova fé teve de determinar seu relacionamento com a cultura que a cercava.

Embora o Império Romano tenha se demonstrado, sob certos aspectos, ainda mais hostil do que Israel no que tange à disseminação da fé cristã, essa oposição não conseguiu refrear a mensagem da cruz, que velozmente atingiu corações e mentes tanto de judeus quanto de gentios.

No período apostólico, o Evangelho de Jesus Cristo tomou o rumo das extensas estradas romanas, assim como dos mares, e alcançou com sucesso regiões como as Gálias, a Hispânia e a Britânia. Ao mesmo tempo, os esforços missionários voltados para o Oriente não deixaram regiões como a Pérsia, a Armênia, a Arábia, a Mesopotâmia e até mesmo a Índia sem a influência da mensagem da cruz.

As pessoas que recebiam as boas novas de Deus também eram incentivadas na tarefa de compartilhar essas boas novas com outros. Deus comissionou os pecadores salvos a chamar para si os pecadores perdidos. O apóstolo Paulo entendeu esse aspecto da mensagem e disse:

E tudo isto provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por Jesus Cristo, e nos deu o ministério da reconciliação. Isto é, Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não lhes imputando os seus pecados; e pôs em nós a palavra da reconciliação. De sorte que somos embaixadores da parte de Cristo, como se Deus por nós rogasse. Rogamo-vos, pois, da parte de Cristo, que vos reconcilieis com Deus. (II Coríntios 5: 18-20)

Observe que o apóstolo afirmou que “somos embaixadores de Cristo”, ou seja, representantes dos céus na Terra – um mandato único que implica uma desmedida tarefa.

O “ide” do Senhor Jesus é o grande desafio à sua Igreja e a razão de sua estada neste mundo. Ele a envia não somente aos que estão próximos, mas também àqueles que vivem nos confins da Terra, para serem transformando em suas testemunhas e servos do Reino de Deus.

3.4 A prática de missões

A missão nasceu no coração de Deus, logo, quem deu origem ao movimento missionário foi o próprio Deus, ao fazer de seu único Filho um missionário. Nos primeiros capítulos de Gênesis, encontramos aquelas verdades da quais emanam a obrigação missionária, o propósito das missões, o conteúdo da mensagem e a natureza do missionário:

- ∞ há um só Deus: o Senhor;
- ∞ uma raça: toda a humanidade;
- ∞ um só mal: o pecado;
- ∞ um só remédio: a redenção;
- ∞ um só redentor: Deus.

Deus irá retribuir àqueles que o obedecem. A Bíblia muito nos ensina sobre a importância da obediência. Ser salvo, receber o Espírito Santo, ser revestido de poder do alto, ter as orações respondidas – essas são algumas das incontáveis bênçãos prometidas àqueles pessoas que andam na vontade de Deus.

Partindo da consciência da tarefa missionária ordenada pelo Senhor Jesus, cabe a cada salvo realizá-la na prática, isto é, tornar as boas novas de salvação conhecidas a cada pessoa sobre a Terra. Deus tenciona que cada cristão faça parte de sua operação de resgate do mundo. Quando passamos a entender claramente nossa posição dentro do Reino de Deus, Ele diz:

Instruir-te-ei e te ensinarei o caminho que deves seguir; e, sob as minhas vistas, te darei conselho. Não sejas como o cavalo ou a mula, sem entendimento, os quais com freios e cabrestos são dominados; de outra sorte não te obedecem. Muito sofrimento terá de curtir o ímpio, mas o que confia no Senhor, a misericórdia o assistirá.
(Salmos 32: 8-10)

Que confortante mensagem saber que, quando nos entregamos totalmente ao Senhor, ele nos instruirá e ensinará o caminho que devemos seguir.

Apesar de Deus ter amado a Israel, ele nunca permitiu que o seu cuidado pela nação limitasse o seu abarcante plano redentor. Observamos isso em sua promessa concernente ao Messias: “Pouco é que sejas o meu servo, para restaurares as tribos de Jacó, e tornares a trazer os preservados de Israel; também te dei para luz dos gentios, para seres a minha salvação até à extremidade da Terra” (Isaiás 49: 6).

As Escrituras nos dizem que o Evangelho foi proclamado pelos profetas que anteciparam o nascimento, o ministério, a morte, a ressurreição e a volta do Senhor Jesus Cristo, como podemos ler no Antigo Testamento:

Da qual salvação inquiriram e trataram diligentemente os profetas que profetizaram da graça que vos foi dada, indagando que tempo ou que ocasião de tempo o Espírito de Cristo, que estava neles, indicava, anteriormente testificando os sofrimentos que a Cristo haviam de vir, e a glória que se lhes havia de seguir. (I Pedro 1: 10-11)

Sobre o Evangelho, está escrito também em Gálatas (3: 8): “Ora, tendo a Escritura previsto que Deus havia de justificar pela fé os gentios, anunciou primeiro o Evangelho a Abraão, dizendo: Todas as nações serão benditas em ti”.

Israel seria a testemunha especial de Deus para o resto do mundo, mas falhou. Se os líderes da nação tivessem colocado a obra de Deus em primeiro lugar, o resto do Antigo Testamento teria sido diferente.

Na plenitude dos tempos, o Senhor Jesus se manifestou em carne e proclamou o Evangelho do Reino de Deus. Depois de sua morte e ressurreição, Cristo estabeleceu uma nova aliança em seu sangue, e chamou aqueles que seriam encarregados de anunciar o novo pacto, dando a eles poder para, em seu nome, expulsar demônios, falar em novas línguas (Marcos 16: 17). Concedeu à Igreja o privilégio e a incumbência de ser a porta-voz dos céus na Terra, proclamando a mensagem salvífica, como está escrito em Mateus (28: 19-20): “Portanto, ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos. Amém”.

O primeiro objetivo que o Senhor Jesus definiu para a Igreja foi usar o seu poder e a sua autoridade abrangentes para fazer discípulos sem levar em consideração as distinções étnicas de todas as nações (Mateus 28: 19). Com isso, deixou clara a existência de um projeto que engloba o mundo e a história como um todo e colocou de lado sua diretriz estratégica anterior – de ir apenas “às ovelhas perdidas de Israel” (Mateus 10: 6). Tendo feito discípulos, somente estes deviam ser batizados em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Depois dessa preparação

dupla, os discípulos deveriam ser ensinados a obedecer a tudo o que o Senhor Jesus lhes havia ordenado (Mateus 28: 20). A Igreja cristã dos primeiros séculos foi resultado da implementação desse plano de crescimento.

Para os primeiros discípulos, testemunhar era algo natural, eles não olhavam para a evangelização como uma tarefa separada das atividades normais do dia a dia. Eles não tinham um dia específico nem um horário determinado para evangelizar; era algo diário, voluntário e não esporádico. Eles não faziam uso de métodos e técnicas, mas conheciam muito bem o poder e a autoridade que possuíam ao falarem em nome de Jesus.

A salvação dos perdidos tratava-se de uma questão de prioridade para os discípulos do Senhor Jesus e, conseqüentemente, eles testificavam a respeito do que viram e ouviram. Por onde quer que fossem, anunciavam as boas novas de salvação, a ponto de os judeus exclamarem: “Eis que enchestes Jerusalém dessa vossa doutrina” (Atos 5: 28).

3.4.1 Plano de ação missionária

Em apenas cinco séculos, a Igreja estabelecida por Cristo divulgou o Evangelho de forma extraordinária, inclusive enviando missionários às regiões da Europa, África, Ásia e Índia.

Os planos estratégicos de ação missionária têm partido da iniciativa de diferentes grupos. Algumas vezes, são fruto de uma única Igreja, outras, de grandes denominações; outras vezes ainda são trabalho de visionários que buscam reunir as forças existentes para um determinado foco, como foi o Pacto de

Lausanne³, que procurou definir e impulsionar o cumprimento da grande comissão – não foi o único nesse aspecto, pois muitos têm trabalhado pelo mesmo objetivo.

Portanto, as agências missionárias funcionam como organizações paraeclesiais, cuja intenção é ajudar as Igrejas de diversas ramificações no projeto de evangelização.

3.5 Campos missionários

A importância de levar as boas novas de salvação aos perdidos, vê-se no fato de que essa foi uma ordem imperativa e o último assunto do qual o Senhor Jesus falou aos seus discípulos antes de ascender aos céus. Nessa ocasião, Ele ordenou à Igreja o encargo da evangelização do mundo (Marcos 16: 15-19; Atos 1: 8-9).

O “ide” do Senhor Jesus para seus discípulos não foi dirigido a um grupo especial de salvos, mas a todos, indistintamente, como bem revela o texto de Mateus (28: 19): “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações”. Em Marcos (16: 15), Ele ordenou: “Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda criatura”. Em Atos (1: 8), disse: “Mas recebereis poder, ao descer sobre vós o Espírito Santo, e sereis minhas testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria e até os confins da Terra” (Atos 1: 8).

Portanto, a responsabilidade de anunciar o Evangelho aos pecadores pertence a todos os salvos. Cada crente **pode e deve** ser um ganhador de almas. Nada o pode impedir de ganhar

3 O Pacto de Lausanne é considerado, para os evangélicos, um dos documentos de missão mais importantes do século XX. O Primeiro Congresso Internacional de Evangelização Mundial, liderado por Billy Graham, reuniu mais de 2.700 líderes de 150 países na cidade de Lausanne, Suíça, em 1974.

almas para o Senhor Jesus, se propuser isso **agora** em seu coração. Não são em todos os locais que podemos fazer cultos de pregação, porém podemos ganhar almas individualmente. Há alguns locais em que isso pode ocorrer, como nos cultos, nos lares, em público, no trabalho, nos transportes em geral, nas instituições públicas e ao aproveitar diversas ocasiões.

3.5.1 Nos cultos

Os salvos devem estar atentos durante os cultos de pregação, especialmente quando estes estão no final. Há pecadores que, mesmo depois de convencidos pelo Espírito Santo, precisam de ajuda para tomar sua decisão. Muitos têm dúvidas, temores e dificuldades internas. Nessa hora, um incentivo é primordial. Há pessoas que nunca entraram em um templo e acham tudo ali estranho. Uma voz amiga vence tais barreiras. Milhares de pecadores foram convencidos e encaminhados porque alguém simplesmente foi até eles e se dispôs a ajudá-los e a levá-los à frente. Não convém insistir demais nem forçar a decisão. Deixe o Espírito Santo conduzir a pessoa. Muitas almas deixam de tomar a decisão por falta de uma palavra amiga, portanto, dê-lhes uma atenção individual. Muitos frutos têm sido colhidos desse modo.

3.5.2 Nos lares

A obra de evangelização começa em nossa própria casa, evangelizando nossos pais, irmãos, filhos e parentes. Jesus disse que o campo é o mundo (Mateus 13: 38); ora, o mundo começa em nossos lares. Os crentes primitivos evangelizavam de casa

em casa (Marcos 5: 19; Atos 5: 42; 20: 20). Muitas das grandes Igrejas que existem atualmente começaram com um pequeno grupo de pessoas e, diversas vezes, em casas particulares. O lar foi a primeira instituição divina e Deus tem como alvo a salvação de toda família (Gênesis 19: 12; Êxodo 12: 3; Josué 6: 23-25; Atos 11: 14; 16: 31).

3.5.3 Em público

Há muitos locais públicos em que pode ser levado o Evangelho. O apóstolo Paulo pregou em praças (Atos 17: 17) e à beira de rios (Atos 16: 13). Na parábola das bodas, o Senhor Jesus fez menção à evangelização em locais públicos, dizendo: “E, voltando aquele servo, anunciou estas coisas ao seu senhor. Então o pai de família, indignado, disse ao seu servo: Sai depressa pelas ruas e bairros da cidade, e traze aqui os pobres, e aleijados, e mancos e cegos” (Lucas 14: 21). Há diferentes tipos de pessoas, muitas com superstições e preconceitos, que jamais entrarão em um templo evangélico. Tais pessoas só poderão ser alcançadas pelo evangelismo pessoal em público. Evangelizar é ir ao encontro do povo, uma vez que Jesus não disse: “Venha todo o povo ouvir a pregação do Evangelho”, e sim: “Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda a criatura”.

3.5.4 No trabalho

Jesus chamou a seus discípulos quando estavam ocupados em seus trabalhos habituais (Mateus 9: 9; Marcos 1: 16-19). O grande evangelista D. L. Moody foi salvo quando trabalhava em uma

sapataria. Há ocasiões em que a melhor maneira de falar de Jesus no ambiente é por meio do testemunho pessoal, vivendo diante dos patrões, empregados e colegas como um verdadeiro filho de Deus, deixando a luz brilhar nas trevas. Uma vida assim atrai os outros para Cristo. De acordo com Hurst, a única Bíblia que muitas pessoas leem é a vida de um crente (citado por Cairns, 1999) como se fosse o “Evangelho Segundo Fulano de Tal”.

É preciso prudência para falar nos locais de trabalho, de modo que não haja violação de rotinas, quebra de instruções etc. A hora de almoço e o tempo de descanso podem ser ocasiões apropriadas, uma vez que não é necessário um sermão. Muita gente pode ser alcançada em público: barbeiros, ascensoristas, engraxates, comerciantes, comerciários, empregados em geral, balconistas etc. Torrey, citado por Cairns (1999), escreveu sobre cinco características de uma boa oportunidade em público – Quando a pessoa:

1. está só;
2. está desocupada;
3. está de bom humor;
4. está comunicativa;
5. está séria.

3.5.5 Nos transportes em geral

Em viagens, normalmente as pessoas estão dispostas e gostam de conversar e de ler; outras ficam apreensivas. O transporte em que viajamos diariamente pode ser o meio de ganharmos muitas almas para o Reino de Deus. Ore ardentemente ao Senhor para

que Ele o instrua ao falar aos pecadores. Às vezes, quando não é possível falar, podemos entregar um folheto apropriado.

3.5.6 Nas instituições públicas

Nas instituições públicas, a primeira providência é obter a devida permissão para o serviço que se pretende fazer. É um ato nobre e cristão levar alegria e prazer aos internos de tais instituições. Muitas vezes, nessas instituições, a única oportunidade que as pessoas terão de ouvir o Evangelho será pelo testemunho pessoal, pelo rádio ou pela página impressa: “Estando enfermo e na prisão, não me visitaste” (Mateus 25: 43).

Paulo pregou o Evangelho para o carcereiro dentro da prisão (Atos 16: 23-31). Há pessoas que em perfeito estado de saúde e em plena liberdade jamais ouviriam o Evangelho, mas nas instituições de internamento podem ouvir de boa mente. Em se tratando de organizações dessa categoria, o campo é vasto. Milhares de pessoas têm aceitado a Cristo nas prisões, nos sanatórios, nos abrigos etc. Outras estão à espera, até que alguém lhes leve a mensagem da salvação.

3.5.7 Aproveitando ocasiões

Pessoas acometidas por infortúnios, desgraças, catástrofes que porventura ouçam sobre o poder salvador de Cristo poderão render-se a Ele. Quando uma pessoa se encontra no centro de tais acontecimentos, esvaem-se-lhe a vaidade, o egoísmo, os pontos de vista, os preconceitos etc. Nessas circunstâncias, o

melhor é apresentar o Evangelho como recompensa na eternidade (Gilberto, 2006).

Há pessoas que em situações normais não dão qualquer importância ao assunto da salvação, mas, atingidas pela adversidade, tornam-se receptivas – e muitos têm sido salvos em tais circunstâncias. Por exemplo: o caso de um homem morrendo sem salvação e que treme ao enfrentar a eternidade sem Deus. Em tais momentos, o testemunho de Jesus pode ser vital e decisivo. Quantos já estão na glória, tendo sido salvos nos últimos momentos de vida! O malfeitor ao lado de Cristo foi salvo dessa forma (Lucas 23: 42-43). Momentos de decisões importantes também são ocasiões próprias para se falar de Jesus (Gilberto, 2006).

3.6 Suportes missionários

Não basta apenas enviar um obreiro ao campo: é necessário que haja um suporte missionário. As agências ou secretarias de missionários exercem um papel importante no preparo, no encaminhamento e na sustentação dos missionários que irão para o campo.

O chamado de Deus para ministrar o Evangelho é, ao mesmo tempo, uma grande honra e um nobre desafio. Traz consigo oportunidades sem igual, assim como dificuldades e perigos específicos para os enviados. Essas dificuldades podem ser enfrentadas de forma produtiva e os perigos podem ser superados com triunfo. Mas isso não acontecerá a menos que o “homem interior” – do obreiro ou obreira – seja renovado

constantemente ao receber as riquezas e o Reino de Deus no seu interior (II Coríntios 4: 16).

O segredo de uma vida ministerial bem-sucedida, saudável e frutuosa se encontra na concordância entre Deus e as virtudes abrigadas no “homem interior”; reunidas, elas constituem o verdadeiro ser. As atitudes resultantes dessa harmonia determinam se, para melhor ou pior, nossas atividades ministeriais terão os talentos naturais, e as circunstâncias externas e as oportunidades específicas não são de grande relevância. Como Jesus Cristo disse, a árvore boa “dá frutos bons” (Mateus 7: 17). Se cuidarmos da árvore, os frutos virão naturalmente.

Para o envio de obreiros, a agência ou Igreja missionária necessita se preocupar com, no mínimo, três pontos fundamentais: 1) oração; 2) meios de comunicação; 3) sustento financeiro.

3.6.1 Oração

Não pode haver qualquer movimento missionário genuíno que não seja resultado de oração. A oração é a mola mestra de toda obra de Deus e também de missões.

Alguém já disse que só os missionários oram pelos missionários. Talvez isso seja exagero, mas a verdade é que nem todos conseguem sentir o peso que é estar em uma terra estranha, com cultura diferente, longe de familiares e entes queridos. Dificilmente o apoio de intercessão acontecerá naturalmente, sem a influência de alguém que tenha a visão e conheça a necessidade do missionário.

Reuniões de oração, pedidos específicos de intercessão e informações gerais devem partir continuamente do campo para

os sustentadores para que estes levem essas cargas diante de Deus. Só a eternidade poderá dizer quantas dificuldades no campo missionário foram vencidas pela intercessão fervorosa e sincera da comunidade enviada.

É importante que seja organizado um ministério de intercessão na Igreja. Esse ministério poderá ser implantado apenas se houver uma pessoa interessada, que ama a missão da Igreja e as missões.

O Senhor Jesus já demonstrara, por meio de seu próprio ministério, que as massas desesperançadas estavam maduras para a ceifa, embora não contassem com pastores que as liderassem. Como, pois, poderiam ser conquistadas para Deus? A resposta de Jesus foi esta: “A seara na verdade é grande, mas os trabalhadores são poucos. Rogai, pois, ao Senhor da seara que mande trabalhadores para a sua seara” (Mateus 9: 37-38; Lucas 10: 2). Quase se pode sentir uma nota de desespero nessas palavras – um desespero que se prende à desesperadora necessidade de obreiros que possam cuidar das almas que perecem. De que adiantaria orar pelo mundo? Qual seria o benefício procedente dessa atitude? Deus já ama o mundo e já ofereceu o Seu próprio Filho para a salvação dele. Não há proveito algum em orar vagamente em favor do mundo. O mundo está perdido e cegado pelo pecado. A única esperança que resta para o mundo é que se levantem homens que preguem o Evangelho da salvação e, tendo conquistado os homens para o Salvador, não os abandonem; pelo contrário, que trabalhem fielmente com eles, com paciência e com grande zelo, até que se transformem em crentes frutíferos, que condimentem o mundo com o amor do Redentor.

Todos os ganhadores de almas através dos séculos foram homens e mulheres incansáveis na oração. De acordo com Boyer

(2001) o sol nunca surgia no horizonte, na China, sem encontrar Hudson Taylor de joelhos. Não admira, portanto, que a missão para o interior da China tenha sido tão maravilhosamente usada por Deus.

A conversão é uma operação efetuada pelo Espírito Santo, e a oração é o poder que assegura essa operação. As almas não são salvas pelo homem, e sim por Deus; e posto que Ele opera em resposta à oração, não temos outra alternativa além de seguir o plano divino. A oração movimenta o braço divino, que põe o avivamento em ação.

A oração que prevalece é aquela que decorre de um grande esforço, isto é, de um intenso exercício físico e espiritual. Somente aqueles que têm estado em conflito com os poderes das trevas sabem o quanto é difícil essa batalha. Paulo disse que “não temos que lutar contra a carne e o sangue, e, sim, contra os principados, contra as potestades, contra os poderes deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais da maldade nas regiões celestes” (Efésios 6: 12). O Espírito Santo, por sua vez, ora com “gemidos inexprimíveis” (Romanos 8: 26).

Pense em Susana Wesley que, embora fosse mãe de dezenove filhos, encontrava tempo para trancar-se em seu aposento uma hora inteira diariamente, onde ficava a sós com Deus. Na verdade, não é uma questão de encontrarmos tempo, e sim de como administramos o tempo que nos é concedido. Tudo dependerá de como aplicamos nossas atividades habituais, entretanto, como cristãos, devemos dar prioridade ao que é realmente importante e não sermos negligentes quanto às coisas eternas: “orai sem cessar” (I Tessalonicense 5: 17) (Boyer, 2001).

Os antigos profetas nos exortavam, com veemência, a termos uma vida de oração. Leia o clamor de Isaías: “Vós os que

invocais ao Senhor, não descanseis, nem estejais em silêncio, até que ele restabeleça Jerusalém e a ponha por louvor na terra” (Isaías 62: 6-7).

Os profetas não somente exortavam os outros a que orassem, mas eles mesmos se dedicavam à oração. Disse Daniel: “Dirigi o meu rosto ao Senhor Deus, para buscá-lo com oração e rogos, com jejum, pano de saco e cinza. Orei ao Senhor meu Deus, confessei” (Daniel 9: 3-4). Esdras, igualmente, brandiu essa poderosa arma em todos os momentos difíceis. “e me pus de joelhos, e estendi as mãos para o Senhor meu Deus, e disse: Meu Deus!” (Esdras 9: 5-6), e em seguida lemos a sua notabilíssima oração. O mesmo método foi seguido por Neemias: “Quando ouvi estas palavras”, relata ele, “assentei-me e chorei. Lamentei por alguns dias, e estive jejuando e orando perante o Deus dos céus” (Neemias 1: 4).

Essa era, semelhantemente, a prática seguida pela Igreja primitiva. Achando-se Pedro encarcerado, somos informados de que “a igreja fazia contínua oração por ele a Deus” (Atos 12: 5). Lemos também que “muitos se encontravam reunidos e oravam” na casa de João, chamado Marcos (Atos 12: 12).

Se de fato contássemos com o Espírito Santo para selar o nosso ministério com poder, não nos concentraríamos tanto no talento humano. Os homens podem ser simples e sem instrução, suas palavras trepidantes e gramaticalmente erradas, porém, se forem movidos pelo poder do Espírito, até mesmo o mais humilde evangelista poderá ser mais persuasivo do que o mais erudito dos escritores ou o mais eloquente dos pregadores.

3.6.2 Meios de comunicação

Podemos dizer que, verdadeiramente, vivemos na era da informática. O telefone, o rádio e o *e-mail* são meios de comunicação eficazes. Nessa era da mais alta tecnologia, é incoerente um missionário no campo permanecer sem contato com sua base ou Igreja – e inúmeros recursos tecnológicos podem ser aplicados a fim de manter vivo esse contato. Dependendo da situação, o contato pode até mesmo ser diário.

Utilizando-se dos modernos meios de comunicação, as possibilidades de relacionamentos são ilimitadas, porque podemos falar e escrever diretamente com os servos de Deus que se encontram fazendo a Sua obra.

Informações do campo missionário devem circular amplamente na comunidade ou nas comunidades que estarão prestando o suporte missionário. É com elas que será avaliado o sucesso do empreendimento, o que permitirá um trabalho de intercessão eficaz em favor do trabalho missionário.

O apóstolo Paulo deixou um notável exemplo em suas cartas enviadas às Igrejas; nelas, ele trata de assuntos doutrinários, questões práticas, assuntos pessoais, direções sobre governo e disciplina das Igrejas e ainda, como tratar os diversos grupos de pessoas, além de informar sobre sua situação. Dessa forma, era possível saber o andamento do trabalho.

A Igreja ou agência missionária deve ter suas páginas eletrônicas com o propósito de divulgar todo o seu trabalho, entre outras informações, a realidade das regiões onde se encontram os missionários e a condição dos que por ela foram enviados.

3.6.3 Sustento financeiro

Temos que viver dentro de nossa realidade. Claro que, em outras épocas da Igreja, ser missionário era estar disposto a passar por certas privações que não aconteceriam se os obreiros não estivessem no campo. Hoje, porém, na maioria dos casos, é possível enviar um missionário ao campo e organizar-se para um sustento financeiro suficiente e permanente. Em alguns casos, o valor referencial recebido pode até mesmo ser básico, mas fornece condições para que o obreiro realize seu trabalho sem desgastes desnecessários.

Mesmo os missionários independentes da Igreja podem por vezes se achar em dificuldades. A agência ou Igreja nunca deve permitir que a situação econômica do missionário chegue a um ponto que prejudique sua condição pessoal ou seu trabalho.

O levantamento de fundos para um determinado missionário deve ser previamente organizado, de modo a permitir uma visão clara de sua posterior situação, antes mesmo de enviá-lo. Enviar alguém a um campo sem antever as condições financeiras não é condizente a uma atitude sábia e prudente.

3.7 Educação missionária

O compromisso de cada Igreja é fazer missões e seu campo é o mundo. Portanto, a Igreja precisa fazer com que essa ordem imperativa do Senhor Jesus seja cumprida. Para isso é importante a educação missionária, com a qual os cristãos irão aprender sobre

a urgência dessa missão, de modo que estarão mais imbuídos nessa honrosa tarefa.

Desenvolver no meio do povo de Deus uma consciência missionária é um trabalho tanto da Igreja quanto das agências. Existem meios sem conta para instruir a Igreja quanto à importância desse ministério; caso os membros não recebam constantemente, informação e exortação nesse sentido, obviamente, não poderão ser os responsáveis. Por isso, os líderes devem constantemente exortar a Igreja a fim de estimular o **espírito missionário**, de outra forma se perderá, sem dúvida, o ardor e se ofuscará a visão. Para esse propósito, deve-se empregar todo esforço possível.

Em meio a um ambiente apaixonado por missões, torna-se mais fácil lançar a semente. O apelo será prontamente respondido seja para **ir**, seja para **orar** ou **contribuir**, pois o solo já foi preparado de antemão. Alguns grupos chegam a fazer das **missões** sua principal razão de existência.

Segundo Murray (1999), um grande exemplo que temos na história eclesial é, sem dúvida, a Igreja Morávia, surgida na primeira metade do século XVIII e que foi uma grande potência missionária de sua época. De cada cinquenta e oito membros, um era enviado como missionário. Muitos irmãos moravianos chegaram a se vender como escravos para ter a oportunidade de pregar o Evangelho em outras nações. Se eles conseguiram com bem menos recursos, o que não pode realizar a Igreja hoje que dispõe de tantos meios?

Dentre os recursos utilizados para divulgar e ensinar missões, destacamos as conferências missionárias, os cultos missionários, a escola dominical, os cursos teológicos, os periódicos e a internet.

3.7.1 Conferências missionárias

As conferências missionárias têm sido um importante instrumento para a propagação da visão missionária. Grandes eventos, que geralmente reúnem grandes palestrantes e pessoas ligadas ao mundo das missões, servem como força motriz do movimento missionário. Neles, experiências são repartidas, decisões são tomadas e novas diretrizes surgem com a queda de paradigmas.

Não importa se a conferência tem um aspecto **regional**, **denominacional**, **interdenominacional** ou **mundial**, elas são frutíferas na medida em que seus participantes acreditam no que estão fazendo e procuram pôr em prática o conteúdo dessas conferências. Geralmente, as conferências são realizadas anualmente, mas esse espaço de tempo não lhes diminui a importância e os efeitos benéficos.

3.7.2 Cultos missionários

Com uma periodicidade menor e talvez de menor efeito, os cultos de missões têm a função de manter acesa a chama inflamada nas conferências. Mesmo correndo o perigo de se tornarem um modismo sem consequências reais para a obra missionária, os cultos missionários devem ser melhorados, e não definitivamente extintos.

Nessas oportunidades, missionários podem narrar suas experiências, o que muitos deles talvez não tivessem chance de fazer em uma conferência. Também a situação dos países pode ser exposta, permitindo que as informações comovam os ouvintes e os levem a decisões práticas.

É também nessas ocasiões que o trabalho de intercessão pelos missionários e pela obra missionária em geral pode ser levado a efeito. Em um clima de visão mundial, diversos servos se sentem participantes da grande obra do Reino de Deus, muito além das paredes de sua congregação.

3.7.3 Escola dominical

Incluir missões no currículo da escola dominical também é essencial. Junto com o evangelismo e outros assuntos afins, a obra missionária pode ser abrangida em seus aspectos teológicos e práticos. Essa inclusão não deve ser limitada apenas às classes de adultos, pois é importante que as crianças desde cedo tenham contato com a obra de missões para que essa semente plantada dê frutos quando estiverem na idade adulta.

3.7.4 Cursos teológicos

O conteúdo sobre missões atualmente faz parte do currículo dos cursos de Teologia. Nem sempre foi assim, pois durante muito tempo pensar em evangelizar outras nações parecia um absurdo sem igual. Os primeiros a tentarem introduzir tais ideias no meio acadêmico teológico enfrentaram dificuldades sem par. Os líderes não tinham uma visão nesse sentido e achavam inútil tal disciplina. Felizmente, as barreiras foram vencidas e, não só o conteúdo faz parte do currículo de qualquer faculdade, como também ganhou cursos específicos nessa área, com treinamentos de alto nível, tanto teóricos quanto práticos.

3.7.5 Periódicos

Jornais e revistas de cunho missionário têm tido bastante sucesso nessa área, sejam eles restritos a uma denominação, sejam de alcance mais abrangente. É nos periódicos que as pessoas buscam informações sobre pessoas e campos missionários.

Apesar das dificuldades em se sustentar uma revista específica de missões, quando isso ocorre, é uma grande bênção para a causa de missões.

3.7.6 Internet

É clara a influência da internet no mundo atual, portanto, é importante que as agências missionárias tenham um *site* com grande capacidade de interação e o utilizem de forma hábil para angariar recursos, fornecer informações e recrutar novos missionários.

Mesmo as Igrejas que possuem *site* devem ter uma reunião de missões, na qual sua visão sobre tal aspecto estaria exposta. Outros *sites* ligados à área de ensino também podem destacar o tema, uma vez que o assunto é de vital importância para a sobrevivência da Igreja.

3.8 A necessidade da obra missionária

A Bíblia diz que: “Não havendo profecia, o povo se corrompe.” (Provérbios 29: 18). Que verdade absoluta revela esse texto sagrado! Multidões fervilham por toda parte, em nossas cidades superpopulosas, massas humanas que perecem por falta de visão espiritual. Povos sem Cristo, pessoas por quem Jesus morreu. Gente que talvez jamais ouça a mensagem da salvação de Deus, a menos que nós, os “embaixadores da parte de Cristo”, os responsáveis diante de Deus, recebamos a visão espiritual das diferentes necessidades das massas.

Se olharmos para todos os lados, veremos um incontável número de pessoas que caminham aleatoriamente, vivendo despreocupadas com relação ao seu destino eterno e desconhecendo o Evangelho da graça de Deus. Muitos de fato ignoram as boas novas, por diversas razões. Apesar disso, não; por isso cabe a nós, cristãos, determinar quem será salvo ou não, devemos persistir na missão e jamais desistir. “Portanto, meus amados irmãos, sede firmes e constantes, sempre abundantes na obra do Senhor, sabendo que o vosso trabalho não é vão no Senhor” (I Coríntios 15: 58).

Que faremos se não tivermos uma visão missionária? Quando sentiremos o peso de nossa responsabilidade? Quando faremos o que nos compete, sensibilizados pela morte espiritual das multidões sem Cristo?

Quando o inimigo está à porta e nos ameaça, quando as nuvens tempestuosas já se juntam e o temporal está prestes a sobrevir, não há outra saída. Somente a pregação do Evangelho,

no poder do Espírito Santo, poderá mostrar o caminho que reverterá essa situação ameaçadora. Hoje e agora essa pode ser a situação de milhares ou até mesmo de alguém que está próximo de nós. Não podemos trabalhar relaxadamente quando o assunto é o eterno destino das almas, porque esse é um caminho sem volta. Portanto, não há alternativa senão investirmos tempo e dinheiro na evangelização. Vamos às pessoas, onde estiverem e, munidos da melhor música evangélica, dos melhores testemunhos e das melhores mensagens, atraíamos as massas perdidas para Cristo. Planejemos uma campanha evangelística caracterizada pelo entusiasmo e ganhemos as pessoas para o Salvador. Distribuamos folhetos evangelísticos em cada lar de nossas comunidades e façamo-lo não uma vez só, mas quantas vezes forem necessárias. “Eu, de muito boa vontade, gastarei, e me deixarei gastar, pelas vossas almas” (II Coríntios 12: 15).

Questionário de missiologia

1. Qual é a origem da palavra *missões*?
2. Qual a palavra no Novo Testamento que tem o mesmo significado de *enviar*?
3. A partir do século XVI, qual significado o termo *missões* passou a receber?
4. Quais são as duas opções que as missões oferecem?
5. O que significa *missiologia bíblica*?
6. Quem é o agente da salvação e consumidor da redenção?

7. O que Deus prometeu a Abraão e aos seus descendentes, Isaaque e Jacó?
8. Nas ordens missionárias de Jesus, encontramos uma visão ampla da tarefa missionária. Cite três objetivos dessa tarefa.
9. Quem deu origem ao movimento missionário?
10. Qual foi a primeira e mais importante tarefa dos discípulos do Senhor Jesus?
11. Qual era a atitude esperada das pessoas que recebiam as boas novas?
12. Qual foi a afirmação do apóstolo Paulo feita em II Coríntios 5: 18-20?
13. Qual foi o primeiro objetivo que o Senhor Jesus definiu para a Igreja?

Referências

- ARCHER JUNIOR, G. L. **Merece confiança o Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- BANCROFT, E. H. **Teologia elementar**. São Paulo: Batista Regular, 1995.
- BERGSTÉN, E. **Introdução à teologia sistemática**. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Paulus, 2002.
- BOYER, O. **Heróis da fé**. Rio de Janeiro: CPAD, 2001.

- CAIRNS, E. E. **O cristianismo através dos séculos**. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.
- CÉSAR, E. M. **História da evangelização no Brasil**. Viçosa: Ultimato, 2000.
- CESARÉIA, E. **História eclesiástica**. Tradução de Wolfgang Fischer. São Paulo: Novo Século, 2002.
- CHAMPLIN, R. N.; BENTES, J. M. **Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia**. São Paulo: Candeia, 1995.
- COLEMAN, R. **Plano mestre de evangelismo**. 2. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2006.
- DURANT, W. **A reforma**. Rio de Janeiro: Record, 1957. (História da Civilização, v. 6).
- ELWELL, W. A. **Enciclopédia histórico-teológica da Igreja cristã**. São Paulo: Vida Nova, 2003.
- ESCOLA DE MISSÕES DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS (Org.). **Guia prático de missões**. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.
- GILBERTO, A. **A prática do evangelismo pessoal**. 16. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.
- GONZÁLEZ, J. L. **Dicionário ilustrado dos intérpretes da fé**. São Paulo: Academia Cristã, 2005.
- _____. **E até os confins da Terra: uma história ilustrada do cristianismo**. São Paulo: Vida Nova, 2001.
- HURLBUT, J. L. **História da Igreja cristã**. São Paulo: Vida, 1996.
- JOHNSTONE, P.; MANDRYK, J. **Intercessão mundial**. Camanducaia: Missão Horizontes, 2003.

- LANE, T. **Pensamento cristão**: dos primórdios à Idade Média. São Paulo: Abba Press, 1999.
- LEWIS, N. **Prioridade número um**: o que Deus quer? Camanducaia: Missão Horizontes, 2005.
- MURRAY, A. **A chave para o problema missionário**. Camanducaia: Missão Horizontes, 1999.
- NICHOLS, R. H. **História da Igreja cristã**. 11. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.
- OLIVEIRA, J. **Missões**: a razão da existência da Igreja. São Paulo: Abba Press, 2004.
- OLIVEIRA, R. F. **História da Igreja cristã**. Campinas: Eetad, 1992.
- OLSON, R. **História da teologia cristã**: 2000 anos de tradição e reforma. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida, 2001.
- PERES, A. C. **A Inquisição e os instrumentos de tortura da Idade Média**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.
- REILI, A. D. **História documental do protestantismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Aste, 2003.
- RICHARDSON, D. **O fator Melquisedeque**. São Paulo: Vida Nova, 1991.
- STOTT, J. **Cristianismo autêntico**. São Paulo: Vida, 2006.
- TUCKER, R. A. **Até os confins da terra**: uma história biográfica das missões cristãs. São Paulo: Vida Nova, 1989.
- WALKER, J. **A história que não foi contada**. São Paulo: Worship Produções, 1996.

- WALTON, R. C. **História da Igreja em quadros**. São Paulo: Vida, 2000.
- WAND, J. W. **História da Igreja primitiva**. São Paulo: Custom, 2004.
- WILLIAMS, T. **Cronologia da história eclesiástica**. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- YORK, J. V. **Missões na era do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.

Respostas

1. A palavra *missões* procede do termo latino *mito*, que significa “enviar”.
2. No Novo Testamento, encontramos a palavra grega *avpo, stoloj* (*apostello*), com o mesmo significado de “enviar” (César, 2000).
3. Por volta do século XVI, a palavra *missões* passou a significar “a Igreja sendo enviada ao mundo para pregar o Evangelho aos perdidos”. A palavra *missão* ou *missões*, no sentido de enviar alguém ao campo missionário, não aparece nas Escrituras Sagradas, porém é um termo comumente aplicado a um tipo de ação da Igreja cristã.
4. Missões só oferecem duas opções: ir ou enviar.
5. Missiologia bíblica é a ciência que tem por finalidade o estudo da grande comissão dada pelo Senhor Jesus Cristo à sua Igreja, como ordenou o mestre, dizendo: “E disse-lhes: Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a toda criatura” (Marcos 16: 15). O conhecimento dessa disciplina é fundamental, pois testificar aos homens, apresentando-lhes as verdades do Evangelho ou as boas novas acerca de Jesus Cristo nosso Senhor e Salvador, é obrigação séria e responsabilidade iniludível de cada cristão.
6. Deus Espírito Santo.

7. Aos descendentes de Abraão, Deus continuou manifestando sua intenção de restaurar a raça caída. Para Isaque, Ele disse: “Multiplicarei a tua semente como as estrelas dos céus e darei à tua semente todas estas terras. E em tua semente serão benditas todas as nações da Terra” (Gênesis 26: 4). Novamente Ele revelou seu propósito transcendente, dizendo a Jacó: “E a tua semente será como o pó da terra; e estender-se-á ao ocidente, e ao oriente, e ao norte, e ao sul; e em ti e na tua semente serão benditas todas as famílias da Terra” (Gênesis 28: 14).
8. Nas ordens missionárias de Jesus, encontramos uma visão ampla da tarefa missionária, que deveria: a) alcançar até os confins da Terra: “Mas recebereis a virtude do Espírito Santo, que há de vir sobre vós; e ser-me-eis testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria e até aos confins da Terra” (Atos 1: 8); b) incluir todos os povos: “Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura” (Marcos 16: 15); c) fazer discípulos: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo” (Mateus 28: 19); d) seguir o modelo dado pelo Mestre: “Disse-lhes, pois, Jesus outra vez: Paz seja convosco! Assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós” (João 20: 21); e) contar com a presença de Jesus: “Eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos. Amém!” (Mateus 28: 20); f) demonstrar as características do Reino de Deus: “Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado. E estes sinais seguirão aos que crerem: em meu nome, expulsarão demônios; falarão novas línguas” (Marcos 16: 16-17); g) resultar na salvação dos homens: “Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado” (Marcos 16: 16);
9. A missão nasceu no coração de Deus, logo, quem deu origem ao movimento missionário foi o próprio Deus, ao fazer de seu único Filho um missionário.
10. A primeira tarefa dos discípulos do Senhor Jesus – e a mais importante – foi definir a natureza de suas crenças perante o judaísmo do qual vieram. Com isso, o cristianismo logo encontrou seus primeiros conflitos, e foi nesse ambiente que a nova fé teve de determinar seu relacionamento com a cultura que a cercava.

11. As pessoas que recebiam as boas novas de Deus também eram estimuladas na tarefa de compartilhar essas boas novas com outros. Deus comissionou os pecadores salvos a chamar os pecadores perdidos para si.
12. “E tudo isto provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por Jesus Cristo, e nos deu o ministério da reconciliação. Isto é, Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não lhes imputando os seus pecados; e pôs em nós a palavra da reconciliação. De sorte que somos embaixadores da parte de Cristo, como se Deus por nós rogasse. Rogamo-vos, pois, da parte de Cristo, que vos reconcilieis com Deus” (II Coríntios 5: 18-20).
13. O primeiro objetivo que o Senhor Jesus definiu para a Igreja foi usar seu poder e sua autoridade abrangentes para fazer discípulos sem levar em consideração as distinções étnicas de todas as nações (Mateus 28: 19). Com isso, deixou clara a existência de um projeto que engloba o mundo e a história como um todo e colocou de lado sua diretriz estratégica anterior – de ir apenas “às ovelhas perdidas de Israel” (Mateus 10: 6).

The logo for UNINTER is displayed in a large, light grey, sans-serif font. It is centered horizontally and partially overlaid by a decorative background of thin, light green lines that form a complex, overlapping geometric pattern of circles and arcs.



UNWINTER

* As informações deste capítulo são baseadas principalmente em Archer Junior (2000), Bancroft (1995), Bergstén (1999).

UNINTER

Bibliologia*

Capítulo 4¹

Vivemos em uma época em que a fé cristã se encontra cercada por ceticismo, racionalismo, materialismo, entre outros “ismos” que tentam colocar em descrédito a verdade absoluta da Palavra de Deus.

Desde longa data, a Bíblia tem sido desafiada quanto a sua veracidade, uma vez que sempre existiu em toda história uma luta constante para se destruir a Bíblia Sagrada. Seitas e doutrinas falsas proliferaram por toda parte, em sua maioria conduzida por líderes que se consideram inspirados por uma “divindade”, pelo “espírito divino”. Para muitos, a Bíblia não passa de mais um livro, igual a qualquer outro.

Diferente dessa concepção, os cristãos têm a crença na Palavra de Deus de forma sólida, convicta e inalterável. Não é por acaso que a Bíblia é considerada o livro dos livros, o maior

1 Todas as passagens bíblicas indicadas neste capítulo são citações de Bíblia (2002).

de todos os tempos. Por meio de sua leitura, podemos conhecer coisas importantes sobre o passado, o presente e o futuro.

Para fortalecer a sua fé, apresentaremos de forma concisa algumas provas da origem divina das Escrituras, as quais trazem evidências de que a Bíblia é a verdadeira Palavra de Deus. Desejamos que você, leitor, ao término da leitura deste capítulo, chegue à seguinte conclusão: vale a pena conhecer a Bíblia!

4.1 A Bíblia

A palavra *bíblia* não consta no texto das Sagradas Escrituras, apenas em sua capa. Etimologicamente, a palavra *bíblia* utilizada na língua portuguesa vem da palavra grega *biblos*, que significa “um livro”. No primeiro Livro do Novo Testamento lemos: “Livro [biblos] da genealogia de Jesus Cristo” (Mateus 1: 1). Uma forma diminutiva de “*biblos*” é “*biblion*” que significa “pequeno livro”, como se lê em Lucas (4: 17): “E foi-lhe dado o livro [biblion] do profeta Isaías; e, quando abriu o livro [biblion], achou o lugar em que estava escrito”.

O termo *biblos* vem do nome dado à polpa interna da planta do papiro em que se escreviam os Livros Sagrados. A palavra *Bíblia*, então, quer dizer “coleção de livros pequenos”. Com a invenção do papel, desapareceram-se os rolos e a palavra *biblos* deu origem a “livro”. É consenso geral entre os doutores no assunto que o nome *Bíblia* foi primeiramente aplicado às Sagradas Escrituras por João Crisóstomo, patriarca de Constantinopla, no século IV.

4.1.1 Outros nomes

A Bíblia também é chamada de *Escritura*, palavra derivada do latim *scriptura* (Marcos 12: 10; 15: 28; Lucas 4: 21; João 2: 22; 7: 38; 10: 35; Romanos 4: 3; Gálatas 4: 30; II Pedro 1: 20), e de *Escrituras* (Mateus 22: 29; Marcos 12: 24; Lucas 24: 27; João 5: 39; Atos 17: 11; Romanos 1: 2; I Coríntios 15: 3-4; II Timóteo 3: 15; II Pedro 3: 16); ambos significam “escritos sagrados”. O apóstolo Paulo usou as expressões Sagradas Escrituras (Romanos 1: 2), *sagradas letras* (II Timóteo 3: 15) e *oráculos de Deus* (Romanos 3: 2). Um dos nomes descritivos mais satisfatórios é *Palavra de Deus* (Marcos 7: 13; Romanos 10: 17; II Coríntios 2: 17; I Tessalonicenses 2: 13; Hebreus 4: 12).

4.1.2 A estrutura da Bíblia

A Bíblia se divide em duas partes principais, conhecidas como *Antigo Testamento* e *Novo Testamento*, totalizando 66 livros, sendo 39 deles localizados no Antigo Testamento e 27 no Novo Testamento. Essa biblioteca de 66 livros, escrita num período de 1500 anos, teve cerca de 40 autores, das mais variadas profissões e atividades. Esses autores viveram e escreveram em países, regiões e continentes distantes uns dos outros, em épocas e condições diversas, entretanto, seus escritos formam uma harmonia perfeita. Dois dos escritores eram reis (Davi e Salomão), dois eram sacerdotes (Jeremias e Ezequiel), Lucas era médico, dois eram pescadores (Pedro e João), dois eram pastores (Moisés e Amós), Paulo era fariseu, Daniel era político, Mateus

era cobrador de impostos, Josué era soldado, Esdras era escriba e Neemias era mordomo.

A palavra *testamento*, para as duas divisões da Bíblia – Antigo Testamento e Novo Testamento –, remonta ao termo latino *testamentum* e ao termo grego *diathéke*, o qual, na maioria de suas ocorrências na Bíblia grega, significa “concerto” ou “aliança, em vez de “testamento”. Em Jeremias (31: 31), foi profetizado um novo concerto que iria substituir aquele que Deus fez com Israel no deserto (Êxodo 24: 7-8) – “Dizendo novo concerto, envelheceu o primeiro” (Hebreus 8: 13). Os escritores do Novo Testamento veem o cumprimento da profecia do novo concerto na nova ordem inaugurada pela obra de Cristo. Suas próprias palavras ao instituir esse concerto (I Coríntios 11: 25) dão autoridade a essa interpretação. Os termos *Antigo Testamento* e *Novo Testamento*, nomeados para as duas coleções de livros, entraram no uso geral entre os cristãos na última parte do século II. Tertuliano traduziu *diathéke* para o latim por *instrumentum* (um documento legal) e também por *testamentum*. Infelizmente, foi a última palavra que vingou, considerando-se que as duas partes da Bíblia não são *testamentos* no sentido ordinário do termo (Archer Junior, 2000; Bancroft, 1995; Bergstén, 1999).

4.1.3 O Antigo Testamento

Na Bíblia hebraica, os livros estão dispostos em três divisões – Lei, Profetas e Escritos –, totalizando 24, as quais correspondem exatamente ao nosso cômputo comum de 39, visto que os judeus contam como sendo um único livro os doze Profetas, I e II Samuel, I e II Reis, I e II Crônicas e Esdras-Neemias.

O Antigo Testamento foi escrito originalmente em hebraico, com exceção de pequenos trechos que foram escritos em aramaico. Israel o trouxe consigo em sua bagagem quando regressou da Babilônia. Há também algumas palavras de origem persa. O historiador judeu Flávio Josefo (37 d.C.-100 d.C.), contemporâneo do apóstolo Paulo, em seus escritos defende que o Antigo Testamento é composto de 22 livros, porque reuniu Rute a Juízes e Lamentações a Jeremias (Josefo, 1990).

Esses Livros, conforme afirmamos anteriormente, estão classificados em três grupos, de acordo com os assuntos a que pertencem: 1) Lei; 2) Profetas; 3) Escritos.

A **Lei** (Torá) é comumente chamada de *Pentateuco*, pois é composta de cinco livros: 1) Gênesis; 2) Êxodo; 3) Levítico; 4) Números; 5) Deuteronômio.

Os **Profetas** (*Nebhiim*) desdobram-se em “Primeiros Profetas” (Josué, Juízes, Samuel e Reis) e “Últimos Profetas” (Isaias, Jeremias, Ezequiel e o Livro dos doze profetas).

Os **Escritos** (*Kethbhim*) contêm o restante dos livros: Salmos, Provérbios, Jó; depois, os Cinco Rolos (*Megilloth*) – Cântico dos Cânticos, Rute, Lamentações de Jeremias, Eclesiastes e Ester; e, finalmente, os livros históricos: Daniel, Esdras-Neemias e Crônicas.

Essa divisão em três partes da Bíblia hebraica está de acordo com as palavras de Jesus: “São estas as palavras que vos disse, estando ainda convosco: convinha que se cumprisse tudo o que de mim estava escrito na Lei de Moisés, e nos Profetas, e nos Salmos” (Lucas 24: 44). Mais comumente, o Novo Testamento refere-se à “Lei e os profetas” (Mateus 7: 12) ou a “Moisés e os profetas” (Lucas 16: 29).

4.1.4 O Novo Testamento

O Antigo Testamento registra o que Deus falou no passado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, enquanto que o Novo Testamento registra a palavra final que Ele falou por seu Filho, em que tudo se consumou (Hebreus 1: 1). Composto de 27 livros, o Novo Testamento foi escrito no idioma grego – não no grego clássico dos eruditos, mas no grego do povo comum, chamado *koiné*. Seus 27 livros estão classificados em quatro grupos, conforme o assunto a que pertencem:

1. **Biográficos** (os quatro evangelhos – Mateus, Marcos, Lucas e João) – Descrevem a vida terrena do Senhor Jesus e seu glorioso Ministério. Os três primeiros são chamados *sinópticos*, devido a certo paralelismo que apresentam entre si.
2. **Histórico** (1 livro: Atos dos Apóstolos) – Registra a história da Igreja primitiva, seu viver, a propagação do Evangelho; tudo por meio do Espírito Santo, conforme Jesus prometera.
3. **Epístolas** (21 livros: Romanos a Judas) – Contêm a doutrina da Igreja:
 - nove livros são dirigidos às Igrejas (de Romanos a II Tessalonicenses);
 - quatro livros são dirigidos a indivíduos (de I Timóteo a Filemon);
 - um livro é dirigido aos hebreus cristãos;
 - sete livros são dirigidos a todos os cristãos, indistintamente (de Tiago a Judas).
4. **Profético** (1 livro: Apocalipse ou Revelação) – Trata da volta pessoal do Senhor Jesus à Terra e das coisas que precederão

esse glorioso evento. Neste livro, temos a evidência de Jesus vindo com seus santos para:

- destruir o poder gentílico mundial sob o reinado de satanás;
- livrar Israel, que estará no centro da Grande Tribulação;
- julgar as nações;
- estabelecer seu reino milenar.

Os primeiros documentos do Novo Testamento a serem escritos foram as Epístolas do apóstolo Paulo. Estas (junto possivelmente, com a Epístola de Tiago) foram compostas entre 48 d.C. e 60 d.C., antes mesmo que o mais antigo dos evangelhos fosse escrito. Os quatro evangelhos pertencem às décadas entre 60 d.C. e 100 d.C.

4.1.5 O tema central da Bíblia

Jesus é o tema central da Bíblia. Ele mesmo nos declara em João (5: 39): “Examinais as Escrituras, porque vós cuidais ter nelas a vida eterna, e são elas que de mim testificam”. A mensagem central da Bíblia é a história da salvação e, ao longo de ambos os Testamentos, podem ser distinguidos três elementos comuns nessa história reveladora: 1) **aquele que traz a salvação**; 2) **o meio de salvação**; 3) **os herdeiros da salvação**. Isso poderia ser reformulado sob o aspecto da ideia do concerto (salvação), dizendo que a mensagem central da Bíblia é o concerto de Deus com os homens e que os elementos comuns são: o **mediador** do concerto, **a base** do concerto e o **povo** do concerto. Deus mesmo é o Salvador de seu povo; é Ele que confirma seu concerto de misericórdia com o povo. Quem traz a salvação, o Mediador do

concerto, é Jesus Cristo, o Filho de Deus. O meio da salvação, a base do concerto, é a graça de Deus, que exige de seu povo uma resposta de fé e obediência. Os herdeiros da salvação, o povo do concerto, são o “Israel” de Deus, a Igreja de Deus. Tomando o Senhor Jesus como o centro da Bíblia, podemos resumir os 66 livros em cinco tópicos referentes a Ele, do seguinte modo:

1. **Preparação** – Todo o Antigo Testamento, pois trata da preparação para o advento de Cristo.
2. **Manifestação** – Os Evangelhos, que tratam da manifestação de Cristo.
3. **Propagação** – O Livro de Atos, que trata da propagação de Cristo.
4. **Explanação** – As Epístolas, que são as explanações das doutrinas de Cristo.
5. **Consumação** – O Livro de Apocalipse, que trata da consumação de todas as coisas preditas por meio de Cristo.

A mensagem da Bíblia é a “mensagem de Deus para o homem”, comunicada muitas vezes e “de muitas maneiras” (Hebreus 1: 1) e, finalmente, encarnada em Jesus. Por conseguinte, a autoridade da Santa Escritura, a qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de algum homem ou Igreja, mas inteiramente de Deus (que é a própria verdade), seu autor; portanto, deve ser recebida, porque é a Palavra de Deus.

4.1.6 Fatos e particularidades da Bíblia

A Bíblia não era dividida em capítulos e versículos. A divisão em capítulos foi feita no ano de 1250, pelo cardeal Hugo de Saint Cher, abade dominicano e estudioso das Escrituras.

A divisão em versículos foi realizada em duas ocasiões: O Antigo Testamento, em 1445, pelo rabi Nathan; o Novo Testamento, em 1551, por Robert Stevens, um impressor de Paris. A primeira Bíblia a ser publicada inteiramente dividida em versículos foi a Bíblia de Genebra, em 1560. É de suma importância que você compreenda que essas divisões não faziam parte dos textos originais, não foram inspiradas.

A Bíblia toda contém 1.189 capítulos e 31.173 versículos. Destes, 929 capítulos e 23.214 versículos ocorrem no Antigo Testamento; 260 capítulos e 7.959 versículos, no Novo Testamento. O número de palavras e letras depende do idioma e da versão. O maior capítulo é o Salmo 119, e o menor, o Salmo 117. O maior versículo está em Ester (8: 9); o menor, em Êxodo (20: 13) – isso ocorre nas versões em língua portuguesa e com exceção da chamada *tradução brasileira*, onde o menor é Lucas (20: 30). Os Livros de Ester e Cantares não contêm a palavra *Deus*, porém a presença de Deus é evidente nos fatos que neles são desenrolados, principalmente em Ester. Há na Bíblia 8.000 menções a Deus sob vários nomes divinos, e 177 menções do diabo, sob seus vários nomes. O nome de Jesus consta no primeiro e no último versículo do Novo Testamento. As traduções da Bíblia (toda ou em parte) até 1984 atingiram 1.796 línguas e dialetos. Restam ainda cerca de 1.000 línguas para as quais ela precisa ser traduzida.

4.1.7 Jesus e as Escrituras

Muitas pessoas já ouviram falar de Jesus, sabem quem Ele é, creem que Ele fez muitos milagres creem em sua ressurreição e

ascensão, mas não creem na Bíblia! Qual foi a atitude e a posição Dele quanto à Bíblia? Ele leu-a (Lucas 4: 16-20); ensinou-a (Lucas 24: 27); chamou-a de *Palavra de Deus* (Marcos 7: 13); e cumpriu-a (Lucas 24: 44). Em uma de suas últimas referências (Lucas 24: 44), Jesus depositou sua aprovação em todas as Escrituras do Antigo Testamento, pois, como vimos, Lei, Salmos e Profetas eram as três divisões da Bíblia na época do Novo Testamento.

Jesus também afirmou que as Escrituras são a verdade (João 17: 17). Ele viveu e procedeu de conformidade com ela (Lucas 18: 31); declarou que o escritor Davi falou pelo Espírito Santo (Marcos 12: 35-36); e venceu o diabo no deserto com a Palavra de Deus (Mateus 4: 9-10). Ele declarou que “aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, vos ensinará todas as coisas e vos fará lembrar de tudo que vos tenho dito” (João 14: 26). No mesmo Evangelho, o Senhor Jesus disse ainda que o Espírito Santo os guiaria “em toda verdade”. Portanto, no Novo Testamento temos a essência da revelação divina.

Jesus citou pelo menos 15 livros do Antigo Testamento e ainda fez alusão a muitos outros. Tanto no modo de falar quanto nas declarações específicas, demonstrava com clareza a sua estima pelas Escrituras do Antigo Testamento como Palavra de Deus.

O mestre da Galileia reivindicava a autoridade divina, não somente para as Escrituras do Antigo Testamento, como também para seus próprios ensinamentos. Afirmou que a pessoa que ouve as suas palavras e as pratica é sábio (Mateus 7: 24), porque os seus ensinamentos provêm de Deus (João 7: 15-17; 8: 26-28; 12: 48-50; 14: 10).

4.2 A inspiração das Escrituras

A autoria divina das Escrituras é vista no texto clássico sobre a inspiração, em II Timóteo (3: 16), em que Paulo declara: “Toda Escritura divinamente inspirada é proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça”. A palavra grega *yeopneustov-theopneustos*, que podemos traduzir por “divinamente inspirada”, no sentido de que foi “inspirada por Deus”. Essa palavra grega não é usada em nenhuma outra parte da Bíblia, e nunca foi achada em nenhuma literatura grega escrita antes desse texto. É possível que essa palavra tenha sido criada pelo Espírito Santo para descrever a incomparável inspiração divina das Escrituras. Literalmente, significa “dada pelo Espírito de Deus”, o que enfatiza que o produto final é “Deus falando diretamente à humanidade” (Paroschi, 1999).

Por *inspiração das Escrituras* entendemos que houve a influência sobrenatural do Espírito Santo sobre os autores das Escrituras, o que converteu seus escritos em um registro preciso da revelação ou que faz com que seus escritos sejam realmente a Palavra de Deus. É importante distinguir **revelação**, **inspiração** e **iluminação**. A **revelação** é o ato de Deus mediante o qual Ele comunica diretamente a verdade antes desconhecida para a mente humana – verdade que não poderia ser conhecida de qualquer outra maneira. A **inspiração** está ligada à comunicação da verdade.

Nem todo conteúdo da Bíblia foi diretamente revelado aos homens. Ela contém registros históricos e muitas observações pessoais, porém estamos seguros de que esses registros são verídicos. O Espírito Santo dirigiu e influenciou os escritores, a

fim de que, por inspiração, não cometessem qualquer erro de **verdade** ou **doutrina**. A Bíblia registra as palavras e os atos de Deus, dos homens e do diabo, sendo de suma importância verificarmos cuidadosamente quem está falando. Alguns confundem *inspiração* com *iluminação*. A **iluminação** se refere à influência do Espírito Santo, que é comum a todos os cristãos, os ajudando a entender as coisas de Deus. “Ora, o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parece loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente” (I Coríntios 2: 14).

Pedro cita um exemplo interessante em que os profetas receberam **inspiração** para registrar grandes verdades, mas não lhes foi outorgada **iluminação** para compreender o sentido exato do que profetizaram:

Da qual salvação inquiriu e tratou diligentemente os profetas que profetizaram da graça que vos foi dada, indagando que tempo ou que ocasião de tempo o Espírito de Cristo, que estava neles, indicava, anteriormente testificando os sofrimentos que a Cristo haviam de vir e a glória que se lhes havia de seguir. Aos quais foi revelado que, não para si mesmos, mas para nós, eles ministravam estas coisas que, agora, vos foram anunciadas por aqueles que, pelo Espírito Santo enviado do céu, vos pregaram o evangelho, para as quais coisas os anjos desejam bem atentar. (I Pedro 1: 10-12)

A iluminação admite gradação, a inspiração não. As pessoas variam no que dizem com respeito à iluminação, possuindo algumas um grau maior de discernimento do que outras. Mas, no caso de inspiração, no sentido bíblico, o indivíduo é ou não inspirado.

A Escritura foi divinamente inspirada, mas nem toda ela foi dada por **revelação**. Moisés, por exemplo, ora escreveu

inspirado, ora por revelação, como os primeiros capítulos de Gênesis. Temos exemplos nas Escrituras que foram dados por revelação: José interpretando os sonhos de Faraó (Gênesis 40: 18; 41: 15-16; 37-39); Daniel declarando ao Rei Nabucodonosor o sonho que este havia esquecido e, em seguida, interpretando-o (Daniel 2: 2-7; 19: 28-30); os escritos do apóstolo Paulo (Gálatas 1: 11-12).

“Deus não é homem, para que minta; nem filho de homem, para que se arrependa; porventura, diria ele e não o faria? Ou falaria e não o confirmaria?” (Números 23: 19). A Bíblia não mente, mas registra mentiras que outros proferiram. Nesses casos, não é a mentira do registro que foi inspirada, e sim o registro da mentira. A Bíblia registra declarações de Satanás, todavia suas declarações não foram inspiradas por Deus, e sim o registro delas (Jó 1: 7; 2: 1).

Portanto, o que não foi revelado não pode ser conhecido, estudado ou explicado.

4.2.1 Teorias falsas da inspiração da Bíblia²

Quanto à inspiração da Bíblia, há várias teorias falsas que você, leitor, não pode ignorar. Algumas são antiguíssimas, outras têm surgido recentemente e ainda outras irão aparecer. Na sua maioria, a verdade vem junto com o erro, e muitos têm se deixado enganar. Apresentaremos a seguir algumas das teorias falsas acerca da inspiração da Bíblia e, por fim, a que é aceita pelos cristãos genuínos.

2 As informações desta seção são baseadas Paroschi (1999).

- ∞ **Teoria da inspiração natural humana** – Ensina que a Bíblia foi escrita por homens dotados de gênio e força intelectual especiais, como eram Sócrates, Platão, Milton e inúmeros outros; mas os escritores da Bíblia reivindicam que era Deus quem falava através deles (II Samuel 23: 2 com Atos 1: 16; Jeremias 1: 9 com Esdras 1: 1; Ezequiel 3: 16-17; Atos 28: 25).
- ∞ **Teoria da inspiração divina comum** – Ensina que a inspiração dos escritores da Bíblia é a mesma que hoje nos vem quando oramos, pregamos, cantamos ou ensinamos.
- ∞ **Teoria da inspiração parcial** – Ensina que algumas partes da Bíblia são inspiradas, outras, não; que a Bíblia não é a Palavra de Deus, mas apenas contém a Palavra de Deus. O perigo desse ponto de vista é colocar nas mãos do homem, finito, frágil e falível, o poder de determinar o quê e quando Deus está falando. Desse modo, outorga-se ao homem poder sobre a verdade infinita, em vez de sujeitar-se a ela.
- ∞ **Teoria da inspiração de ideias** – Ensina que Deus inspirou as ideias da Bíblia, mas não as suas palavras. Estas ficaram a cargo dos escritores. Ora, essa teoria é falha, pois a expressão do pensamento é através da palavra, não dá para separar a palavra da ideia.

A teoria correta da inspiração da Bíblia é chamada de **teoria da inspiração plenária ou verbal** e ensina que todas as palavras da Bíblia são inspiradas nos seus autógrafos originais; que os escritores não funcionaram como máquinas inconscientes, mas houve uma cooperação vital entre eles e o Espírito de Deus, que os capacitava. Esses homens escreveram a Bíblia com as palavras de seu vocabulário, porém sob uma influência tão poderosa do Espírito Santo que o que eles escreveram foi a Palavra de Deus.

A inspiração plenária cessou ao ser escrito o último livro do Novo Testamento. Depois disso, nem mesmo escritores, nem qualquer servo de Deus podem ser chamados de “inspirados” no mesmo sentido.

Aceitar a Bíblia como parcialmente inspirada não é adequado para a interpretação correta. Devemos aceitá-la como a revelação de Deus, e isso abrange a totalidade da Bíblia, palavra por palavra; devemos reconhecer que ela não contém nenhum erro nos fatos da história, da ciência, e das questões da fé ou da conduta. Isso nos leva a usar quatro palavras para descrever o nível da inspiração das Escrituras:

1. **Verbal** – Todas as palavras são inspiradas.
2. **Plenária** – Todas as partes são igualmente inspiradas.
3. **Infalível** – Todas as questões de fé e da moral são certas.
4. **Inerrante** – Todas as questões da ciência e da história são certas.

4.3 O cânone das Escrituras³

A palavra *cânon* vem do grego *kanon*, que significa “cana” ou “vara de medir”, e indica uma regra, uma norma. Sendo assim, o cânone da Bíblia consiste nos livros considerados divinamente inspirados para serem incluídos nas Sagradas Escrituras. Na época de Jesus, os 39 livros do Antigo Testamento já eram plenamente aceitos pelo judaísmo como divinamente inspirados. Todavia, foi somente no ano 90 d.C, em Jâmnia, perto da

3 As informações desta seção são baseadas Paroschi (1999).

moderna Joze, em Israel, que os rabinos, em um concílio sob a presidência de Yohanan Ben Zakai, reconheceram e fixaram o cânone do Antigo Testamento. Por isso, podemos afirmar que não houve canonização de livros em Jâmnia, pois o trabalho desse concílio foi tão somente ratificar aquilo que já era aceito por todos os judeus através dos séculos.

Josefo (2004, p. 1480), afirma:

Não temos, pois, receio de ver entre nós um grande número de livros que se contradizem. Temos somente vinte e dois que compreendem tudo o que se passou, e que se referem a nós, desde o começo do mundo até agora, e aos quais somos obrigados a prestar fé. [A esses livros,] pelos quais temos tal respeito, que ninguém jamais foi tão atrevido para tentar tirar ou acrescentar, ou mesmo modificar-lhes a mínima coisa. Nós os consideramos como divinos, chamamo-los assim; fazemos profissão de observá-los inviolavelmente e morrer com alegria, se for necessário, para prová-lo.

Antes de terminar o século primeiro, todos os livros do Novo Testamento estavam escritos. O que demorou foi o reconhecimento canônico, isto devido ao cuidado que as Igrejas tinham em preservar a sã doutrina. Nesse tempo surgiram muitos escritos heréticos e espúrios com pretensão apostólica. Muitas doutrinas heréticas – tais como as defendidas pelos gnósticos, que negavam a encarnação de Cristo, pelos céticos, que negavam a realidade da humanidade de Cristo, e pelos monofisistas, que rejeitavam a dualidade da natureza de Cristo – eram encontradas nesses livros.

Muitos livros, antes de serem finalmente reconhecidos como canônicos, foram duramente debatidos. Houve muita relutância quanto às epístolas de Pedro, João e Judas, assim como ao Apocalipse. Tudo isso revela o cuidado que a Igreja tinha e a

responsabilidade que envolvia a canonização. No ano de 397 d.C., no Concílio de Cartago, foi definitivamente reconhecido e fixado o cânone do Novo Testamento. Antes do ano 400 d.C., todos os livros estavam aceitos como regra de fé para os cristãos (Suma Teológica, 2011).

Atualmente, a Bíblia constitui-se o cânone ou “vara de medir” pelo qual tudo mais deve ser medido ou avaliado, pelo fato de ter autoridade concedida por Deus.

4.3.1 Os escritos apócrifos e deutero-canônicos⁴

No grego clássico, a palavra *apocrypha* significava “oculto” ou “difícil de entender”, em referência a livros que tratavam de coisas secretas, misteriosas, ocultas. Posteriormente, tomou o sentido de “esotérico”, ou algo que somente os iniciados poderiam entender, jamais os que não pertenciam à seita, considerados como os “de fora”.

Vários foram os livros chamados *apócrifos*, escritos no período intertestamentário – período entre os últimos eventos do Antigo Testamento e o começo dos acontecimentos do Novo Testamento. No século III e IV, pela época de Irineu e Jerônimo, o vocábulo *apocrypha* veio a ser aplicado aos livros não canônicos do Antigo Testamento.

A Septuaginta, tradução feita do Antigo Testamento hebraico para o grego, entre 280 a.C e 180 a.C., foi a primeira a incluir os livros apócrifos. Jerônimo, no ano de 405 d.C., os incluiu em sua tradução latina do Antigo Testamento, chamada Vulgata,

4 As informações desta seção são baseadas Paroschi (1999).

porque lhe fora ordenado, mas recomendou que esses livros não fossem usados como base doutrinária. Por esse motivo, os cristãos que falavam o grego usavam esses livros juntamente com o Antigo Testamento canônico.

Os reformadores foram, em partes, os grandes responsáveis pela eliminação dos apócrifos da Bíblia, por haver neles elementos inconsistentes com a doutrina protestante (por exemplo, oração aos mortos e intercessão aos santos).

Em 1545, no Concílio de Trento, a Igreja Católica Romana proclamou alguns livros apócrifos como canônicos, detentores de autoridade espiritual para seus fiéis, dando a eles a nomenclatura de *deuterocanônicos*, ou seja, um segundo cânone. Os livros apócrifos (deuterocanônicos) são: 1) I Esdras; 2) II Esdras; 3) Tobias; 4) Judite; 5) adições ao Livro de Ester; 6) Sabedoria de Salomão; 7) Eclesiástico; 8) Baruque, com a Epístola de Jeremias; 9) Canção das três crianças santas; 10) História de Suzana; 11) Bel e o Dragão; 12) Oração de Manassés; 13) I Macabeus; 14) II Macabeus; 15) adições ao Livro de Daniel. Foram excluídos nesse Concílio somente I e II Esdras e a Oração de Manassés, sendo até hoje aceita essa posição pela Igreja Católica Romana.

4.3.2 Testes utilizados para determinar a canonicidade⁵

Em toda a história houve falsos livros e falsas mensagens. É de longa data que existem diferentes opiniões acerca dos livros que deveriam ser incluídos no Antigo Testamento. Nos tempos pré-cristãos, os samaritanos rejeitavam todos os livros do Antigo

5 As informações desta seção são baseadas Paroschi (1999).

Testamento, exceto o Pentateuco. Por volta do século II a.C. em diante, obras pseudônimas, em sua maioria de caráter apocalíptica, reivindicavam para si condição de Escritura inspirada e encontravam aceitação em alguns grupos de pessoas.

Jâmnia, depois da destruição de Jerusalém em 70 d.C., tornou-se a sede do Sinédrio – o Supremo Tribunal dos judeus. Em 90 d.C., nessa cidade, foi reconhecido e fixado o cânone do Antigo Testamento; houve muitos debates acerca da aprovação de certos livros, especialmente dos “Escritos”.

No período patrístico, havia dúvida entre os cristãos se os livros apócrifos da Bíblia grega e latina deveriam ser considerados inspirados ou não. Essa controvérsia culminou na Reforma, porque a Igreja Católica insistia que os livros apócrifos faziam parte do Antigo Testamento, sendo inspirados, o que era negado pelas Igrejas protestantes.

O que qualifica um livro para um lugar no cânone do Antigo Testamento ou do Novo Testamento não é simplesmente o fato de ele ser antigo, informativo e útil, mas que tenha autoridade de Deus sobre o que diz.

Como o Antigo Testamento estava estabelecido como Palavra de Deus, fez-se necessário que a Igreja de Deus administrasse diligentemente sua coleção de livros sagrados após a morte dos apóstolos. Desse modo, os seguintes princípios foram usados para determinar a posição de um livro no cânone:

- ∞ **Apostolicidade** – O livro foi escrito por um apóstolo, ou por alguém próximo aos apóstolos? Essa questão tinha especial importância com respeito a Marcos, Lucas, Atos e Hebreus, já que Marcos e Lucas não se encontravam entre os doze apóstolos e a autoria de Hebreus era desconhecida.

- ∞ **Conteúdo espiritual** – O livro estava sendo lido nas Igrejas e seu conteúdo era meio de edificação espiritual? Esse era um teste muito prático.
- ∞ **Exatidão doutrinária** – O conteúdo do livro era doutrinariamente correto? Qualquer livro contendo heresia, ou contrário aos livros canônicos já aceitos, era rejeitado.
- ∞ **Utilização** – O livro fora universalmente reconhecido nas Igrejas, sendo amplamente citado pelos Pais da Igreja?
- ∞ **Inspiração divina** – O livro dava verdadeira evidência de inspiração divina?

4.4 Os idiomas originais da Bíblia⁶

As línguas utilizadas no registro da revelação de Deus, a Bíblia, vieram de famílias de línguas semíticas e indo-europeias. Da família semítica se originaram as línguas básicas do Antigo Testamento, ou seja, o hebraico e o aramaico (siríaco). Já o latim e o grego representam a família indo-europeia.

Essas línguas continuam ainda a serem faladas em algumas partes do mundo contemporâneo. O hebraico é a língua oficial do Estado de Israel; o aramaico é falado por alguns cristãos nas vizinhanças da Síria; o grego, embora muito diferente do Novo Testamento, é falado na atualidade por muitas pessoas.

De modo indireto, os fenícios exerceram um papel importante na transmissão da Bíblia, ao criar o veículo básico de propagação das letras: inventaram o alfabeto.

6 As informações desta seção são baseadas Paroschi (1999).

4.4.1 Hebraico

Quase todos os 39 livros do Antigo Testamento foram escritos em hebraico, exceto algumas passagens de Esdras, Jeremias e Daniel, que foram escritas em aramaico. A língua hebraica é chamada no Antigo Testamento *língua de Canaã* (Isaiás 19: 18) e *língua judaica* ou *judaico* (II Reis 18: 26-28; Isaiás 36: 13). Como a maior parte das línguas do ramo semítico, o hebraico lê-se da direita para a esquerda. O alfabeto é composto de 22 letras, todas consoantes.

4.4.2 Aramaico

Idioma aparentado com o hebraico, o aramaico tornou-se a língua comum na Palestina depois do cativeiro babilônico. A influência do aramaico foi profunda sobre o hebraico, começando no cativeiro do reino de Israel, em 722 a.C., na Assíria, e continuando no cativeiro do reino do Sul (Judá), em 587 a.C, na Babilônia. Em 536 a.C, quando Israel começou a regressar do exílio, o aramaico era o idioma nacional. É por isso que quando Esdras leu as Escrituras em hebraico foi necessário um intérprete (Neemias 8: 5-8).

Temos algumas palavras aramaicas preservadas para nós no Novo Testamento: *talitá cumi* (*menina, levanta-te*), em Marcos 5: 41; *efatá* (*Abre-te*), em Marcos 7: 34; *Eli, Eli, lamá sabactâni* (*Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste*), em Mateus 27: 46. Em Romanos (8: 15) e Gálatas (4: 6), o apóstolo Paulo usou *abba* – Pai, em aramaico. O aramaico é também chamado de *siriaco*,

no Norte de Israel (II Reis 18: 26; Esdras 4: 7; Daniel 2: 4), e também *caldaico*, no Sul de Israel (Daniel 1: 4).

A passagem mais extensa em aramaico consta em Daniel (de 2: 4 a 7: 28).

Devido ao fato de os hebreus terem adotado o aramaico como uma língua, no Novo Testamento esta passou a se chamar *hebraico*, conforme se lê em Lucas (23: 38), João (5: 2; 19, 13, 17, 20) e Atos (21: 40; 26: 14).

4.4.3 Grego

Grego é a língua em que foi originalmente escrito o Novo Testamento. O grego do Novo Testamento não é o grego clássico dos filósofos, mas o dialeto popular do homem da rua – dos comerciantes, dos estudantes – que todos podiam entender: era o grego *koiné*. A mão de Deus pode ser vista nisso, porque o grego era o idioma internacional do século I, tornando assim possível a divulgação do Evangelho pelo do mundo então conhecido. A língua grega tem 24 letras; a primeira é *alfa* e a última, *ômega*.

4.5 Materiais utilizados para a escrita⁷

Desde os tempos mais remotos, o homem usou vários materiais nos quais escrevia. Entre eles, destacamos os seguintes:

7 As informações desta seção são baseadas Archer Junior (2000).

- ∞ **Pedra** – Foi empregada no Egito, na Síria, na Mesopotâmia, em Israel e em outros países. Os caracteres (cuneiformes ou hieróglifos) eram copiados, por exemplo, do Código de Hamurabi, dos textos da pedra Roseta e da Pedra Moabita.
- ∞ **Tabuinha de barro ou argila** – Material utilizado desde tempos imemoriais na região da Mesopotâmia. Foi usado por Jeremias (17: 13) e por Ezequiel (4: 1). Dois tipos de cerâmica têm sido encontrados pelos arqueólogos, seca ao sol e seca ao forno.
- ∞ **Madeira** – Era bastante utilizada pelos antigos para escrever. Alguns acreditam que esse tipo de material de escrita foi usado por Isaías (30: 8), Habacuque (2: 2) e Zacarias, pai de João Batista (Lucas 1: 63).
- ∞ **Papiro** – Era confeccionado com folhas de uma planta (*Cyperus papyrus*), cujo talo cilíndrico alcança dois metros ou mais. Esse talo era descascado e estendido em sentido cruzado, prensado, raspado e polido. Foi o material que o apóstolo João usou para escrever o Livro do Apocalipse (5: 1) e suas cartas (II João 12). Continua sendo usado largamente no Egito até hoje.
- ∞ **Velino, pergaminho e couro** – São palavras que designam os vários estágios de produção de um material de escrita feito de peles de animais, que era curtido, raspado e polido. Embora os termos sejam intercambiáveis, o velino era preparado originalmente com pele de bezerros e antílopes, enquanto o pergaminho era de pele de ovelhas e cabras. Foi usado pela primeira vez na cidade de Pérgamo, na Ásia Menor, ao tempo do rei Eumenes II (197 a.C.-158 a.C.), devido à falta

de papiro que recebia do Egito para formar sua biblioteca, o que tornou necessário obter um novo material de escrita, o qual era velino ou pergaminho.

4.6 Manuscritos

Manuscrito vem do latim, *manus* – “mão” – e *scriptus* – “escrita”, a saber, um documento “escrito à mão”. Essa palavra como aplicada hoje é restrita àquelas cópias da Bíblia feitas no mesmo idioma em que foram originalmente escritas.

Os “originais” escritos pelas mãos de um profeta ou apóstolo, ou de um amanuense – sempre sob a direção do homem de Deus – eram chamados de *autógrafos*. Eles não existem mais e, por essa razão, precisaram ser reconstituídos com base em manuscritos antigos das Escrituras.

Na ocasião em que a Bíblia veio a ser impressa, em 1455 a.C., havia mais de 2.000 manuscritos nas mãos de certos letrados, todavia, todos incompletos. Atualmente há cerca de 4.000 manuscritos das Escrituras.

Gilberto (1995) informa algumas causas que levaram ao desaparecimento dos manuscritos:

- ∞ O costume dos judeus de enterrar todos os manuscritos estragados pelo uso ou qualquer outra coisa; isto para evitar mutilação ou interpolação espúria.
- ∞ Os reis idólatras e ímpios de Israel podem ter destruído muitos manuscritos, ou contribuído para isso (veja o episódio de Jeremias 36: 20-26).

- ∞ O monstro, Antíoco Epifânio, rei da Síria (175 a.C-164 a.C.), dominou a Palestina durante seu reinado. Foi extremamente cruel, sádico; tinha prazer em aplicar torturas. Decidiu exterminar a religião judaica e assolou Jerusalém em 168 a.C., profanando o Templo e destruindo todas as cópias que achou das Sagradas Escrituras.
- ∞ Nos dias do feroz imperador Diocleciano (284 d.C-305 d.C.), os perseguidores dos cristãos destruíram quantas cópias acharam das Escrituras. Durante dez anos, Diocleciano mandou vasculhar o Império para destruir todos os Escritos Sagrados. Ele chegou a julgar que tivesse destruído tudo, pois mandou cunhar uma moeda comemorando tal “vitória”.

Nos tratados sobre a Bíblia, a palavra *manuscrito* é sempre indicada pela abreviatura **mS**, no plural **mSS** ou **mSs**.

4.6.1 Classificação⁸

Os manuscritos estão divididos em duas classes:

1. **Unciais** (do latim *uncia* – “polegada”) – São assim chamados por serem escritos em letras maiúsculas, sem separação de palavras, como se escrevêssemos GOSTODEPASSEARNOPARQUE. Trata-se dos manuscritos mais antigos.
2. **Cursivos** – Receberam esse nome por serem escritos com letras cursivas ou “à mão”. São escritos em letras minúsculas, mais comum no grego, também com palavras ligadas entre si.

⁸ As informações desta seção são baseadas Archer Junior (2000).

Dos 4.500 manuscritos existentes, cerca de 300 são unciais e os restantes, cursivos.

4.6.2 Os grandes códices unciais⁹

4.6.2.1 Manuscrito Sinaítico – Códice Alef

Um dos primeiros manuscritos unciais datado de 340 a.C., o Sinaítico, foi descoberto em 1844 pelo doutor Constantine Tischendorf, no convento de Santa Catarina, no Monte Sinai. Esse pesquisador descobriu as páginas do manuscrito no monastério, onde os monges as utilizavam para acender fogo. Nesse mesmo ano, ele descobriu 43 folhas de velino contendo porções da Septuaginta (I Crônicas, Jeremias, Neemias e Ester). Quinze anos mais tarde, conseguiu obter as folhas restantes, com a ajuda do Czar da Rússia, Alexandre II. Escrito em grego, ele contém mais da metade do Antigo Testamento, todo o Novo Testamento (com exceção de Marcos 16: 9-20 e João 7: 58-8: 11) e, ainda, todos os apócrifos do Antigo Testamento, a *Epístola de Barnabé* e *O pastor de Hermas*. É o único que contém o Novo Testamento completo. Atualmente se encontra no Museu Britânico, em Londres.

4.6.2.2 Manuscrito Vaticano – Códice B

Esse uncial famoso, datado do século IV (350 d.C., possivelmente 325 d.C.), está escrito em grego e contém a tradução da Septuaginta do Antigo Testamento, os apócrifos (com exceção dos livros dos Macabeus e da Oração de Manassés) e o Novo

9 As informações desta seção são baseadas Archer Junior (2000).

Testamento. No Antigo Testamento, está faltando o Gênesis (1: 1-46: 28), II Reis (2: 5-7; 10: 13) e os Salmos (106: 27-136: 6). No Novo Testamento faltam Marcos (16: 9-20), João (7: 53 e 8: 11) e Hebreus (9: 14), até o fim do Novo Testamento, incluindo as epístolas pastorais (I e II Timóteo, Tito e Filemom) e Apocalipse, mas não as epístolas gerais (I e II Tiago, I e II Pedro e III João e Judas).

Como o nome sugere, esse manuscrito se encontra agora na Biblioteca do Vaticano em Roma, onde foi catalogado pela primeira vez em 1481.

4.6.2.3 Manuscrito Alexandrino – Códice A

Esse manuscrito, o último dos três maiores unciais considerados aqui, data do século V (cerca de 450 d.C.), embora contenha tanto o Antigo quanto o Novo Testamento, algumas partes estão faltando. Em 1078 esse códice foi dado de presente ao patriarca de Alexandria, que lhe deu a designação que ostenta até hoje. Encontra-se na Biblioteca Nacional do Museu Britânico, em Londres. Não chega a alcançar o elevado padrão dos manuscritos Vaticano e Sinaítico.

4.6.2.4 Manuscrito Efraim – Códice C

Esse manuscrito contém partes do Antigo e do Novo Testamento. Existem agora apenas 64 folhas do Antigo Testamento e 145 do Novo Testamento. Suspeita-se que se originou de Alexandria, no Egito, e data do século V (por volta de 450 d.C.).

Esse manuscrito foi “raspado”, por isso chamado de *palimpsesto*. O texto sagrado foi apagado para que nesses pergaminhos se

escrevessem sermões de Efraim (299 d.C.-378 d.C.), pai da Igreja do século IV. Por essa razão foi chamado *manuscrito Efraim*.

Com a utilização de uma solução química, o Dr. Tischendorf foi capaz de decifrar as escritas quase invisíveis dos pergaminhos. Esse manuscrito está guardado na Biblioteca Nacional de Paris.

4.6.2.5 Manuscrito Beza – Códice D

Também chamado de *Códice de Cambridge*, data do século VI (550 d.C.). É o mais antigo manuscrito conhecido, escrito em dois idiomas. A página esquerda é em grego, enquanto o texto correspondente em latim fica do lado oposto, à direita. Foi descoberto em 1562, por Teodoro Beza, teólogo francês. Com algumas omissões, contém os Evangelhos, III João (11-15) e Atos.

4.7 Traduções da Bíblia¹⁰

A transmissão da revelação da parte de Deus para os homens gira em torno de três fases históricas significativas: 1) a invenção da escrita antes de 3000 a.C.; 2) o início das traduções antes de 200 a.C.; 3) o surgimento da imprensa antes de 1600 d.C.

Depois dos manuscritos, a forma próxima mais importante das Escrituras, que dá testemunho de sua antiguidade, são as versões. A *versão* é uma tradução do idioma original de um manuscrito em outro idioma. Existem inúmeras versões, mas apenas algumas serão consideradas como exemplos para este estudo. Antes, todavia, de seguirmos em frente, é necessário que

¹⁰ As informações desta seção são baseadas Archer Junior (2000).

você entenda com clareza certos termos técnicos da história da tradução da Bíblia.

4.7.1 Definição e distinção

Em cada ramo da ciência existem termos técnicos usados para designar seu significado, os quais jamais devem ser confundidos, ocasionando ambígua interpretação.

Assim acontece quando o assunto é tradução e, em especial, das Escrituras. Aquele que traslada de uma língua para outra deve evitar confusão desses termos. Por exemplo, **tradução**, **tradução literal** e **transliteração**, são três termos que estão intimamente correlacionados.

Tradução é o processo de converter uma linguagem em outra. Por exemplo, do inglês para o francês, esse trabalho se chamaria *tradução*. A **tradução literal** é a tentativa de expressar, com toda a fidelidade possível e o máximo de exatidão, o sentido das palavras originais do texto em que está sendo traduzido. Trata-se de uma transcrição textual, palavra por palavra. Já **transliteração** é a versão das letras de um texto em certa língua para as letras correspondentes de outra língua.

4.7.2 Septuaginta

Septuaginta significa “setenta”. A abreviação dessa versão é LXX, sendo às vezes chamada de *versão alexandrina*, por ter sido traduzida no reinado de Ptolomeu II Filadelfo, na cidade de Alexandria, Egito (284 a.C.-247 a.C.). Conta-se que 72 eruditos procedentes da Palestina (seis de cada uma das 12 tribos de

Israel) que viajaram para Alexandria traduziram o Pentateuco do Antigo Testamento hebraico para o grego em 72 dias. É necessário salientarmos que, com o tempo, essa palavra viria a denotar a tradução para o grego de todo o Antigo Testamento hebraico.

Essa é, talvez, a mais importante das versões, por sua data antiga e influência sobre outras traduções. Além dos 39 livros do Antigo Testamento, ela contém os livros conhecidos como *apócrifos*.

4.7.3 Pentateuco samaritano

Essa obra foi, de fato, uma porção manuscrita do próprio texto hebraico, não sendo, na verdade, uma tradução, nem uma versão. Contém os cinco livros de Moisés, pois os samaritanos aceitavam apenas o Pentateuco.

4.7.4 Traduções siríacas

O idioma siríaco (aramaico) era comparado ao grego *koiné* e ao latim da Vulgata. Era a língua comum do povo nas ruas. As principais versões siríacas do Novo Testamento estão indicadas a seguir.

- ∞ Siríaco antigo – São conhecidos dois manuscritos principais dessa versão:
 1. O *siríaco* curetônio é um pergaminho do século V que se encontra no Museu Britânico. Recebeu esse nome em homenagem ao Dr. John Curetan, que o editou.

2. O siríaco sinaítico é um palimpsesto do século IV, descoberto no monastério de Santa Catarina, no Sinai, em 1892.
- ∞ Versão peshita – A palavra *peshita* significa “simples” ou “comum”, sendo esta versão conhecida como *Vulgata siríaca*. Tem apenas 22 livros do Novo Testamento, faltando-lhe II Pedro, II e III João, Judas e Apocalipse. Segundo Champlin (1995, p. 95), “o peshitto é representado por 350 manuscritos existentes, alguns dos quais recuam até aos séculos V e VI”.

Outras versões siríacas surgiram depois dessas que já tratamos. Em 508, na Síria, em Hierápolis, sob a direção de Filoxeno, foram adicionados ao cânone das Igrejas sírias os livros excluídos da versão peshita, ou seja, II Pedro, II e III João, Judas e Apocalipse. Em 616, Tomás de Heracleia, bispo de Mabugue, reeditou o texto de Filoxeno, produzindo uma versão distinta, que se tornou conhecida como Siríaca heracleana.

4.7.5 Tradução latina (*Vulgata latina*)

Por mais de 1000 anos predominou no cristianismo ocidental uma grandiosa tradução da Bíblia, a *Vulgata latina*. Vários estudiosos haviam traduzido as Escrituras para o latim, entretanto, foi com Sofrônio Eusébio Jerônimo que a versão latina se firmou.

Por volta do século III d.C., o latim começou a substituir o grego como língua de ensino no vasto mundo romano. Um

texto uniforme e confiável era extremamente necessário para uso teológico e litúrgico. Havia muita confusão a respeito dos textos latinos da Bíblia, atochado de heresias e controvérsias. É dessa época os Concílios de Niceia (325 d.C.), de Constantinopla I (381 d.C.) e de Éfeso (431 d.C.).

Devido à diversidade de versões, traduções, revisões bíblicas no século IV, Damaso, bispo de Roma (366 d.C.-384 d.C.), inconformado com essa situação, providenciou uma tradução do texto da antiga versão latina, encarregando Jerônimo, eminentemente erudito no latim, grego e hebraico, de fazer a tradução, denominada *Vulgata latina*.

Jerônimo começou o seu trabalho com uma tradução da Septuaginta em grego. Logo desistiu de seu intento, visto que a Septuaginta era considerada, inclusive por Santo Agostinho, verdadeiramente a Palavra de Deus inspirada, inerrante, da parte de Deus, em vez de mera tradução não inspirada baseada em originais hebraicos.

Mais tarde, voltou-se para o texto hebraico, que estava em uso na Palestina, como texto base para sua tradução, concluindo completamente em 405 d.C. sua tradução latina do Antigo Testamento hebraico, e que não recebeu calorosa recepção de imediato.

Após a sua morte, em 420 d.C., sua tradução do Antigo Testamento sobressaiu sobre as demais traduções, servindo de base para a maioria dos tradutores da Bíblia anteriores ao século XIX.

4.8 As traduções bíblicas para a língua portuguesa¹¹

A história registra que o primeiro texto bíblico traduzido para a língua portuguesa foi produzido por Dom Diniz (1279-1325), rei de Portugal.

Exímio conhecedor do latim clássico e estudioso da Vulgata, Dom Diniz deliberou enriquecer sua língua materna traduzindo as Sagradas Escrituras para nosso idioma, baseado na Vulgata Latina.

Embora lhe faltasse perseverança, traduziu do latim, do próprio punho, 20 capítulos do Livro de Gênesis, antes mesmo da tradução inglesa de John Wycliffe, que somente em 1380 traduziu as Escrituras para o inglês.

Fernão Lopes afirmou, com seu curioso estilo de cronista do século XV, que Dom João (1385-1433), um dos sucessores de Dom Diniz ao trono português, imprimiu em linguagem popular os Evangelhos, os Atos dos Apóstolos e as Epístolas do apóstolo Paulo, para que aqueles que as ouvissem fossem mais devotados a Deus. Esses “grandes letrados” eram vários padres que também se utilizaram da Vulgata Latina em seu trabalho de tradução.

Enquanto esses padres trabalhavam, Dom João I, também conhecedor do latim, traduziu o livro de Salmos, que foi reunido aos livros do Novo Testamento traduzidos pelos padres. Seu sucessor, Dom João II, outro grande defensor das traduções bíblicas, mandou gravar no seu cetro a parte final do versículo 31

11 O texto das seções a seguir foi extraído de Thompson (1990), com algumas adaptações. A compilação é de autoria de Jefferson Magno Costa e Abraão de Almeida.

de Romanos 8: “Se Deus é por nós, quem será contra nós?”, atestando assim quanto os soberanos portugueses reverenciavam a Bíblia.

Como nessa época a imprensa ainda não havia sido inventada, os livros eram produzidos em forma manuscrita, usando-se folhas de pergaminho. Isso tornava sua circulação extremamente reduzida. Por ser trabalho lento e caro, era necessário que a Igreja Romana ou alguém muito rico assumisse os custos do projeto. Ninguém mais indicado para isso que os nobres e os reis.

Outras figuras da monarquia de Portugal também realizaram traduções parciais das Escrituras. A neta do rei Dom João I e filha do infante Dom Pedro, a infanta Dona Filipa, traduziu do francês os Evangelhos. No século XV, surgiram, publicados em Lisboa, o Evangelho de Mateus e trechos dos demais Evangelhos, trabalho realizado pelo frei Bernardo de Alcobaça, que pertenceu à grande escola de tradutores portugueses da Real Abadia de Alcobaça. Ele baseou suas traduções na Vulgata Latina.

A primeira harmonia dos Evangelhos em língua portuguesa, preparada em 1495 pelo cronista Valentim Fernandes e intitulada *De Vita Christi*, teve os seus custos de publicação pagos pela rainha Dona Leonora, esposa de Dom João II. Cinco anos após o descobrimento do Brasil, Dona Leonora mandou também imprimir o Livro de Atos dos Apóstolos e as Epístolas universais de Tiago, Pedro, João e Judas, que haviam sido traduzidos do latim vários anos antes por frei Bernardo de Briniga.

Em 1566, foi publicada em Lisboa uma gramática hebraica para estudantes portugueses. Ela trazia em português, como texto básico, o livro de Obadias.

No início do século XIX, o padre Antônio Ribeiro dos Santos traduziu os Evangelhos de Mateus e de Marcos, ainda hoje inéditos.

É fundamental salientar que todas essas obras sofreram, ao longo dos séculos, implacável perseguição da Igreja Romana, e de muitas delas só escaparam um ou dois exemplares, hoje raríssimos. A Igreja Romana também amaldiçoou a todos os que conservassem consigo essas “traduções da Bíblia em idioma vulgar”, conforme as denominava.

4.8.1 Período das traduções completas

Aprouve a João Ferreira de Almeida a grandiosa tarefa de traduzir pela primeira vez para o português o Antigo e o Novo Testamento. Nascido em 1628, em Torre de Tavares, nas proximidades de Lisboa, João Ferreira de Almeida, quando tinha doze anos de idade, mudou-se para o sudeste da Ásia. Após viver dois anos na Batávia (atual Jacarta), na ilha de Java, Indonésia, Almeida partiu para Málaca, na Malásia, e, pela leitura de um folheto em espanhol acerca das diferenças da cristandade, converteu-se do catolicismo à fé evangélica. No ano seguinte começou a pregar o Evangelho no Ceilão (hoje Sri Lanka) e em muitos pontos da costa de Malabar.

Não tinha ele dezessete anos de idade quando iniciou o trabalho de tradução da Bíblia para o português, mas lamentavelmente perdeu o seu manuscrito e teve de reiniciar a tradução em 1648.

Por conhecer o hebraico e o grego, Almeida pôde utilizar-se dos manuscritos dessas línguas, calcando sua tradução no chamado *Textus Receptus*, do grupo bizantino. Durante esse exaustivo e criterioso trabalho, ele também se serviu das traduções holandesa, francesa (tradução de Beza), italiana, espanhola e latina (Vulgata).

Em 1676, João Ferreira de Almeida concluiu a tradução do Novo Testamento e, naquele mesmo ano, remeteu o manuscrito para ser impresso na Batávia; todavia, o lento trabalho de revisão a que a tradução foi submetida levou Almeida a retomá-la e enviá-la para ser impressa em Amsterdã, na Holanda. Finalmente, em 1681 surgiu o primeiro Novo Testamento em português.

Milhares de erros foram detectados nesse Novo Testamento de Almeida, muitos deles produzidos pela comissão de eruditos que tentou harmonizar o texto em português com a tradução holandesa de 1637. O próprio Almeida identificou mais de dois mil erros nessa tradução, e outro revisor, Ribeiro dos Santos, afirmou ter encontrado um número bem maior.

Logo após a publicação do Novo Testamento, Almeida iniciou a tradução do Antigo Testamento, e, ao falecer, em 6 de agosto de 1691, havia traduzido até Ezequiel (41: 21). Em 1748, o pastor Jacobus Op Den Akker, da Batávia, reiniciou o trabalho interrompido por Almeida, e cinco anos depois, em 1753, foi impressa a primeira Bíblia completa em português, em dois volumes. Estava, portanto, concluído o inestimável trabalho de tradução da Bíblia por João Ferreira de Almeida.

Apesar dos erros iniciais, ao longo dos anos, estudiosos evangélicos têm depurado a obra de João Ferreira de Almeida, tornando-a a preferida dos leitores de fala portuguesa.

4.8.2 Tradução de Figueiredo

Nascido em 1725, em Tomar, nas proximidades de Lisboa, o padre Antônio Pereira de Figueiredo, partindo da Vulgata Latina, traduziu integralmente o Novo Testamento, gastando 18 anos nessa laboriosa tarefa. A primeira edição do Novo Testamento saiu em 1778 em seis volumes. Quanto ao Antigo Testamento, os 17 volumes de sua primeira edição foram publicados de 1783 a 1790. Em 1819, veio à luz a Bíblia completa de Figueiredo, em sete volumes, e em 1821 ela foi publicada pela primeira vez em um só volume.

Figueiredo incluiu em sua tradução os chamados livros apócrifos que o Concílio de Trento havia acrescentado aos livros canônicos em 8 de abril de 1546. Esse fato tem contribuído para que sua tradução seja ainda hoje apreciada pelos católicos romanos nos países de fala portuguesa.

Na condição de exímio filólogo e latinista, Figueiredo pôde utilizar-se de um estilo sublime e grandiloquente, resultando seu trabalho em um verdadeiro monumento da prosa portuguesa. Porém, por não conhecer os idiomas originais e ter se baseado tão somente na Vulgata, sua tradução não tem suplantado em preferência popular o texto de Almeida.

4.9 A Bíblia no Brasil

Em 1847 foi publicado, em São Luís do Maranhão, o Novo Testamento, traduzido pelo frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré, que se baseou na Vulgata. Esse foi, portanto, o primeiro

texto bíblico traduzido no Brasil. Essa tradução tornou-se famosa por trazer em seu prefácio pesadas acusações contra as Bíblias protestantes, que, segundo os acusadores, “estariam falsificadas” e falavam “contra Jesus Cristo e contra tudo quanto há de bom”.

Em 1879, a Sociedade de Literatura Religiosa e Moral do Rio de Janeiro publicou o que ficou conhecida como “a primeira edição brasileira do Novo Testamento de Almeida”. Essa versão foi revista por José Manoel Garcia, lente do Colégio D. Pedro II; pelo pastor M. P. B. de Carvalhosa, de Campos, Rio de Janeiro; e pelo primeiro agente da Sociedade Bíblica Americana no Brasil, pastor Alexandre Blackford, ministro do Evangelho no Rio de Janeiro.

Harpa de Israel foi o título que o notável hebraísta P. R. dos Santos Saraiva deu à sua tradução dos Salmos publicada em 1898.

Em 1909, o padre Santana publicou sua tradução do Evangelho de Mateus, vertida diretamente do grego. Três anos depois, J. Basílio Teles publicou a tradução do livro de Jó, com sangrias poéticas. Em 1917 foi a vez de J. L. Assunção publicar o Novo Testamento, tradução baseada na Vulgata Latina.

Em 1917, traduzido do velho idioma etíope, surgiu, isoladamente no Brasil, o Livro de Amós, traduzido por Esteves Pereira. Seis anos depois, J. Basílio Pereira publicou a tradução do Novo Testamento e do Livro dos Salmos, ambos baseados na Vulgata. Por essa época, surgiu no Brasil (infelizmente, sem indicação de data) a Lei de Moisés (Pentateuco), edição bilíngue hebraico-português preparada pelo rabino Meir Masiah Melamed.

O padre Humberto Rohden foi o primeiro católico a traduzir no Brasil o Novo testamento diretamente do grego. Publicada pela instituição Católica Romana Cruzada Boa Esperança, em

1930, essa tradução, por estar baseada em textos considerados inferiores, sofreu severas críticas.

Todos os autores que mencionamos fizeram traduções parciais das Sagradas Escrituras, entretanto, paralelamente, a partir do ano de 1902, as Sociedades Bíblicas empenhadas na disseminação da Bíblia no Brasil patrocinaram uma nova tradução das Escrituras para o português, baseada em manuscritos melhores que os utilizados por Almeida. A comissão constituída para tal fim, composta de especialistas nos vernáculos originais, entre eles o gramático Eduardo Carlos Pereira, fez uso de ortografia correta e vocabulário erudito. Publicado em 1917, esse trabalho ficou conhecido como “Tradução brasileira”. Apesar de ainda hoje ser apreciadíssima por grande número de leitores, essa Bíblia não conseguiu firmar-se no gosto do grande público.

Coube ao padre Matos Soares realizar a tradução mais popular da Bíblia entre os católicos na atualidade. Publicada em 1930 e baseada na Vulgata, essa tradução traz notas entre parênteses defendendo os dogmas da Igreja Católica Romana. Por esse motivo, recebeu apoio papal em 1932.

A primeira revisão da Bíblia em português, feita pela Trinitarian Bible Society (Sociedade Bíblica Trinitária), foi iniciada no dia 16 de maio de 1837. Essa decisão foi tomada seis anos após a formação da Sociedade. O primeiro projeto escolhido para a publicação da Bíblia em uma língua estrangeira pela Sociedade foi o português. O Reverendo Thomas Boys, do Trinity College, Cambridge, foi encarregado de liderar o empreendimento. No ano de 1969, em São Paulo, foi fundada a Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, com o objetivo de revisar e publicar a Bíblia de João Ferreira de Almeida como “edição corrigida e revisada”, fiel ao texto original.

Em 1943, as Sociedades Bíblicas Unidas encomendaram a um grupo de hebraístas, helenistas e vernaculistas competentes uma revisão da tradução de Almeida. A comissão melhorou a linguagem, a grafia de nomes próprios e o estilo da Bíblia de Almeida.

Em 1948 organizou-se a Sociedade Bíblica do Brasil destinada a “Dar a Bíblia à Pátria”. Essa entidade fez duas revisões no texto de Almeida, uma mais aprofundada, que deu origem à “edição revista e atualizada no Brasil”, e uma menos aprofundada, que conservou o antigo nome “Corrigido”.

Em 1967, a Imprensa Bíblica Brasileira, criada em 1940, publicou a sua “edição revisada de Almeida”, comparada com os textos em hebraico e grego. Essa edição foi posteriormente reeditada com ligeiras modificações.

Mais recentemente, a Sociedade Bíblica do Brasil traduziu e publicou a Bíblia na linguagem de hoje (1988). O propósito básico dessa tradução tem sido o de apresentar o texto bíblico numa linguagem comum e corrente.

Em 1990, a Editora Vida publicou a sua edição contemporânea da Bíblia de Almeida. Essa edição eliminou arcaísmos e ambiguidades do texto quase tricentenário de Almeida e preservou, sempre que possível, as excelências do texto que lhe serviu de base.

Uma comissão constituída de especialista em grego, hebraico, aramaico e português, coordenada pelo Rev. Luiz Sayão, sob o patrocínio da Sociedade Bíblica Internacional, agraciou o público brasileiro com a “nova versão internacional”, mais conhecida como *NVI*, no ano 2000.

Durante a última ou as duas últimas décadas tem havido uma grande quantidade de novas traduções, numerosas demais

para serem mencionadas aqui. Algumas se empenharam em ser interpretações literais dos originais, enquanto que outras são, definitivamente, paráfrases.

Questionário de bibliologia

1. Qual é a mensagem central da Bíblia sob a ideia de concerto?
2. Quantos capítulos e versículos têm a Bíblia?
3. De que material eram feitos os livros?
4. Quais são os nomes ou títulos mais comuns que a Bíblia dá a si mesma?
5. Quantos livros têm toda a Bíblia? E quantos livros cada divisão da Bíblia apresenta (Antigo Testamento e Novo Testamento)?
6. Indique a diferença entre *revelação* e *inspiração* no tocante às Escrituras.
7. O que se entende por *iluminação* em relação às Escrituras?
8. Defina a palavra *cânone* no sentido bíblico.
9. Em que ano e ocasião os católicos aprovaram os livros antes considerados *apócrifos*?
10. Quais são os princípios considerados para determinar a canonicidade de um Livro?

Referências

- ARCHER JUNIOR, G. L. **Merece confiança o Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- BANCROFT, E. H. **Teologia elementar**. São Paulo: Batista Regular, 1995.
- BERGSTÉN, E. **Introdução à teologia sistemática**. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Paulus, 2002.
- BOICE, J. M. **O alicerce da autoridade bíblica**. São Paulo: Vida Nova, 1982.
- BRUNELLI, W. **Curso intensivo de teologia**. São Paulo: IDE, 1999. v. 1.
- CARSON, D. A. **A exegese e suas falácias**. São Paulo: Vida Nova, 1999.
- CHAMPLIN, R. N. **O Novo Testamento interpretado versículo por versículo**. São Paulo: Candeia, 1995. v. 1.
- CHAMPLIN, R. N.; BENTES, J. M. **Enciclopédia de Bíblia, teologia e filosofia**. São Paulo: Candeia, 1995.
- COMFORT, P. W. **A origem da Bíblia**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998.
- DOCKERY, D. **Manual bíblico**. São Paulo: Vida Nova, 2001.
- DRANE, J. **A Bíblia: fato ou fantasia?** São Paulo: Bom Pastor, 1994.

- DUFFIELD, G. P.; VAN CLEAVE, N. M. **Fundamentos da teologia pentecostal**. São Paulo: Quadrangular, 1991.
- ELLISEN, S. A. **Conheça melhor o Antigo Testamento**. Tradução de Emma Anders de Souza Lima. São Paulo: Vida, 1999.
- FEE, D. G.; STUART, D. **Entendes o que lês?: um guia para entender a Bíblia com auxílio da exegese e da hermenêutica**. São Paulo: Vida Nova, 2009.
- GEISLER, N. **A inerrância da Bíblia**. São Paulo: Vida, 2003.
- GEISLER, N.; NIX, W. E. **Introdução bíblica: como a Bíblia chegou até nós**. São Paulo: Vida, 1997.
- GILBERTO, A. **A Bíblia através dos séculos**. Rio de Janeiro: CPAD, 1995.
- GRUNDEM, W. **Manual de teologia sistemática**. São Paulo: Vida, 2001.
- HOFF, P. **O pentateuco**. Tradução de Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Vida, 1993.
- _____. **Os livros históricos**. São Paulo: Vida, 1996.
- HORTOM, S. M. **Teologia sistemática: uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.
- ICP – Instituto Cristão de Pesquisas. **Curso internacional de teologia: módulo 1**. São Paulo: ICP, 2003.
- JOSEFO, F. **História dos hebreus**. 8 ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

KELLY, J. N. D. **Doutrinas centrais da fé cristã: origem e desenvolvimento.** São Paulo: Vida Nova, 1994.

MENZIES, W. W.; HORTON, S. M. **Doutrinas bíblicas.** Rio de Janeiro: CPAD, 1999.

PAROSCHI, W. **Crítica textual do Novo Testamento.** 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1999.

PEARLMAN, M. **Através da Bíblia: Livro por Livro.** 18. ed. São Paulo: Vida, 1996.

_____. **Conhecendo as doutrinas da Bíblia.** São Paulo: Vida, 1999.

SHANKS, H. (Org.). **Para compreender os manuscritos do Mar Morto.** Tradução de Laura Rumchinsky. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

STEIN, R. H. **Guia básico para interpretação da Bíblia.** Rio de Janeiro: CPAD, 1999.

SUMA TEOLÓGICA. **Doutrina católica: o pecado original.** [S.l.], 19 maio 2011. Disponível em: <<https://sumateologica.wordpress.com/2011/05/19/doutrina-catolica-o-pecado-original-ii/#more-2483>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

THOMPSON, F. C. (Org.). **Bíblia de referência Thompson.** São Paulo: Vida, 1990.

TOGNINI, E.; BENTES, J. M. **Janelas para o Novo Testamento.** São Paulo: Louvores do Coração, 1992.

_____. **O período interbíblico.** 7. ed. São Paulo: Louvores do Coração, 1992.

Respostas

1. A palavra *testamento*, nas designações *Antigo Testamento* e *Novo Testamento* para as duas divisões da Bíblia, remonta ao termo latino *testamentum* e ao termo grego *diathéke*, o qual, na maioria de suas ocorrências na Bíblia grega, significa “concerto” ou “aliança”, em vez de “testamento”. Em Jeremias (31: 31), foi profetizado um novo concerto que iria substituir aquele que Deus fez com Israel no deserto (Êxodo 24: 7-8). “Dizendo novo concerto, envelheceu o primeiro” (Hebreus 8: 13). Os escritores do Novo Testamento veem o cumprimento da profecia do novo concerto na nova ordem inaugurada pela obra de Cristo. Suas próprias palavras ao instituir esse concerto (I Coríntios 11: 25) dão autoridade a essa interpretação. A mensagem central da Bíblia é a história da salvação e, ao longo de ambos os Testamentos, podem ser distinguidos três elementos comuns nessa história reveladora: 1) aquele que traz a salvação; 2) o meio de salvação; 3) os herdeiros da salvação. Isso poderia ser reformulado sob o aspecto da ideia do concerto (salvação), dizendo que a mensagem central da Bíblia é o concerto de Deus com os homens e que os elementos comuns são: o mediador do concerto, a base do concerto e o povo do concerto.
2. A Bíblia toda contém 1.189 capítulos e 31.173 versículos, destes, 929 capítulos e 23.214 versículos ocorrem no Antigo Testamento; 260 capítulos e 7.959 versículos, no Novo Testamento.
3. Os Livros eram escritos em folhas de papiro. O termo *biblos* vem do nome dado à polpa interna da planta do papiro em que se escreviam os Livros Sagrados. A palavra *Bíblia*, então, quer dizer “coleção de livros pequenos”. Com a invenção do papel, desapareceram-se os rolos, e a palavra *biblos* deu origem a “livro”.
4. A Bíblia também é chamada de *Escritura* palavra derivada do latim *scriptura* (Marcos 12: 10; 15: 28; Lucas 4: 21; João 2: 22; 7: 38; 10: 35; Romanos 4: 3; Gálatas 4: 30; II Pedro 1: 20), e de *Escrituras* (Mateus 22: 29; Marcos 12: 24; Lucas 24: 27; João 5: 39; Atos 17: 11; Romanos 1: 2; I Coríntios 15: 3-4; II Timóteo 3: 15; II Pedro 3: 16). Esses termos significam “escritos sagrados”. O apóstolo Paulo usou as expressões *Sagradas*

Escrituras (Romanos 1: 2), *sagradas letras* (II Timóteo 3: 15) e *oráculos de Deus* (Romanos 3: 2). Um dos nomes descritivos mais satisfatórios é *Palavra de Deus* (Marcos 7: 13; Romanos 10: 17; II Coríntios 2: 17; I Tessalonicenses 2: 13; Hebreus 4: 12).

5. A Bíblia se divide em duas partes principais, conhecidas como *Antigo Testamento* e *Novo Testamento*, totalizando 66 Livros, sendo 39 deles localizados no Antigo Testamento e 27 localizados no Novo Testamento.
6. A revelação é o ato de Deus mediante o qual Ele comunica diretamente a verdade antes desconhecida para a mente humana – verdade que não poderia ser conhecida de qualquer outra maneira. A inspiração está ligada à comunicação da verdade.
7. A iluminação se refere à influência do Espírito Santo, que é comum a todos os cristãos, que os ajuda a entender as coisas de Deus. “Ora, o homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parece loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente” (I Coríntios 2: 14).
8. A palavra *cânon* vem do grego *kanon*, que significa “cana” ou “vara de medir” e indica uma regra, uma norma. Sendo assim, o cânone da Bíblia consiste nos Livros considerados divinamente inspirados para serem incluídos nas Sagradas Escrituras.
9. Foi em 1545, no Concílio de Trento, que a Igreja Católica Romana proclamou alguns livros apócrifos como canônicos, detentores de autoridade espiritual para seus fiéis, dando a eles a nomenclatura de *deuterocanônicos*, ou seja, um segundo cânone.
10. Apostolicidade, conteúdo espiritual, exatidão doutrinária, utilização e inspiração divina.

UNWINTER

* As informações deste capítulo são baseadas principalmente em Bonhoeffer(1985), Camargo (1999), Cortina e Martinez (2005) e Geisler (2003).

Ética cristã*

UNINTER

Capítulo 5¹

Ética é daqueles assuntos que todo mundo sabe o que é, mas não é fácil de explicar. Tradicionalmente, a ética é entendida como um estudo ou uma reflexão científica, filosófica ou teológica, sobre os costumes ou as ações humanas. Mas também chamamos de *ética* a própria vida, quando esta se ajusta aos costumes considerados corretos.

Para o cristão, a ética pode ser entendida como um conjunto de regras de conduta aceitas pelos cristãos, tendo por fundamento a Palavra de Deus. Para os que creem em Jesus Cristo como Salvador e Senhor de suas vidas, o certo e o errado devem ter como base a Bíblia Sagrada, considerada como “regra de fé e prática”, conforme bem a definiram Martinho Lutero (1483-1546) e outros reformadores.

1 Todas as passagens bíblicas indicadas neste capítulo são citações de Bíblia (2002).

No mundo atual, em que os valores absolutos têm sido desprezados, dando lugar ao relativismo exacerbado, o cristão só pode transitar e se posicionar corretamente se souber observar os princípios éticos emanados das Sagradas Escrituras.

Tudo muda no mundo dos homens mas, diante de Deus, sua Palavra tem valor absoluto, e pode ser o guia seguro e forte contra os vendavais do relativismo avassalador que tem invadido até os arraiais das Igrejas evangélicas. Disse o Senhor Jesus: “O céu e a terra passarão, mas as minhas palavras não hão de passar” (Mateus 24: 35); disse o salmista: “Lâmpada para os meus pés é a tua palavra, e luz para o meu caminho” (Salmos 119: 105).

5.1 Definição de termos

A origem da palavra *ética* vem do grego *ethos*, que significa “costume”, “disposição” ou “hábito”. Os romanos traduziram o termo grego *ethos* para o latim *mos* (ou no plural, *moris*), que quer dizer “costume”, de onde vem a palavra *moral*. Tanto *ethos* (caráter) como *mos* (costume) indicam um tipo de comportamento propriamente humano que não é natural, ou seja, o homem não nasce com ele como se fosse um instinto, mas é “adquirido ou conquistado por hábito” (Vasconcelos, 2015).

Portanto, *ética*, pela própria etimologia, diz respeito a uma realidade humana que é construída histórica e socialmente, a partir das relações coletivas dos seres humanos nas sociedades onde nascem e vivem. Desse modo, a ética estuda os deveres do indivíduo isoladamente ou coletivamente.

“Nenhum homem é uma ilha” – essa famosa frase do filósofo inglês John Donne, citada por Kezen (2004), ajuda-nos a compreender que a vida humana é convívio. Para o ser humano, viver é conviver. É justamente na convivência, na vida social e comunitária, que o ser humano se descobre e se realiza como um ser moral e ético. É na relação com o outro que surgem os problemas e as indagações morais: O que devo fazer? Como agir em determinada situação? Como comportar-me perante o outro? Diante da corrupção e das injustiças, o que fazer?

Constantemente, em nosso cotidiano encontramos situações que nos envolvem em problemas morais. São problemas práticos e concretos da nossa vida em sociedade, ou seja, problemas que dizem respeito às nossas decisões, às nossas escolhas, às nossas ações e aos nossos comportamentos – os quais exigem uma avaliação, um julgamento, um juízo de valor entre o que socialmente é considerado bom ou mau, justo ou injusto, certo ou errado, pela moral vigente.

A questão é que não temos o costume de refletir e buscar os “porquês” de nossas escolhas e de nossos comportamentos e valores. Agimos por força do hábito, dos costumes e da tradição, tencionando a naturalizar a realidade social, política, econômica e cultural. Com isso, perdemos nossa capacidade crítica diante da realidade. Em outras palavras, não costumamos fazer ética, pois não fazemos a crítica nem buscamos compreender e explicitar a nossa realidade moral.

Segundo os antigos filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles, a ética fazia parte de um dos seis sistemas tradicionais da filosofia, sendo eles: 1) política; 2) lógica; 3) gnosilogia; 4) estética; 5) metafísica; 6) ética. A ética é expressa na capacidade

e adaptabilidade de um indivíduo ou de uma sociedade em assimilar os valores gerais do meio em que vive.

Existem várias classes da ética: a **ética moral e cívica** – que pode ser familiar, social ou religiosa; a **ética cultural** – que engloba costumes, hábitos, rituais e cerimônias; e a **ética cristã** – conjunto de regras de conduta para o cristão, tendo por fundamento a Palavra de Deus.

O termo *ethos* aparece diversas vezes no Novo Testamento, significando “conduta, comportamento, porte e compostura”. A ética cristã deve ser fundamentada no conhecimento de Deus conforme revelado nas Sagradas Escrituras, principalmente nos ensinamentos de Jesus Cristo.

5.2 Diferenças entre ética e moral

Em primeiro lugar, **ética** não se confunde com *moral* e nem tampouco com *valores*. **A moral é um conjunto de regras de conduta e lugar, para determinada pessoa ou determinado grupo de pessoas.** A partir daí, podemos dizer que existem várias e diversas morais.

A moral é um fenômeno social particular, que não tem compromisso com a universalidade, isto é, com o que é válido e de direito para todos os homens. Exceção pode ocorrer quando a moral for atacada, na base em que se justifica como sendo universal e supostamente válida para todos.

A moralidade, por sua vez, é um sistema de valores do qual resultam normas que são consideradas corretas por uma determinada sociedade. Esse valor que cria tal sistema pode ser

definido como uma crença duradoura em um modelo específico de conduta ou estado de existência, que é pessoalmente ou socialmente adotado, e que está embasado em uma conduta preexistente.

Segundo o dicionário Aurélio Buarque de Holanda, *ética* “é o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto” (Ferreira, 2010).

A partir dessa gama de conceitos que, para nós, podem se confundir, podemos definir *ética* como sendo a ciência que julga a legitimidade da(s) moral(is) ou, ainda, uma reflexão crítica sobre a moralidade; uma qualificação de ações do ponto de vista do bem e do mal; ou uma referência para os homens basearem suas decisões.

Há ainda quem diferencie *moral* e *ética* de vários modos:

1. *Ética* é princípio, *moral* é aspecto de conduta específica.
2. *Ética* é permanente, *moral* é temporal.
3. *Ética* é universal, *moral* é cultural.
4. *Ética* é regra, *moral* é conduta da regra.
5. *Ética* é teoria, *moral* é prática.

No nosso dia a dia não fazemos distinção entre *ética* e *moral*, usamos as duas palavras como sinônimas. Mas os estudiosos da questão fazem uma distinção entre as duas palavras. Assim, a *moral* é definida como o conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes, valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social; a *moral* é normativa. Já a *ética* é definida como a teoria, o conhecimento ou a ciência do comportamento moral, que busca explicar, compreender, justificar

e criticar a moral ou as morais de uma sociedade; a **ética é filosófica e científica**.

5.3 O valor da ética

Clive Staples Lewis, um célebre apologista cristão britânico, soube muito bem expressar o valor e a importância da ética. Em um dos seus livros, chamado *Cristianismo puro e simples* (citado em *Suma Teológica*, 2010) ele faz uma descrição ao mesmo tempo simples e profunda, descrevendo esta realidade do certo e do errado:

Todo o mundo já viu pessoas discutindo. Às vezes, a discussão soa engraçada; em outras, apenas desagradável. Como quer que soe, acredito que podemos aprender algo muito importante ouvindo os tipos de coisas que elas dizem. Dizem, por exemplo: “Você gostaria que fizessem o mesmo com você?”; “Desculpe, esse banco é meu, eu sentei aqui primeiro”; “Deixe-o em paz, que ele não lhe está fazendo nada de mal”; “Por que você teve de entrar na frente?”; “Dê-me um pedaço da sua laranja, pois eu lhe dei um pedaço da minha”; e “Poxa, você prometeu!” Essas coisas são ditas todos os dias por pessoas cultas e incultas, por adultos e crianças.

O que me interessa em todos estes comentários é que o homem que os faz não está apenas expressando o quanto lhe desagrada o comportamento de seu interlocutor, está também fazendo apelo a um padrão de comportamento que o outro deveria conhecer. E esse outro raramente responde: “ao inferno com o padrão!” Quase sempre tenta provar que sua atitude não infringiu este padrão, ou que, se infringiu, ele tinha uma desculpa muito especial para agir assim. Alega uma razão especial, em seu caso particular, para não ceder o lugar à pessoa que ocupou o banco primeiro, ou alega que a situação

era muito diferente quando ele ganhou aquele gomo de laranja, ou, ainda, que um fato novo o desobriga de cumprir o prometido. Está claro que os envolvidos na discussão conhecem uma lei ou regra de conduta leal, de comportamento digno ou moral, ou como quer que o queiramos chamar, com a qual efetivamente concordam. E eles conhecem essa lei. Se não conhecessem, talvez lutassem como animais ferozes, mas não poderiam “discutir” no sentido humano desta palavra. A intenção da discussão é mostrar que o outro está errado. Não haveria sentido em demonstrá-lo se você e ele não tivessem algum tipo de consenso sobre o que é certo e o que é errado, da mesma forma que não haveria sentido em marcar a falta de um jogador de futebol sem que houvesse uma concordância prévia sobre as regras do jogo. Ora, essa lei ou regra do certo e do errado era chamada de lei natural. Hoje em dia, quando falamos das “leis naturais”, quase sempre nos referimos a coisas como a gravitação, a hereditariedade ou as leis da química. Porém, quando os pensadores do passado chamavam a lei do certo e do errado de “lei natural”, estava implícito que se tratava da lei da Natureza Humana. A ideia era a seguinte: assim como os corpos são regidos pela lei da gravitação, e os organismos, pelas leis da biologia, assim também a criatura chamada “homem” possui uma lei própria – com a grande diferença de que os corpos não são livres para escolher se vão obedecer à lei da gravitação ou não, ao passo que o homem pode escolher entre obedecer ou desobedecer à Lei da Natureza Humana. (Suma Teológica, 2010)

É justamente esta Lei da Natureza Humana que queremos analisar. Por que uma atitude é chamada de *boa* e *correta* e outra atitude é classificada como *má* e *incorreta*? Quem define o certo e o errado? Existem normas universais que podem ser aplicadas em qualquer ocasião e lugar ou elas variam de acordo com as circunstâncias? Como a filosofia encarou essas questões ao longo de sua história? Se existe uma norma universal, em que ela se baseia? O que lhe dá essa autoridade?

E a ética bíblica qual é a sua definição de certo e errado? O que diferencia um cristão em sua ética? Seria a ética cristã superior às demais? Como deve um cristão se comportar em um mundo tão diversificado como o nosso? É possível obedecer aos preceitos de Cristo?

Todas essas e ainda outras questões se levantaram e se levantam no intuito de estabelecer um padrão ou de estabelecer um julgamento para a ação dos homens. De uma forma ou de outra, todos agem conforme um padrão ético e se apoiam em diferentes pressupostos para conferir validade aos seus critérios. Mesmo os que desconhecem a palavra e o conceito que ela envolve, se utilizarão algum padrão para realizar suas ações.

Sobre esta questão escreveu Marilena Chaui (2004, p. 31):

Ao indagar o que são a virtude e o bem, Sócrates realiza, na verdade, duas interrogações. Por um lado, interroga a sociedade para saber se o que ela está habituada a considerar virtuoso e bom corresponde efetivamente à virtude e o bem; e, por outro, interroga os indivíduos para saber se, ao agir possuem consciência do significado e da finalidade de suas ações, se seu caráter ou sua índole são virtuosos e bons realmente. A indagação ética socrática dirige-se, portanto, à sociedade e ao indivíduo.

Com suas perguntas, esse filósofo grego incomodou muitos de seus contemporâneos levando algumas pessoas a odiá-lo e outras a se tornarem seus discípulos. Mas, com isso, ele estava criando a filosofia moral ou a filosofia ética?

Segundo o historiador e filósofo Will Durant, essencialmente só existem três sistemas éticos, três concepções do caráter ideal e da vida moral (Dumont, 1996, p.51).

1. A primeira é de Jesus, que salienta as virtudes femininas, considera todos os homens igualmente preciosos, resiste ao mal apenas retribuindo-o com o bem, identifica a virtude com o amor e, na política, inclina-se para a democracia ilimitada.
2. a segunda é a ética de Maquiavel e Nietzsche, que salienta as virtudes masculinas, aprecia os riscos do combate, da conquista e do domínio, identifica a virtude como o poder e exalta a aristocracia hereditária.
3. a terceira é atribuída ao triunvirato helênico, Sócrates, Platão e Aristóteles, que nega a aplicabilidade universal, quer das virtudes femininas, quer das masculinas; acha que só a mente informada e madura pode julgar, segundo circunstâncias diversas, quando deve imperar o amor e quando deve imperar o poder; identifica virtude com inteligência; defende uma mistura variável de aristocracia e democracia do governo.

Como podemos perceber, os modos como os homens, ao longo do tempo, procuraram encontrar padrões que os ajudassem na escolha da melhor ação, foram diversos. Nem sempre os que adotaram determinados critérios foram fiéis a estes nem sempre apenas um critério foi utilizado.

5.4 As origens dos conceitos éticos

Em seu livro intitulado *O totem da paz*, Don Richardson (2007) narra sua experiência missionária em uma tribo de Java, próximo à Indonésia. Entre os aborígenes daquela região, era considerada

uma grande virtude o ato de enganar ao próximo. Quem melhor conseguisse fazê-lo ganhava honra e respeito. Ao lhes contar a história do Evangelho, Richardson ficou surpreso com a reação deles com respeito à traição de Judas – viram-no como um herói. Se enganar era a virtude máxima, então a atitude do discípulo era digna de nota. Tal fato deixou o missionário estupefato.

Como ensinar a ética cristã para um povo com tais princípios? De onde se originou entre eles o conceito de que a traição era algo bom e a fidelidade e a sinceridade eram fraquezas? Qual é a fonte dos critérios que um povo se utiliza para o certo e para o errado? Esses critérios estão fora ou dentro de nós? São criados pela sociedade ou não passam de normas passageiras? Quebrar certos princípios é uma questão de escolha ou sempre que o fazemos as consequências são irrevogáveis? Todas as éticas são válidas, todas as fontes que geram conceitos éticos são igualmente válidas ou deve-se desconfiar delas?

Todos os povos têm uma ética, que vem de fontes variadas. É comum conceitos que vieram de fontes variadas coincidirem entre si. Essa consideração corrobora ideia de que certas normas éticas são válidas para todos os tempos e todas as épocas.

Com um olhar geral sobre o assunto, indicaremos a seguir alguns elementos que funcionam quase sempre como geradores de conceitos éticos e morais.

5.4.1 A tradição

Quando nascemos em uma sociedade, a encontramos cercada por determinados juízos de valores. Tomamos as coisas como certas ou erradas porque tal postura já vem sendo tomada há

gerações. Dessa forma, as noções de *bom* e de *mau* acabam sendo culturais. A poligamia, por exemplo, é aceita na sociedade islâmica como algo normal, desde que haja fidelidade com as esposas. No Ocidente, trata-se de uma distorção do casamento, um padrão que pode ser definido como imoral. No último caso, a **tradição** forneceu o padrão para as escolhas.

A verdade é que bons costumes podem nascer da tradição. Esses bons costumes adquirem um caráter de obrigatoriedade, levando indivíduos ou grupos a adotá-los e guardá-los com extremo zelo; isso sempre foi comum em toda a história. Mesmo na Bíblia Sagrada encontramos bons exemplos de costumes, como o dos recabitas, narrado no livro de Jeremias (35: 1-10):

Palavra que do Senhor veio a Jeremias, nos dias de Jeoaquim, filho de Josias, rei de Judá, dizendo: Vai à casa dos recabitas, e fala com eles, e leva-os à Casa do Senhor, a uma das câmaras, e dá-lhes vinho a beber. Então, tomei a Jazánias, filho de Jeremias, filho de Habazínias, e a seus irmãos, e a todos os seus filhos, e a toda a casa dos recabitas; e os levei à Casa do Senhor, à câmara dos filhos de Hanã, filho de Jigdalias, homem de Deus, que está junto à câmara dos príncipes, que está sobre a câmara de Maaséias, filho de Salum, guarda do vestibulo; e pus diante dos filhos da casa dos recabitas taças cheias de vinho e copos e disse-lhes: Bebei vinho. Mas eles disseram: Não beberemos vinho, porque Jonadabe, filho de Recabe, nosso pai, nos mandou, dizendo: Nunca bebereis vinho, nem vós nem vossos filhos; não edificareis casa, nem semeareis semente, não plantareis, nem possuireis vinha alguma; mas habitareis em tendas todos os vossos dias, para que vivais muitos dias sobre a face da Terra em que vós andais peregrinando. Obedecemos, pois, à voz de Jonadabe, filho de Recabe, nosso pai, em tudo quanto nos ordenou; de maneira que não bebemos vinho em todos os nossos dias, nem nós, nem nossas mulheres, nem nossos filhos, nem nossas filhas; nem edificamos casas para nossa habitação, nem temos vinha, nem campo, nem semente,

mas habitamos em tendas. Assim, ouvimos e fizemos conforme tudo quanto nos mandou Jonadabe, nosso pai.

Os recabitas pertenciam a uma família de Israel que haviam recebido de seu pai um princípio de abstinência de vinho e consideravam esse mandamento algo de grande valor que deveria ser guardado. Para eles e para todos os membros daquele clã, esse mandamento já apresentava um valor moral e, portanto, o vinho era proibido.

Não há nada de errado com esse tipo de procedimento. Toda sociedade estabelece preceitos, sendo muitos destes introduzidos sabiamente em um tempo longínquo, cuja origem se perdeu no fio da história. Muitas vezes nem se sabe ao certo a origem daquele preceito, sendo algumas vezes atribuído a um fato lendário.

O grande problema ocorre quando é atribuído um valor divino a tal preceito, que na verdade tem origem humana. Transgredir tal mandamento passa a ser errado como se a pessoa estivesse cometendo uma afronta contra Deus. A distorção fica ainda maior quando esse mandamento, originado da boa vontade de alguém, passa a ser mais importante do que os mandamentos verdadeiramente divinos – nesse caso, prefere-se o preceito do homem ao de Deus.

Foi esse tipo de atitude ética que Jesus criticou nos fariseus, que haviam colocado a lei oral acima dos mandamentos do próprio Deus:

E reuniram-se em volta dele os fariseus e alguns dos escribas que tinham vindo de Jerusalém. E, vendo que alguns dos seus discípulos comiam pão com as mãos impuras, isto é, por lavar, os repreendiam. Porque os fariseus e todos os judeus, conservando a tradição dos antigos, não comem sem lavar as mãos muitas vezes; e, quando voltam do mercado, se não se lavarem, não comem. E muitas outras coisas

há que receberam para observar, como lavar os copos, e os jarros, e os vasos de metal, e as camas. Depois, perguntaram-lhe os fariseus e os escribas: Por que não andam os teus discípulos conforme a tradição dos antigos, mas comem com as mãos por lavar? E ele, respondendo, disse-lhes: Bem profetizou Isaías acerca de vós, hipócritas, como está escrito: Este povo honra-me com os lábios, mas o seu coração está longe de mim. Em vão, porém, me honram, ensinando doutrinas que são mandamentos de homens. Porque, deixando o mandamento de Deus, retendes a tradição dos homens, como o lavar dos jarros e dos copos, e fazeis muitas outras coisas semelhantes a estas. E dizia-lhes: Bem invalidais o mandamento de Deus para guardardes a vossa tradição. Porque Moisés disse: Honra a teu pai e a tua mãe e: Quem maldisser ou o pai ou a mãe deve ser punido com a morte. Porém vós dizeis: Se um homem disser ao pai ou à mãe: aquilo que poderias aproveitar de mim é Corbã, isto é, oferta ao Senhor, nada mais lhe deixais fazer por seu pai ou por sua mãe, invalidando, assim, a palavra de Deus pela vossa tradição, que vós ordenastes. E muitas coisas fazeis semelhantes a estas. (Marcos 7: 1-13)

Jesus conhecia muito bem a lei oral e até as praticava, pois ela estava enraizada no judaísmo daquele tempo. Podemos até dizer que havia muita coisa boa nessa lei oral e muitos dos preceitos éticos realmente ajudavam as pessoas. O problema é que essas tradições foram colocadas no mesmo patamar da Palavra inspirada de Deus, ou melhor, algumas vezes era colocada acima da própria Palavra de Deus.

Regras nos ajudam e até são fundamentais para a vida cotidiana, mas há uma diferença profunda entre a **regra humana** e o **preceito divino**. Doutrinas de homens são doutrinas de homens; a revelação divina é a revelação divina. Sobre isso escreveu o apóstolo Paulo, dizendo: “Tende cuidado, para que ninguém vos faça presa sua, por meio de filosofias e vãs sutilezas, segundo a

tradição dos homens, segundo os rudimentos do mundo, e não segundo Cristo” (Colossenses 2: 8).

5.4.2 O senso comum

Alguns não sabem de fato explicar por que determinada coisa é certa ou errada. Mentir, roubar, matar, entre outros, seriam atitudes condenáveis porque todo o mundo assim as considera. A força da opinião pública exerce uma imensa influência sobre as ações dos indivíduos, de forma que se algo não é aceito pela totalidade da comunidade, ou pelo menos pela maioria, não deve ser praticado.

O que ocorre, geralmente, é uma quebra lenta, ou em certas ocasiões, uma quebra brusca desses parâmetros. Certos costumes vigentes começam a ser contestados, sua validade questionada e, aos poucos, os padrões vão sendo modificados. Podemos tomar como exemplo as formas de vestir. Certas roupas da atualidade, consideradas adequadas, foram julgadas indecentes em outras épocas.

Não estamos aqui discutindo a validade de nenhum padrão ou afirmando que o senso comum é normativo nas questões de certo e errado. Estamos apenas verificando que, muitas vezes, o meio em que vivemos tem fornecido os padrões que as pessoas utilizam para se conduzir. O que Sócrates fez foi justamente levar as pessoas a analisarem se as atitudes delas eram regidas pela reflexão e pela busca do bem ou por mero automatismo impulsionado pelo meio.

A verdade é que esse senso comum, na maioria das vezes, é regido por algo mais complexo e que merece ser observado com

atenção. Apesar da grande diferença de normas nas condutas que podemos encontrar em diversos tipos de sociedade, a verdade é que podemos encontrar também muita coisa em comum nessas condutas.

Lembremos que as sociedades podem ser diferentes, mas a natureza humana é uma só. Mais uma vez vemos o grande pensador cristão Lewis (citado em Suma Teológica, 2010) se expressando sobre a diferença e a uniformidade que podemos encontrar entre as diversas sociedades. Mesmo que existam enormes diferenças, existem também enormes igualdades, que só podem ser compreendidas diante de algum fator comum em algum lugar:

Sei que certas pessoas afirmam que a ideia de uma lei Natural ou lei de dignidade de comportamento, conhecida de todos os homens, não tem fundamento, porque as diversas civilizações e os povos das diversas épocas tiveram doutrinas morais muito diferentes.

Mas isso não é verdade. É certo que existem diferenças entre as doutrinas morais dos diversos povos, mas elas nunca chegaram a constituir algo que se assemelhasse a uma diferença total. Se alguém se der ao trabalho de comparar os ensinamentos morais dos antigos egípcios, dos babilônios, dos hindus, dos chineses, dos gregos e dos romanos, ficará surpreso, isto sim, com o imenso grau de semelhança que eles têm entre si e também com nossos próprios ensinamentos morais. [...] Os povos discordaram a respeito de quem são as pessoas com quem você deve ser altruísta – sua família, seus compatriotas ou todo o gênero humano; mas sempre concordaram em que você não deve colocar a si mesmo em primeiro lugar. O egoísmo nunca foi admirado. Os homens divergiram quanto ao número de esposas que podiam ter, se uma ou quatro; mas sempre concordaram em que você não pode simplesmente ter qualquer mulher que lhe apetecer. (Suma Teológica, 2010)

Sobre as diferenças entre as doutrinas morais das sociedades, o apóstolo Paulo já havia se pronunciado há quase 2000 anos. Ele sabia do enorme abismo moral que existia entre a sociedade pagã e os preceitos bíblicos expressos na lei de Deus. Mas ele via também entre os gentios um código que a tudo permeava, mesmo quando não era obedecido, pois declarou:

Porque, quando os gentios, que não têm lei, fazem naturalmente as coisas que são da lei, não tendo eles lei, para si mesmos são lei; os quais mostram a obra da lei escrita em seus corações, testificando juntamente a sua consciência, e os seus pensamentos, quer acusando-os, quer defendendo-os. (Romanos 2: 14-15)

5.4.3 A lógica

A filosofia, com sua análise lógica dos conceitos, também se colocou como uma forma de descobrir qual o melhor parâmetro a ser aceito. Principalmente o Iluminismo, com sua “Idade da razão”, colocou-se como o único e definitivo árbitro do certo e do errado sobre a Terra. Tudo que não passasse pelo crivo da razão poderia ser classificado como *superstição*. Todos os valores foram questionados, todas as noções de certo e errado foram colocadas no banco dos réus, e agora a racionalidade humana daria o seu veredicto.

Todavia, longe de gerar unanimidade dos padrões éticos, resolver os problemas relacionados ao comportamento moral continuou sendo um desafio diante de uma sociedade pluralista, influenciada por diversas correntes, cada uma capaz de justificar de forma magistral cada uma de suas posições.

Nesse contexto, achar um padrão válido para todas as questões éticas já seria algo extremamente difícil. Fazer com que esse padrão pudesse ser aceito e aplicado por todos é mesmo impossível. Como resultado, a ética continuou sendo fonte de inúmeros conflitos.

5.5 Objeto da ética em relação às outras ciências

Como ciência, a ética procura extrair dos fatos morais os princípios gerais a eles aplicáveis. Daí decorre que a ética é uma disciplina normativa, porque descobre e elucida valores que norteiam a existência humana por meio da conduta.

Assim como a ética, diversas ciências tratam sobre o agir do ser humano, cada uma, porém, tem seu enfoque próprio ou seu objeto formal específico. Assim sendo, uma mera formação científica não significa necessariamente uma formação ética. A título de exemplo, vamos citar o objeto de algumas ciências para depois ressaltar o objeto da ética, comparando-os:

- ∞ A **antropologia** estuda o agir das pessoas como pertencentes a determinadas raças ou culturas. Assim, o comportamento de cada pessoa é determinado não pelo fato de ela ser integrante da humanidade, mas sim de uma comunidade específica.
- ∞ A **sociologia** estuda o comportamento das pessoas como membros de um grupo, por exemplo: esportivo, político, religioso, econômico etc. Esse ramo do conhecimento preocupa-se em refletir sobre os elementos existentes no grupo.

- ∞ A **economia** estuda o comportamento dos indivíduos enquanto produzem e consomem bens e serviços. Sua preocupação é com a atividade do homem relacionada aos recursos da natureza.
- ∞ A **teologia** estuda o agir do homem a partir de suas relações com a Divindade. É uma determinada manifestação do transcendente que inspira o comportamento humano.
- ∞ A **história** procura compreender o comportamento humano dos fatos do passado em suas causas e consequências. Ela não somente relata os acontecimentos com datas e personagens, mas se aprofunda em atendê-los para perceber o fio condutor desses acontecimentos através dos tempos.
- ∞ A **psicologia** dá ênfase ao estudo do indivíduo em si, procurando entender no seu agir o que ele faz, por que faz e como faz. A psicologia não estabelece critérios entre certo e errado, mas busca ajudar cada pessoa a se entender melhor e ser o agente da própria vida.
- ∞ O **direito** é um conjunto de normas que disciplinam o comportamento humano ou a vida em sociedade. As leis feitas pela autoridade e sua execução formam o interesse primordial do direito.
- ∞ A **administração** estuda a análise, o planejamento, a implantação e o controle de processos necessários para as atividades de uma empresa. Sua preocupação é dinamizar as pessoas para que suas ações convirjam em prol do produto final da empresa.
- ∞ A **pedagogia** é a ciência da educação que visa transmitir conhecimentos adequados para o desenvolvimento dos vários aspectos do ser humano. Suas diferentes teorias procuram fundamentos para que a pessoa possa

assimilar mais facilmente os conteúdos no processo de ensino-aprendizagem.

Todas essas ciências, como, aliás, também as demais, são não apenas importantes, mas necessárias para o homem viver a ética; entretanto, o objeto da ética não se confunde com nenhuma delas, pois seus fundamentos estão nos aspectos essenciais da natureza humana, que devem ser descobertos e analisados pela reflexão racional em um processo dinâmico e constante. Dessa forma, a ética vai além das ciências, pois estuda as causas últimas e profundas das coisas, transcendendo as ciências, porém auxiliando-as em questões que estas não conseguem atingir.

5.6 A ética cristã e o relativismo

Relativismo é a teoria filosófica que se baseia na relatividade do conhecimento e repudia qualquer verdade ou valor absoluto. Tal conhecimento especulativo parte do pressuposto de que todo ponto de vista é válido. Para os relativistas, todas as posições morais, todos os sistemas religiosos, todos os movimentos políticos etc. produzem verdades que são relativas aos indivíduos.

Infelizmente, a **filosofia relativista** tem penetrado em nossa cultura, principalmente nas Igrejas. As verdades absolutas de Deus e do cristianismo estão sendo trocadas por verdades transitórias, passageiras, efêmeras. Nossa sociedade pluralista deseja evitar a ideia de que há realmente o certo e o errado.

Como consequência, o **relativismo moral** está cada vez mais ganhando espaço no sentido de encorajar a todos em aceitar o homossexualismo, a pornografia, a fornicação e uma avalanche

de outros pecados que outrora foram considerados errados e perniciosos, mas que agora estão sendo aceitos e até mesmo encorajados em nossa sociedade.

Com essa inversão de valores, estamos vendo a noção bíblica do bem e do mal de cabeça para baixo. Qualquer um que se coloque contra o relativismo e sua vã filosofia é prontamente rotulado de fanático intolerante.

No entanto é necessário dizer que isso não passa de hipocrisia por parte daqueles que condenam quem afirme que exista ainda moralidade absoluta hoje em dia. Conforme Francis Schaeffer (citado por Pearcey, 2006):

O cristianismo não é uma série de verdades no plural, mas é a Verdade escrita com V maiúsculo. É a Verdade sobre a realidade total, não apenas sobre assuntos religiosos. O cristianismo bíblico é a Verdade concernente à realidade total; é a propriedade intelectual dessa Verdade total, e então vive segundo essa Verdade.²

Para o grande pregador batista Charles Spurgeon (citado por Pearcey, 2006):

O evangelho é como um leão enjaulado”, Não precisamos defendê-lo, só precisamos deixar que saia da jaula. Hoje, a jaula é nossa acomodação à divisão secular/sagrado que reduz o cristianismo à questão de crença pessoal e particular. Para destrancarmos a jaula, precisamos nos convencer de que, como disse Francis Schaeffer, o cristianismo não é mera verdade religiosa, mas a verdade total – a verdade sobre a totalidade da realidade.

Nossa sociedade não pode florescer nem sobreviver em um ambiente onde todos fazem aquilo que acham melhor para si,

² Este texto faz parte do discurso feito por Francis Schaeffer na Universidade de Notre Dame em abril de 1981 (Pearcey, 2006).

onde as circunstâncias e as situações são os fatores que determinam suas ações, onde a mentira ou o engano seja totalmente aceitável. Sem uma base comum de verdades absolutas, nossa cultura tornar-se-á fraca e fragmentada.

Valores são coisas que julgamos importantes, porque nos norteiam, indicando o caminho a despeito de nossas emoções. São **motivacionais**, já que explicam o motivo pelo qual fazemos as coisas, e **restritivos**, uma vez que estabelecem fronteiras em torno de nosso comportamento.

O rei Davi descreve o comportamento impulsionado pelos valores dizendo:

Senhor, quem habitará no teu tabernáculo? Quem morará no teu santo monte? Aquele que anda em sinceridade, e pratica a justiça, e fala verazmente segundo seu coração; aquele que não difama com a sua língua, nem faz mal ao seu próximo, nem aceita nenhum afronta contra o seu próximo; aquele cujos olhos o réprobo é desprezado; mas honra os que temem ao Senhor; aquele que, mesmo que jure com dano seu, não muda. Aquele que não empresta o seu dinheiro com usura, nem recebe peitas contra o inocente; quem faz isto nunca será abalado. (Salmos 15: 1-5)

Observe que, na afirmação de Davi, a pessoa que se deleita na presença de Deus, que tem uma vida pura, é aquela “que de coração fala a verdade” (Salmos 15-2). Tal pessoa valoriza a **verdade** no coração e, em decorrência disso, suas palavras expressam a verdade. Por valorizar a **bondade**, “nenhum mal faz ao seu semelhante” (Salmos 15-3). Por valorizar a **honestidade**, “mantém sua palavra, mesmo quando sai prejudicado” (Salmos 15-4). Por valorizar a **justiça**, não “aceita suborno contra o inocente” (Salmos 15-5).

Qualquer pessoa que siga os conselhos da Palavra de Deus colherá muito fruto vindo das mãos do Senhor. Davi disse que nunca seriam abalados (Salmos 15-5). Independentemente das circunstâncias, eles conseguem viver na plena confiança de que os princípios corretos moldaram seus valores e orientam suas decisões. Essa confiança lhes dará estabilidade emocional e espiritual e os habilitará a ser o tipo de líder que Deus pode usar para Sua glória.

Na qualidade de seres humanos, como a coroa da criação divina, devemos estar cientes de que Deus “pôs no coração do homem o anseio pela eternidade” (Eclesiastes 3: 11). Como servos de Deus, devemos buscar uma vida condizente com os valores eternos de Deus (verdade, bondade, amor, justiça etc.), estabelecidos na Bíblia. Deus levou o pecado a sério, a tal ponto de enviar Seu Filho para morrer pelos pecadores. O homem pecou e necessita do Salvador. Nada menos que a morte para o passado e a ressurreição para um novo modo de vida pode realmente resolver o problema humano. Em um correto conceito de aconselhamento, deve estar profundamente embutida a premissa de que o homem não pode receber ajuda em qualquer sentido fundamental a não ser do Evangelho de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. É preciso que os conselheiros atentem para essa fundamental dimensão da culpa, pois o homem nasce culpado diante de Deus. A transgressão de cada ser humano leva cada indivíduo à transgressão atual de fato. Essas atuais transgressões trazem mais infelicidade à sua alma.

Se procurarmos no mundo por nossos valores morais, iremos nos confundir com **interesse próprio**, **condicionamento social** e **ética circunstancial**. Os valores da cultura são rasos e

subjetivos, mas o padrão moral das Escrituras reflete o caráter absoluto e imutável de Deus.

Uma coisa é saber o que é correto e outra é fazê-lo de modo consistente. O Senhor Jesus nos chamou para sermos perfeitos como perfeito é nosso Pai Celestial (Mateus 5: 48), mas isso é inalcançável sem o poder do Espírito Santo que habita em nós.

O Sermão do Monte descreve o comportamento que Jesus esperava de cada um dos seus discípulos, que são também cidadãos do Reino de Deus. Talvez uma rápida análise do sermão ajude a demonstrar a sua relevância para nós, no século XXI:

∞ O caráter do cristão (Mateus 5: 3-12)

As bem-aventuranças enfatizam oito principais sinais da conduta e do caráter cristãos, especialmente em relação a Deus e aos homens, e as bênçãos divinas que repousam sobre aqueles que externam esses sinais.

∞ A influência do cristão (Mateus 5: 13-16)

As duas metáforas do sal e da luz indicam a influência que os cristãos devem exercer para o bem na comunidade se (e tão somente se) mantiverem o seu caráter distinto, conforme descrito nas bem-aventuranças.

∞ A justiça do cristão (Mateus 5: 17-48)

Qual deve ser a atitude do cristão para com a Lei moral de Deus? Ficaria a lei propriamente dita abolida na vida cristã, como estranhamente afirmam os advogados da filosofia da “nova moralidade” e da escola dos “não mais sob a lei”? Não. Jesus não tinha vindo para abolir a lei e os profetas, disse Ele, mas para cumpri-los. E mais, chegou a declarar que a grandeza no Reino de Deus se media pela conformidade com os ensinamentos morais da lei e dos profetas, e que até mesmo entrar no Reino era impossível sem uma justiça

maior do que a dos escribas e fariseus (Mateus 5: 17-20). Jesus deu, então, seis ilustrações dessa justiça cristã melhor (Mateus 5: 21-48), relacionando-a com o homicídio, com o adultério, com o divórcio, com o juramento, com a vingança e com o amor. Em cada antítese “Ouvistes que foi dito... eu, porém, vos digo...”, rejeitou a acomodada tradição dos escribas, reafirmou a autoridade das Escrituras do antigo Testamento e apresentou as decorrências plenas e exatas da lei moral de Deus.

∞ A piedade do cristão (Mateus 6: 1-18)

Em sua “piedade” ou “devoção religiosa”, os cristãos não devem se acomodar nem com o tipo hipócrita dos fariseus, nem com o formalismo mecânico dos pagãos. A piedade cristã deve destacar-se, acima de tudo, pela realidade, pela sinceridade dos filhos de Deus que vivem na presença de seu Pai Celestial.

∞ A ambição do cristão (Mateus 6: 19-34)

O “mundanismo” do qual os cristãos devem fugir pode ter aparência religiosa ou secular. Por isso, devemos ser diferentes dos não cristãos, não apenas em nossas devoções, mas também em nossas ambições. Cristo modifica especialmente a nossa atitude para com a riqueza e os bens materiais. É impossível adorar a Deus e ao dinheiro; temos de escolher um dos dois. As pessoas do mundo estão preocupadas com a busca do alimento, da bebida e do vestuário. Os cristãos devem ficar livres dessas ansiedades centralizadas em bens materiais e, em lugar disso, dedicar-se à expansão do governo e da justiça de Deus. É o mesmo que dizer que a nossa ambição suprema deve ser a glória de Deus, e não a nossa própria glória, nem

mesmo o nosso próprio bem-estar material. É uma questão do que buscamos “em primeiro lugar”.

∞ Os relacionamentos do cristão (Mateus 7: 1-20)

Os cristãos estão presos em uma complexa teia de relacionamentos, todos eles partindo do nosso relacionamento com Cristo. Quando não nos relacionamos devidamente com Ele, os nossos demais relacionamentos são todos afetados. Novos relacionamentos surgem, e os antigos se modificam. Assim, não devemos julgar o nosso irmão, mas servi-lo (Mateus 7: 1-5). Devemos também evitar oferecer o Evangelho àqueles que decididamente o rejeitam (Mateus 7: 6); além de continuar orando ao nosso Pai Celestial (Mateus 7: 7-12) e tomar cuidado com os falsos profetas, que impedem que muita gente encontre a porta estreita e o caminho difícil (Mateus 7: 13-20).

∞ Uma dedicação cristã (Mateus 7: 21-27)

O último item apresentado, como um todo do Sermão, relaciona-se com a autoridade do pregador. Não basta chamá-lo de *Senhor* (Mateus 7: 21-23) ou ouvir os seus ensinamentos (Mateus 7: 24-27) – a questão básica é se nós somos sinceros no que dizemos e se fazemos o que ouvimos. Deste compromisso depende o nosso destino eterno. Só quem obedece a Cristo como Senhor é sábio, pois quem assim procede está edificando a sua casa sobre a Rocha e as tempestades da adversidade e do juízo não serão capazes de solapar.

As multidões ficaram perplexas com a autoridade com que Jesus ensinava (Mateus 7: 28-29). É uma autoridade à qual os discípulos de Jesus de cada geração devem submeter-se. A questão do senhorio de Cristo é relevante hoje em dia, tanto com referência a princípios como em relação à aplicação prática, da

mesma maneira que o era quando originalmente Ele pregou o Sermão do Monte.

As bem-aventuranças descrevem o caráter equilibrado e diversificado do povo cristão. Não existem oito grupos separados e distintos de discípulos, alguns dos quais são mansos, enquanto outros são misericordiosos e outros, ainda, chamados para suportarem perseguições. São, antes, oito qualidades do mesmo grupo de pessoas que, ao mesmo tempo, são mansas e misericordiosas, humildes de espírito e limpas de coração, choram e têm fome, são pacificadoras e perseguidas.

Além disso, o grupo que exhibe esses sinais não é um conjunto elitista, uma pequena aristocracia espiritual distante da maioria dos cristãos. Pelo contrário, as bem-aventuranças são especificações dadas pelo próprio Cristo quanto ao que cada cristão deveria ser – e todas essas qualidades devem caracterizar todos os seus discípulos. Da mesma forma que o fruto do Espírito, descrito por Paulo, deve amadurecer seus aspectos no caráter de cada cristão, também as oito bem-aventuranças que Cristo menciona descrevem o seu ideal para cada cidadão do reino de Deus.

5.7 A ética e a Bíblia

A ética cristã, em resumo, é o conjunto de valores morais total e unicamente baseado nas Escrituras Sagradas, pelo qual o homem deve regular sua conduta neste mundo, diante de **Deus**, do **próximo** e de **si mesmo**. Não é um conjunto de regras pelas quais os homens poderão chegar a Deus, mas é a norma de

conduta pela qual poderão agradar a Deus, que já os redimiu. Por ser baseada na revelação divina, a ética cristã acredita em valores morais absolutos, que são a vontade de Deus para todos os homens, de todas as culturas e em todas as épocas.

Nos Evangelhos, o Senhor Jesus faz uma afirmação ética estrondosamente singular. Ela é apresentada quando Ele inicia seu ministério público e anuncia a chegada do Reino de Deus. Nesse momento, Jesus estabelece a lei do Reino, frequentemente conhecida como “o sermão do monte”.

Ao longo de toda a sua vida e ministério, o Senhor Jesus mantém as polaridades morais e estruturais (bem e mal; masculino e feminino etc.) inerentes a um universo divinamente criado que era orgulho de sua herança nacional. *Yahweh*, o Legislador, relembra Israel o seu grande privilégio dizendo: “E que gente há tão grande, que tenha estatutos e juízos tão justos como toda esta lei que hoje dou perante vós?” (Deuteronômio 4: 8). O Senhor Jesus não repudia essa lei, pelo contrário, ele afirma: “Não penseis que vim revogar a lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra” (Mateus 5: 17-18).

Se fosse possível declarar em uma só sentença a totalidade do dever social e moral do ser humano, poderíamos fazê-lo com as palavras de Jesus: “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mateus 22: 37-39). O amor que procura o prestígio, as vantagens e as posições pessoais é incompatível com o amor de Deus.

Por meio da leitura contemplativa do Sermão do Monte, percebemos que a lei do Antigo Testamento não é apenas mantida, mas intensificada. Jesus, o segundo Moisés, o novo Legislador, interpreta de maneira precisa qual o objetivo ético para o qual a lei apontava. Uma grande parte do ensino de Jesus estava relacionada à conduta humana.

O trecho “Ouviste o que foi dito aos antigos [...] eu, porém vos digo” (Mateus 5: 21-22), introduz o ensino ético do Senhor Jesus no qual o Mandamento de Moisés se torna ainda mais severo e mais específico. Jesus exigiu uma honestidade absoluta, tão absoluta que o **sim** ou o **não** seriam tão válidos quanto um juramento. O **assassinato** é definido como ódio no coração; o **adultério** é cometido por um pensamento libidinoso; o conforto do **divórcio** “legal” se torna, ao contrário, evidência da dureza do coração humano; a veracidade estrita de um **juramento** formal passa a ser o parâmetro para a fala comum de todos os dias; a **vingança** legal é substituída pelo auxílio proativo ao adversário; o **ódio** justificado ao inimigo deve ser suplantado pelo amor a este.

Os incríveis mandamentos éticos apresentados pelo Senhor Jesus são resumidos no último mandamento do Sermão: “Sede vós, pois, perfeitos, como é perfeito o vosso Pai, que está nos céus” (Mateus 5: 48).

Quando o Senhor Jesus afirmou ter vindo cumprir a lei, não estava titubeando. Esse legislador da nova lei do Reino definitivo e final é aquele que incorpora em suas próprias ações novos Mandamentos. Jesus não é apenas modelo de um padrão de comportamento, é quem, antes de qualquer outro, cumpre a nova lei por Ele promulgada nas montanhas da Galileia. Em outras palavras, Ele cumpre as suas próprias exigências morais;

o Senhor Jesus não é apenas a “Palavra de Deus”, mas também a “lei de Deus” personificada.

5.7.1 A ética no Antigo Testamento

A religião judaica tem sido descrita pelos judeus como “monoteísmo ético”. O Antigo Testamento fala da existência de um único Deus, o Criador e Senhor de todas as coisas. Esse Deus é pessoal e tem um caráter que revela sua personalidade.

As Escrituras afirmam que Deus criou o ser humano à sua imagem (Gênesis 1: 27). Isso significa que o homem partilha, ainda que de modo limitado, do caráter moral de Deus. Embora o pecado tenha distorcido essa imagem divina no ser humano, ele não a destruiu totalmente.

Quando o homem caiu, várias separações ocorreram. Em **primeiro** lugar, e mais fundamental, houve a separação entre o homem rebelde e Deus. Todas as demais separações ocorreram em decorrência dessa primeira. Fomos separados de Deus por nossa culpa – culpa moral verdadeira – portanto, necessitamos ser justificados com base em um ato substitutivo, que foi realizado pelo Senhor Jesus Cristo. Em **segundo** lugar, o homem foi separado de si mesmo, o que gera os problemas psicológicos. Em **terceiro** lugar, o homem foi separado dos demais homens, o que gera os problemas sociológicos. Em **quarto** lugar, o homem foi separado da natureza.

Mesmo diante dessas separações, Deus requer uma conduta ética de suas criaturas, pois está escrito: “Sede santos, porque eu sou santo” (I Pedro 1: 16; Levítico 19: 2; 20: 26).

Para que o homem pudesse obedecer de forma plena a seu Criador, Deus entregou sua Lei³ ao povo israelita, e não somente a eles, mas que por meio deles chegassem a todos os povos. Evidentemente, a vontade de Deus era que seu povo vivesse de maneira incorruptível. A Lei veio inculcar valores como a solidariedade, o altruísmo, a humildade, a veracidade, sempre visando ao bem-estar do indivíduo, da família e da coletividade.

A síntese da Lei está expressa nos Dez Mandamentos (Êxodo 20: 1-17; Deuteronômio 5: 6-21). As duas tábuas da Lei mostram os deveres das pessoas para com Deus e para com o seu próximo.

Alguns dos preceitos éticos mais nobres do Antigo Testamento são encontrados nos livros dos profetas, especialmente em Isaías, Oseias, Amós e Miqueias. A ênfase desses profetas não é apenas na ética individual, mas também na ética social. Eles mostram a incoerência de cultuar a Deus e oferecer-lhe sacrifícios sem, todavia, ter um relacionamento de integridade com seu semelhante (Isaías 1: 10-17; 5: 7-20; 10: 1-2; 33: 15; Oseias 4: 1-2; 6: 6; 10: 12; Amós 5: 12-15, 21-24; Miqueias 6: 6-8).

5.7.2 A ética no Novo Testamento

A ética do Novo Testamento não contrasta com a do Antigo Testamento, antes, nela está fundamentada. Dando ênfase, o Senhor Jesus e os apóstolos desenvolveram e aprofundaram princípios e temas que já estavam presentes nas Escrituras hebraicas.

³ Vale lembrarmos que, quando dizemos *Lei* estamos nos referindo aos 613 mandamentos encontrados na Torá, a Lei de Deus.

A ética do Senhor Jesus está contida nos seus ensinamentos e exemplificada em Sua vida. Uma das melhores sínteses da ética de Jesus está contida no Sermão do Monte (Mateus 5 a 7). Os discípulos de Jesus (os filhos do Reino) devem se caracterizar pela humildade, pela mansidão, pela misericórdia, pela integridade, pela busca da justiça e da paz, pelo perdão, pela veracidade, pela generosidade e, acima de tudo, pelo **amor**. O amor é um assunto pertinente à vontade e à ação, isto é, deve se expressar no amor ao próximo e, até mesmo, ao inimigo (Mateus 5: 44). Essa lei do amor origina-se em Jesus e é o resumo de todo o seu ensino ético. Aos “seus discípulos”, Jesus exigiu uma justiça interior perfeita – como os homens devem de fato se comportar quando estiverem sob o governo de Deus. A primeira exigência de Jesus não foi relacionada a uma experiência religiosa de êxtase, mas à **moralidade**.

O cristianismo é realista porque diz que, se não há verdade absoluta, também não há esperança; e não pode haver verdade sem fundamento adequado. Por isso, ele está preparado para ser refutado, o que faz com que esteja a quilômetros de distância de qualquer tipo de humanismo otimista. Além disso, o cristianismo também se distingue do **niilismo**, pois este, embora seja bastante realista, não é capaz de oferecer nenhum diagnóstico realista nem qualquer tratamento adequado para as suas próprias doenças.

O cristianismo oferece um diagnóstico e, logo em seguida, um fundamento sólido para a solução. Por exemplo: não olha para este mundo cansado e sobrecarregado dizendo que está levemente rachado, um tanto avariado, ou fragmentado, ou fácil de remendar; pelo contrário, é realista o bastante para dizer que

o mundo está marcado pelo mal e que o homem é realmente o culpado por todos os aspectos negativos que o envolvem.

Portanto, a **ética cristã**, a qual podemos encontrar exclusivamente na Bíblia, é o conjunto de valores morais, e é por esse manual que nós deveríamos regulamentar nossa conduta na presente era – não somente diante de Deus e de todos os semelhantes, mas também diante de nós mesmos.

A Bíblia não é um conjunto de regras para que o homem possa **chegar** a Deus, mas é a norma de conduta pela qual poderá **agradar** a Deus, que já entregou o seu Filho para salvar o mundo. Alguns rejeitam a teologia de Jesus, mas elogiam seu ensino ético, em virtude de encontrarem nesse ensino um significado permanente, válido para todas as situações em qualquer época.

5.8 Os Dez Mandamentos e seu valor ético⁴

Os Dez Mandamentos escritos na tábua da lei constituem o coração da lei de Deus, embora não sejam apenas estes os mandamentos. Eles são tão aplicáveis hoje como no dia em que foram outorgados aos hebreus, pois representam a expressão perfeita de quem é Deus e de como Ele quer que seu povo viva. Usando uma ilustração, podemos dizer que o decálogo é o alicerce. Entretanto, o alicerce em si mesmo não tem muito valor prático, mas serve como base sólida sobre a qual um edifício pode ser construído.

4 As informações desta seção são baseadas principalmente em Reifler (1992).

O decálogo originário da legislação mosaica talvez seja a maior norma ética universal que exista, seja porque as nações influenciadas por judeus, cristãos e muçulmanos tenham adotado o código, seja porque os princípios ali expostos soam como naturais e imprescindíveis para a vida em sociedade.

Os Dez Mandamentos podem ser encontrados em Êxodo (20: 1-17):

1. *Não terás outros deuses diante de mim.*
2. *Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto; porque eu sou o Senhor, teu Deus, Deus zeloso, que visito a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos.*
3. *Não tomarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão, porque o Senhor não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão.*
4. *Lembra-te do dia de sábado, para o santificar.*
5. *Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na Terra que o Senhor, teu Deus, te dá.*
6. *Não matarás.*
7. *Não adulterarás.*
8. *Não furtarás.*
9. *Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.*
10. *Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo.*

Orígenes e Agostinho de Hipona propuseram um modelo que divide os Dez Mandamentos em duas partes distintas: os primeiros quatro Mandamentos tratam da **relação vertical**,

fazendo referência principalmente às obrigações do homem para com Deus, enquanto os demais, ou seja, os seis mandamentos restantes, tratam da **relação horizontal**, isto é, das responsabilidades do homem para com seu próximo. Essa dupla relação encontrada no decálogo é rerepresentada no ensino de Jesus, quando indagado a respeito do grande mandamento: “Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu entendimento [...] e o teu próximo como a ti mesmo” (Mateus 22: 37-40).

É importante estudarmos os Dez Mandamentos e seu valor ético, pois trata-se de um assunto de suma importância, visto que a vida do cristão é toda moldada em princípios e padrões de natureza ética. O cristão, portanto, deve primar por um viver pleno de virtudes e valores morais. Ele deve deixar-se envolver por completo de predicados que sempre glorifiquem o Evangelho.

Nas seções a seguir, vamos analisar cada um dos Dez Mandamentos, pois eles estabelecem padrões de comportamento, ou seja, normas éticas.

5.8.1 “Não terás outros deuses diante de mim”

Esse primeiro mandamento testemunha a singularidade e a exclusividade de Deus, ou seja, não há lugar para outros deuses, pois todos os outros deuses são falsos. Quem quiser viver em comunhão com Deus, deve conhecer a Sua vontade, deve saber o que o agrada e o que o aborrece. Isso não envolve a mera crença em Deus, mas a dedicação a Ele, em obediência. Deus agradou-se em fazer conhecida a Sua vontade mediante

uma revelação especial, e isso em virtude de Sua compaixão pela humanidade. Além da voz divina que se faz ouvir na consciência e na natureza, Deus profere a Sua voz desde os céus. Na Antiguidade, essa revelação era feita por meio dos profetas, que foram comissionados para falarem aos homens em nome do Senhor; posteriormente, através do Filho, que desceu do céu.

Para a humanidade em geral, que vivemos nestes últimos dias, Deus fala por meio de Sua Palavra escrita, a Bíblia Sagrada, que é o perfeito manancial do conhecimento religioso, como o padrão infalível da verdade absoluta. Portanto, falar em ética verdadeiramente cristã é conhecer a Deus e praticar suas ordenanças. Todavia, não basta crer na existência de Deus: esse Deus único precisa ser reconhecido e obedecido como autoridade moral de todos os atos humanos.

Quando esse reconhecimento e essa obediência não ocorrem, o ser humano é levado a substituir Deus por alguma imagem esculpida ou por algo que o Senhor proibiu. “Não terás outros deuses” inclui dinheiro, negócios, posses, e muitos outros, ou seja, proíbe todo tipo de afeto imoderado a coisas terrenas. Portanto, quebrar o primeiro mandamento significa cultuar qualquer coisa visível ou invisível, exterior ou interior, pessoal ou impessoal.

5.8.2 “Não farás para ti imagem de escultura”

Esse mandamento não diz respeito apenas ao ato de fazer ídolos ou deuses estranhos copiados de outras religiões, mas também tem em vista a tentativa, aparentemente mais aceitável, de dar expressão visível e tangível a elementos ou atributos que fazem parte do caráter do verdadeiro Deus. O caráter de Deus, conforme é mostrado nas Escrituras Sagradas, não pode ter origem nas concepções humanas. Bem sabemos qual é o tipo de deuses que os homens criam, pois estes têm multiplicado infinitamente o número de tais divindades, esculpindo-as em blocos de madeira e de pedra e adorando-as com estúpida veneração. Mas essa ainda não é a mais abominável idolatria da qual os homens se tem feito culpados. A sua vã imaginação amolda deuses ainda mais vis do que esses. Os **ídolos** de madeira ou de pedra podem assumir a forma de pássaros, de quadrúpedes e de répteis; mas as **divindades** que obtêm a sua origem na imaginação dos homens são dominadas por paixões e propensões mais do que bestiais.

João Calvino, citado por Packer (2005, p. 38), explica por que isso acontece: “As imagens desonram a Deus, pois obscurecem sua glória”. Por Deus ser tão grande e majestoso, é inevitável que as imagens ocultem muita, se não toda, verdade acerca de Seu caráter. As imagens também enganam os homens, porque, além de focar qualidades como força e beleza, também podem fazer surgir outros conceitos completamente errados como, por exemplo, o conceito de que Deus é alguém a quem se pode honrar mediante um deboche desenfreado. As pressões sociais e a tentação maligna são demasiado fortes, a pessoa não se mantém

na atitude de adoração genuína a Deus quando se dirige a ele por meio de imagens. As imagens acabam por adular seu conceito de Deus.

Veja que esse segundo mandamento atinge toda e qualquer idolatria, não apenas a adoração de falsos deuses, mas também a adoração do verdadeiro Deus por meio de imagens. Isso quer dizer que não devemos fazer uso de qualquer representação, seja visual ou mesmo gravuras, do Deus Triúno ou de qualquer Pessoa da Trindade com a finalidade de adorar. O mandamento não se refere ao objeto de nossa adoração, mas à maneira como esta é feita, ou seja, que nenhuma estátua ou figura deve ser usada como auxílio na adoração a Deus.

5.8.3 “Não tomarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão”

A finalidade do terceiro mandamento é afirmar a santidade de Deus, uma vez que o **nome** agrega qualidades essenciais, como reputação, memória e renome. Tomar o nome do Senhor, nosso Deus, em vão é usar Seu nome em maneiras que não se encaixam com seu caráter, é tornar Seu nome insignificante. Quebramos esse mandamento quando nossos atos e nossas palavras falham em refletir o caráter de Deus. Então não é suficiente evitar a blasfêmia, é necessário tornar o nome divino, um nome sagrado em nossa conduta diária (Mateus 6: 9).

O “nome” de Deus é por certo mais do que apenas uma etiqueta: trata-se da revelação do que Ele é em relação aos homens. O nome do Senhor é o nome pessoal do Deus de Israel – em reverência, os israelitas nem ao menos o pronunciavam, para

não se tornarem culpados de estarem tomando o nome de Deus em vão. Portanto, o nome de Deus nunca deve ser usado para uma divindade pagã.

Diante de tamanha importância que o nome de Deus possui na sociedade oriental, podemos, por meio dos nomes encontrados nas Escrituras, conhecê-lo melhor – como na passagem de Jeremias (44: 26) – em que Ele jura pelo seu grande nome, como garantia do cumprimento de sua Palavra. Também o nome de Deus encontra-se no anjo que guiava a Israel pelo deserto (Êxodo 23: 21) e é expressão do poder e da majestade inerente à natureza divina.

Conhecer o nome de Deus é dar testemunho da manifestação de Seus atributos e compreender o caráter expresso em Seu nome (I Reis 8: 43; Salmo 91: 14; Isaías 52: 6). O estudo sobre os nomes de Deus nos ajuda significativamente a compreender a manifestação mais expressiva de Sua personalidade, Seu caráter imutável, inescrutável, insondável e incomparável.

5.8.4 “Lembra-te do dia do sábado, para santificá-lo”

O quarto mandamento fala da santificação do dia do Senhor. Esse é o único mandamento do decálogo não repetido no Novo Testamento. A lei do sábado é ensinada em todo Antigo Testamento com a finalidade de manter o trabalho em seu devido lugar. O dia de descanso obrigatório tem uma dupla finalidade: providenciar descanso e ser uma maneira de as famílias se concentrarem na adoração ao Senhor (Levítico 23: 1-3).

A palavra *sábado* vem do vocábulo hebraico *sbt*, que, literalmente, significa “descansar, folgar, feriar, respirar, cessar, desistir, parar”. Assim sendo, *shabbat* não significa “sétimo dia”, mas “descanso”, “fôlego”. O quarto mandamento é explícito em conscientizar-nos de que precisamos descansar, pois não fomos criados apenas para pelear e trabalhar. Nenhum ser humano sobrevive sem descanso; o homem tem necessidade de uma parada física, mental, emocional e espiritual.

Deus, sabendo da importância dessa pausa, instituiu um **dia de descanso** para o bem da humanidade. Afinal, o alvo do sábado também é a recuperação, a avaliação dos próprios atos, a meditação, o distanciamento dos afazeres e a obtenção de uma nova perspectiva de vida.

Há certa evidência no Novo Testamento de que os cristãos começaram a observar o “dia do Senhor” no primeiro dia da semana, o dia em que Jesus ressuscitou (João 20: 19-26). Em I Coríntios (16: 1-4), vemos claramente que eles se reuniam e davam suas contribuições no primeiro dia da semana.

5.8.5 “Honra a teu pai e a tua mãe”

A família é a célula-mãe da sociedade, o primeiro agrupamento com o qual o recém-nascido tem contato. Embora a família varie de uma cultura para outra, não é difícil identificar um padrão geral. A figura paterna sempre representou muito para o ser humano, e toda a psicologia moderna explorou essa questão. Alguns autores chegaram a apontar a figura do pai como a origem do sentimento religioso.

Da mesma forma, conflitos familiares também foram sempre comuns na história da humanidade: a desobediência aos pais e a rejeição da autoridade paterna em certo momento da vida em desenvolvimento são algumas ocorrências bastante comuns. No entanto, o respeito aos pais e o reconhecimento de obedecer a eles é um lugar-comum nas culturas ao redor do mundo.

A sujeição aos pais estabelece o princípio de autoridade. Nos clãs da Antiguidade, essa autoridade era dada ao mais velho, geralmente o patriarca, originador de toda a tribo, considerado como o pai dos pais, cuja autoridade atingia a todos. Embora mais tarde esse respeito filial possa se dirigir a outras pessoas e instituições, a autoridade estabelece um início para essa necessidade de sujeição como forma de manter a ordem e a harmonia em um mundo de inúmeros desejos conflitantes.

Qualquer tentativa de invalidar esse princípio ético redundará em caos. Mesmo que a maturidade obrigue os filhos a uma independência, enquanto esta não ocorre, deve haver a sujeição e, em seguida, o respeito.

5.8.6 “Não matarás”

Matar o semelhante está entre as atitudes mais condenadas na sociedade humana. Alguns deslizes éticos constantes nos primeiros mandamentos têm sido tolerados em maior ou menor grau. Cometer assassinato, todavia, continua sendo considerado um grave erro passível de punição pelas autoridades e crítica severa por parte da sociedade. Em outras palavras, as pessoas sabem que matar é errado.

Algumas pessoas, desejando desmerecer a Bíblia, afirmam que o mesmo Deus que disse “não matarás”, em outras passagens ordena que se matem pessoas que cometeram certo delito, como o homicídio, o adultério ou o homossexualismo, por exemplo; ou, ainda, que Deus ordenou que se exterminassem os cananitas. Tais pessoas apontam essas afirmativas como uma contradição.

Mais absurdo ainda é quando vegetarianos, geralmente de origem hindu, afirmam que não se deve comer carne de animais, pois nesses caso seria necessário matá-los. A dieta do ser humano, portanto, só poderia ser feita por ingestão de vegetais.

Todas essas colocações são, na verdade, tentativas ingênuas de atribuir falha a Deus ou negar a inspiração divina dos preceitos mosaicos. Tirando a afirmação de seu contexto e tentando aplicá-la a situações diferentes ou contextos que não têm relação com a ideia original, procura-se distorcer a exatidão desse princípio ético. Por acaso estes que assim se colocam acreditam que se pode matar sem que isso implique um erro moral? Ou acreditam que a expressão “não matarás” é aplicável a toda e qualquer situação?

O “não matarás” se aplica às situações cotidianas. Nenhum ser humano, individualmente, tem o direito de tirar a vida de outro. Mais do que uma opção, é uma necessidade. Se toda vez que alguém se aborresse com uma pessoa tirasse a sua vida sem que isso fosse considerado errado, nada mais haveria no mundo senão caos e loucura.

Sobre a punição de morte para certos crimes (alguns atualmente não são mais considerados crimes), devemos levar em conta que se trata de uma ação estatal, e não individual. Um reconhecimento da autoridade do Estado, embora, na época, tal conceito ainda não fosse claramente definido. Fazendo um

paralelo, claro que uma pessoa não pode simplesmente prender outra pessoa em sua casa porque esta fez algo errado. O governo, todavia, pode colocá-la trancafiada em uma prisão porque dispõe dessa autoridade. Se alguém prende uma pessoa em um cativeiro, mesmo que esta seja culpada de algum delito, comete um crime. Se as autoridades constituídas para isso o fizerem, é justiça. Logo, o ato de *matar* tem conotação diversa em diferentes contextos.

Quando Deus disse para Noé: “Quem derramar sangue de homem, pelo homem terá o seu sangue derramado; porque Deus fez o homem à sua imagem” (Gênesis 9: 6), Ele estava conferindo ao homem, como agrupamento humano, o poder de julgar e dar a devida punição de morte ao indivíduo que deliberadamente cometera homicídio.

Quanto à ordem de Deus para matar os cananitas, envolve tanto noções teológicas, como a manifestação do juízo divino, quanto questões relacionadas à ética da guerra. Sabemos que Israel foi instrumento de Deus para punir os cananitas devido ao pecado deles, e a forma desse juízo foi a guerra. Ninguém pode, por exemplo, imaginar que diante da ameaça nazista de aniquilar uma raça e dominar diversas nações, implantando um totalitarismo insano, seria justificável apoiar-se em um “não matarás” e não reagir de forma alguma.

Ainda mais absurdo é aplicar esse preceito ao vegetarianismo. É a típica atitude de tirar o texto do contexto. Em toda a Bíblia há referências sobre Deus ordenando que o homem se alimente de carne de animais. Com certeza, quando Ele disse “não matarás”, referia-se ao homicídio de um ser humano, e não ao abate de animais para alimentação. Tais críticas são uma falha completa na exegese e na hermenêutica do texto, uma

interpretação tendenciosa e unilateral que não deve ser levada a sério. Além disso, alguns críticos alegam que o texto proibiria a morte de qualquer ser vivo. Ora, também os vegetais são seres vivos. Se o texto tivesse o sentido que eles alegam ter, não seria possível ao homem se alimentar.

Em suma, o preceito mosaico de “não matar” é, na verdade, um preceito universal, considerando o devido sentido da expressão. Realizá-lo fora dos critérios que apontamos constitui-se uma transgressão, sem o controle da qual a existência humana se tornaria insuportável.

5.8.7 “Não cometerás adultério”

O oitavo mandamento tende a proteger a família com base na conduta sexual correta.

O casamento é uma instituição divina que ocorre porque houve uma aliança, um pacto, um acordo entre um homem e uma mulher; esse pacto é sancionado por Deus e por ele santificado. O adultério é a quebra do pacto por uma das partes e uma infidelidade com a outra parte. Destrói a alegria do lar, dissolve a família, cria angústia e contamina o relacionamento.

A noção de adultério esteve presente em muitas sociedades ao redor do mundo. As exceções apenas confirmam a regra. Os povos sempre tiveram o casamento em alta conta; mesmo para os povos polígamos, havia um limite. Até mesmo Davi, apesar de viver sob o concubinato e a poligamia, foi punido quando cometeu adultério. A poligamia ou bigamia eram apenas tentativas de evitar que o homem adulterasse; e mesmo assim isso ocorria.

O homem moderno é um adúltero em alto grau. O adultério foi inclusive retirado do código penal e deixou de configurar delito, pois sua prática se alastrou de tal forma que, se fosse punido, teria que ser aplicada a pena a uma boa parcela da população. Sua prática, contudo, é apenas fruto da hipocrisia – ou seja, mesmo praticando o adultério, o homem o desaprova. No fundo, ele sabe que está cometendo uma transgressão.

Algumas vozes mais desgovernadas querem fazer de regra geral um relacionamento sexual sem compromisso. Não conseguem, porém, que isso se torne uma prática geral. O ser humano, de modo geral, não consegue manter um relacionamento homem e mulher sem um mínimo de exigência de fidelidade. Até as prostitutas têm namorados que se entendem traídos quando elas se envolvem com outro homem que não seja seu cliente. A condenação do adultério está escrita no coração do homem e é um preceito ético.

O adultério pode até ser tolerado juridicamente e ocultado, mas nunca será justificado. É impossível construir uma sociedade saudável sem exigir de um casal que se une a fidelidade mútua. As exceções, como os casamentos de fachada, não constituem prova em contrário. Sem essa norma ética tão entranhada na consciência humana e, portanto, na sociedade, não haveria proteção alguma para essa instituição divina tão essencial à condição humana.

5.8.8 “Não furtarás”

Os **marxistas, comunistas e anarquistas** conceberam um estado de coisas impossíveis – um mundo onde não existe propriedade

privada. Para esses pensadores, a **propriedade privada** era o pecado original, a raiz de toda sorte de males, o grande mal da humanidade que, uma vez extirpado, traria uma situação de paz e felicidade universal. Nada poderia ser de ninguém em particular, mas tudo teria que ser de todos. Perseguindo esse propósito, pessoas ligadas a essas correntes ideológicas mataram, prenderam, torturaram e guerrearam. Para eles, o Estado tinha por obrigação extirpar a **sociedade privada** e torná-la um bem comum para todos. Então viria a utopia sonhada.

O que aconteceu, porém, é que a propriedade privada não se tornou **propriedade comunitária**, mas **propriedade estatal**; não pertencia à população, mas ao Estado. E como o Estado é sempre regido por alguém, os donos do poder se tornaram os donos de tudo, usufruindo dos bens adquiridos como bem lhes pareceu. Se a **propriedade privada** é um problema, a **propriedade estatal** tornou-se um problema maior ainda.

A lei divina, todavia, respeita o que é do outro. “Não roubarás” é uma maneira natural de se pensar: se eu me apossar de algo que não me pertence, estarei avançando sobre um limite proibido. Independentemente das questões ideológicas que envolvem o conceito de propriedade privada, há coisas que sabemos serem nossas e coisas que não são. Mesmo os ideólogos do comunismo sabiam distinguir o que era seu e o que era do outro. Não se apossavam do bem alheio nem permitiam que outros se apossassem do seu bem.

Se pensarmos em nossa própria sociedade, quais seriam os resultados se o oitavo mandamento fosse aplicado com vigor em todos os relacionamentos? Para começar, uma sociedade sem latrocínios já seria algo extremamente agradável. Além

disso, haveria honestidade entre patrões e empregados, vendedores e compradores, governantes e governados. Uma relação de plena hostilidade entre esses grupos traria uma situação de bem-estar sem precedentes. E isso obedecendo a apenas um dos mandamentos.

5.8.9 “Não dirás falso testemunho contra o teu próximo”

Há diversos debates sobre a mentira, sobre a condenação a quem mente, assim como a utilidade, o uso benigno e a nocividade dela. Uma coisa, porém, é certa: um relacionamento ou uma sociedade baseados na mentira são insustentáveis. Um mínimo de sinceridade é necessário. Se alguém quiser argumentar a favor da mentira, verá que qualquer situação apoiada nela se autodestruirá.

Em questões jurídicas, a necessidade da veracidade pessoal se torna ainda mais importante. Não se pode estabelecer a justiça sem que testemunhas falem a verdade. A mentira é errada, mas, diante de um tribunal, torna-se crime de perjúrio. Mesmo os maiores mentirosos têm de falar a verdade em algum momento de sua vida. Do contrário, é impossível sua sobrevivência.

Como acontece com os demais mandamentos analisados, esse nono mandamento não se trata de um critério ético opcional, mas algo inerente ao próprio universo. É mais do que mera lei mosaica é a lei universal. É como as coisas funcionam.

Jamais alguém poderia ousar declarar que não existe nenhum problema em só falar mentiras. O relativismo, apesar de seus célebres defensores, traz péssimos resultados. Pode até ser

que nem sempre seja fácil identificar a verdade, porém, mentir deliberadamente é uma opção nada saudável.

5.8.10 “Não cobiçarás”

Não cobiçarás é uma proibição um tanto quanto subjetiva, uma vez que dificilmente sua transgressão poderá receber uma punição. Esse mandamento não é mensurável, pelo menos até certo ponto. A cobiça está ligada a sentimentos como inveja, ciúme e maus desejos. É impossível legislar sobre ela.

Ninguém, porém, pode aprovar a cobiça que se sente por algo que é do outro. Nenhum sistema ético sadio poderia apoiar a cobiça pelo que é do próximo ou justificá-la; só poderia condená-la. O roubo, o adultério e a mentira nascem do desejo de uma pessoa ter algo que pertence a outra.

Analisando os mandamentos, somos capazes de perceber, ao menos parcialmente, que a ética não é algo criado, mas atende a uma necessidade de funcionamento inerente à própria vida. Alguém já disse que o homem não quebra a lei de Deus; antes, ele é quebrado por ela porque, quando não a obedece, fere sua própria carne. O homem pode tentar lutar o quanto puder contra a ordem das coisas que o obrigam a andar por certa direção, contudo, jamais encontrará descanso e paz, exceto na obediência à Lei Divina.

5.8.11 O Novo Testamento e os Dez Mandamentos

Não há dúvida de que o Senhor Jesus e os apóstolos citaram os mandamentos do Antigo Testamento. Dos Dez Mandamentos, eles mencionaram apenas nove deles, mas o quarto mandamento não é repetido em nenhum ponto do texto. Faremos a seguir uma comparação dos Dez Mandamentos encontrados no Novo Testamento.

O **primeiro mandamento** diz: “Não terás outros deuses diante de mim” (Êxodo 20: 3). O Novo Testamento faz menção a esse mandamento da seguinte forma: “Senhores, por que fazeis isto? Nós também somos homens como vós, sujeitos aos mesmos sentimentos, e vos anunciamos o Evangelho para que destas coisas vãs vos convertais ao Deus vivo, que fez o céu, a terra, o mar e tudo o que há neles” (Atos 14: 15).

O **segundo mandamento** diz: “Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto” (Êxodo 20: 4-5). O apóstolo João recomendou aos fiéis: “Filhinhos, guardai-vos dos ídolos” (I João 5: 21).

O **terceiro mandamento** diz: “Não tomarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão, porque o Senhor não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão” (Êxodo 20: 7). Jesus Cristo ensinou: “De modo algum jureis; nem pelo céu, por ser o trono de Deus” (Mateus 5: 34).

O **quarto mandamento** diz: “Lembra-te do dia de sábado, para o santificar” (Êxodo 20: 8-10). Não há qualquer menção no Novo Testamento para a guarda do sábado. O Senhor Jesus disse: “o sábado foi estabelecido por causa do homem, e não o homem por causa do sábado; de sorte que o Filho do Homem é senhor também do sábado” (Marcos 2: 27-28).

O **quinto mandamento** diz: “Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na Terra que o Senhor, teu Deus, te dá” (Êxodo 20: 12). Esse mandamento se repete no Novo Testamento: “Filhos, obedeci a vossos pais no Senhor, pois isto é justo. Honra a teu pai e a tua mãe – que é o primeiro mandamento com promessa – para que te vá bem, e sejas de longa vida sobre a Terra” (Efésios 6: 1-3).

O **sexto, sétimo, oitavo e décimo** mandamentos dizem, respectivamente, “Não matarás” (Êxodo 20: 13), “Não adulterarás” (Êxodo 20: 14), “Não roubarás” (Êxodo 20: 15) e “Não cobiçarás” (Êxodo 20: 17). Esses mandamentos se repetem na íntegra no Novo Testamento: “Não adulterarás, não matarás, não cobiçarás, e qualquer outro mandamento, tudo nesta frase se resume: amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Romanos 13: 9).

O **nono mandamento** diz: “Não dirás falso testemunho contra o teu próximo” (Êxodo 20: 16). O Senhor Jesus disse no Novo Testamento: “Digo-vos, pois, que de toda palavra fútil que os homens disserem, hão de dar conta no dia do juízo” (Mateus 12: 36).

5.9 Questões éticas contemporâneas

Em uma sociedade democrática como a nossa, o silêncio da Igreja pode soar como conivência. Ela tem voz, tem representantes e precisa ser ouvida. Não pode impor sua posição, a não ser apenas internamente. Mas, externamente, a Igreja pode influenciar as pessoas e, dependendo da força dessa influência, pode até mesmo determinar uma situação.

Não é possível analisarmos todas as questões éticas que envolvem nosso mundo atual, mas há alguns problemas que estão na pauta diária da Igreja, a respeito das quais somos muitas vezes questionados e chamados para tomar uma posição.

Qualquer que seja a decisão a ser tomada, esta precisa ser fundamentada na Bíblia. Entendemos que muitos problemas tratados não se encontram explicitamente expostos nas Escrituras, entretanto, na maioria das vezes, a Bíblia fornece princípios norteadores que nos ajudam a tomar uma posição clara diante de desses assuntos.

Os temas que serão analisados a seguir têm a finalidade de demonstrar a importância de um posicionamento bíblico diante de questões éticas importantes. O cristão deve sempre buscar a resposta na Palavra de Deus e ter um posicionamento bem embasado diante dessas questões delicadas, seguindo o conselho das Escrituras, que ordena responder “com mansidão e temor a qualquer que pedir a razão da esperança que há em vós” (I Pedro 3: 15). Vejamos alguns desses temas atuais para nossa época.

5.10 A ética cristã e a psique humana⁵

A ética exerce uma ligação intrínseca com os sentimentos do ser humano, os quais são a raiz da vida, conforme a ciência vem comprovando desde o final do século XX. Muitos estudiosos têm concluído que o pensamento é consequência do sentimento.

O corpo humano funciona regularmente quando os sentimentos se mantêm em perfeito equilíbrio. É comprovado que ciúmes, ódio, vaidade, indiferença e egoísmo são agentes responsáveis por doenças como câncer, diabetes, gastrite e problemas cardíacos. Todo sentimento gera vibrações que emitem sinais aos órgãos sensitivos do corpo. Esses sentimentos comandam a vida, geram os pensamentos, que resultam em atitudes.

Algumas doenças são causadas pela atitude mental de seu portador. Sentimentos como os já citados liberam hormônios que inibem o sistema imunológico; provocam reações químicas que aumentam a produção de adrenalina, reduzindo a capacidade de as células reconhecerem agentes intrusos e destruidores do organismo, como os vírus, as bactérias e as células cancerígenas.

Por exemplo, quando não há o perdão, pode ocorrer hipertensão, infarto, enxaquecas, tensão pré-menstrual, asma, aceleração do metabolismo, mal funcionamento do estômago e intestino, arritmias cardíacas, diabetes, raiva e desejo de vingança. O estresse tem seu processo inicial quando o hipotálamo, as glândulas supra-renais e a hipófise funcionam irregularmente, estimuladas em excesso e continuamente. Os hormônios da

5 As informações desta seção são baseadas principalmente em Reifler (1992).

hipófise, instalada na base da caixa craniana e controlada pelo hipotálamo, controlam todas as demais glândulas. Essas enfermidades são causadas pelo mal funcionamento do organismo e têm relação direta com os sentimentos que pautam nossos pensamentos.

5.11 A ética cristã e o dinheiro⁶

A palavra grega usada para o termo *avarento* é *philarguros-phileō*, que significa “amar”, e *arguros*, que significa “prata”. Portanto, literalmente, avarento significa “amante da prata”, isto é, “amante do dinheiro”. Esse vocábulo é usado somente em Lucas (16: 14) e II Timóteo (3: 2). O “amor ao dinheiro” é uma forma de “avareza”, a qual, por sua vez, é uma forma de idolatria. Consulte I Timóteo (6: 10) quanto ao “dinheiro” como uma das raízes de todos os males.

Vivemos em uma época em que o dinheiro é um ídolo que tem um grande número de adoradores neste mundo. Muitas pessoas casam-se, divorciam-se, matam-se e morrem pelo dinheiro. A ambição e a busca frequente pelo dinheiro causam a escravidão de pessoas; por isso, a ambição, na perspectiva do Senhor Jesus, é um obstáculo tanto à salvação quanto ao discipulado. A subordinação ao dinheiro é ilustrada na história do jovem rico que, apesar de todo seu aparato, era um escravo da ganância (Mateus 19: 16-26).

A grande maioria das pessoas deixa Deus de fora de seus projetos quando o assunto é finanças. Há pouco ou nenhum

⁶ As informações desta seção são baseadas principalmente em Reifler (1992).

sentido de **administração** ou de **obrigação**. Jamais a obra de Deus receberá a ajuda necessária até que haja uma nova consciência e uma nova consagração quanto à questão do dinheiro.

Jesus nunca condenou a riqueza, mas a confiança nela. A raiz de todos os males não é o dinheiro, mas o amor a ele (I Timóteo 6: 10). Há pessoas ricas e piedosas. O dinheiro é um bom servo, mas um péssimo patrão. A questão não é possuir dinheiro, mas ser possuído por ele. A riqueza transmite um falso senso de segurança, engana e exige total lealdade do coração. É por isso que o Senhor Jesus disse: “Ninguém pode servir a dois senhores, porque ou há de odiar um e amar o outro ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e a Mamom” (Mateus 6: 24).

O dinheiro é uma bênção, mas pode também ser um perigo. Ele pode nos ajudar ou nos destruir; pode ser o veículo para a prática do bem ou a razão para o egoísmo mais repugnante e as práticas mais ensandecidas.

Muitos ricos vivem como quem não precisa de Deus. Na luta por acumular riqueza, sufocam a vida espiritual, caem em tentação, sucumbem-se aos desejos nocivos e abandonam a fé, como escreveu Paulo a Timóteo (I Timóteo 6: 10).

5.11.1 As bênçãos a respeito do dinheiro

Salomão, um dos homens mais ricos da história, escreveu que “o festim faz-se para rir, o vinho alegra a vida, e o dinheiro atende a tudo” (Eclesiastes 10: 19). O dinheiro pode ser usado para o bem ou para o mal. Ele em si mesmo é neutro, o que determina se ele vai ser bênção ou maldição é a atitude que temos em relação a ele.

O cristão não deve ter a ambição de ficar rico, pois está escrito: “Mas os que querem ficar ricos caem em tentação, e em laço, e em muitas concupiscências loucas e nocivas, que submergem os homens na perdição e ruína” (I Timóteo 6: 9).

A Bíblia nos diz que Deus é quem nos dá forças para adquirirmos riqueza (Deuteronômio 8: 18) e que riquezas e glórias vêm de Deus (I Crônicas 29: 12). Diz ainda que “a bênção do Senhor é que enriquece e Ele não acrescenta dores” (Provérbios 10: 22). A Palavra de Deus diz que na casa do justo há prosperidade e riqueza (Salmo 112: 3). Nos fala ainda de homens ricos que foram piedosos, como Abraão (Gênesis 24: 35), Jó (Jó 1: 3) e Salomão (II Crônicas 9: 27).

Quanto à atitude correta em relação a bens e seu usufruto, o crente tem a obrigação de ser fiel. Jesus disse: “Quem é fiel no mínimo também é fiel no muito; quem é injusto no mínimo também é injusto no muito. Pois se nas riquezas injustas não fostes fiéis, quem vos confiará as verdadeiras?” (Lucas 16: 11-12).

O cristão não deve se apegar à riqueza como garantia pessoal, pelo contrário, deve abrir mão delas, colocando-as nas mãos de Deus, para uso no seu Reino, promoção da causa de Cristo na Terra e salvação dos perdidos e atendimento às necessidades do próximo.

É por meio do dinheiro que podemos: construir templos, escolas e hospitais; dar pão àquele que tem fome e vestes ao nu; manter programas missionários e obreiros no campo; oferecer uma vida digna para a nossa família; estender a mão para socorrer o nosso próximo em suas necessidades.

Portanto, quem possui riquezas e bens não deve se julgar rico, mas apenas um administrador dos bens de Deus. A Palavra de Deus nos dá alguns princípios concernentes à maneira correta

de como nós, como cristãos, devemos ganhar, usar e aplicar o nosso dinheiro:

1. Saber a maneira correta de ganhar dinheiro (Gênesis 3: 19).
2. Fugir das práticas ilícitas de enriquecimento (Provérbios 28: 20).
3. Fugir da avareza ou do amor ao dinheiro (I Timóteo 6: 9-10).
4. Proporcionar boa manutenção no lar (I Timóteo 5: 8).
5. Evitar ser fiador de dívidas alheias (Provérbios 22: 26)
6. Pagar os impostos (Romanos 13: 7).
7. Pagar salário justo aos seus trabalhadores (Tiago 5: 1-5).
8. Saber que quem tem como tesouro o seu dinheiro, terá seu coração escravizado (Lucas 12: 34).
9. Estar satisfeitos tendo as necessidades essenciais desta vida supridas, como alimento, vestuário, teto etc.

Por outro lado, a Bíblia também descreve a vida do preguiçoso. No Livro de Provérbios encontramos vários textos sobre o assunto. O mais conhecido de todos é: “Vai ter com a formiga, ó preguiçoso, considera os seus caminhos e sê sábio” (Provérbios 6: 6).

O bicho preguiça na natureza é muito interessante. Ele não caça animais, mas se alimenta apenas de folhas, porém de maneira seletiva, não come qualquer uma. Sua postura é oposta a dos outros animais, pois vive nos galhos e não no chão. Vive pendurado e suas mãos funcionam como ganchos. Se não tiver um galho para se pendurar, fica estressado. Tem como característica peculiar a lentidão dos movimentos, o longo período de inatividade, a forma de se locomover e a postura. Ele não bebe água, pois a água que precisa para viver é absorvida do próprio alimento. É um animal dócil e indiferente ao que acontece ao

seu redor. Conhece o perigo, mas não reage. O bicho preguiça chega a dormir cerca de 14 a 16 horas por dia. Você conhece alguém assim?

Já as formigas têm um líder, tem ordem, tem horário, tem rota, tem tarefa definida. Elas trabalham com afinco para guardar sua comida para o inverno. Formigas nunca morrem de fome; entretanto, as preguiças, frequentemente, sim.

Do ponto de vista teológico podemos perceber a gravidade desse mal e entender o porquê da admoestação do autor bíblico em aprender com as formigas. Vejamos as características do preguiçoso:

1. Sua vida é cheia de dificuldades, atraso, medo e desapontamentos.
2. Sua vida é cercada de espinhos (Provérbios 15: 19).
3. Sua vida é cheia de perigos (Provérbios 22: 13).
4. Deseja, mas nunca alcança (Provérbios 13: 4).
5. Deseja, mas não quer trabalhar (Provérbios 21: 25).
6. A companhia de um preguiçoso traz sérios problemas (Provérbios 10: 26).

O apóstolo Paulo tratou desse assunto de forma taxativa quando confrontou os preguiçosos da Igreja em Tessalônica. Os irmãos que andavam desordenadamente eram desocupados e inimigos do trabalho, como disse Paulo: “Porquanto ouvimos que alguns entre vos andam desordenadamente, não trabalhando, antes fazendo coisas vãs. A esses tais, porém, mandamos e exortamos, por nosso Senhor Jesus Cristo, que, trabalhando com sossego, comam o seu próprio pão” (II Tessalonicenses 3: 11-12). Sem ocupação própria, tais preguiçosos se intrometiam nos negócios alheios.

5.12 A ética cristã e a eutanásia⁷

Eutanásia é uma palavra originada do termo grego *euthánatos* (*eu* significa “bom/boa”; *thánatos* significa “morte”) e indica “morte boa” ou “sem grandes sofrimentos”. Assim sendo, só dá para se falar em *eutanásia* quando alguém padece de grande sofrimento físico ou mental.

A palavra *eutanásia* surgiu no século XVII pelo filósofo inglês Francis Bacon, que a designou como sendo a função do médico, quando este proporciona aos seus pacientes uma morte indolor, calma e doce. Hoje em dia, a expressão passou a ser utilizada para designar a morte de uma pessoa que sofre de enfermidade incurável ou muito penosa, sendo um procedimento visto como meio para banir a agonia demasiadamente longa e dolorosa do chamado *paciente terminal*.

Historicamente, podemos afirmar que a eutanásia não é um fenômeno recente, muito pelo contrário, encontramos vestígios de sua existência em civilizações e povos antigos.

Em Atenas, na Grécia, o senado ordenava a eliminação de anciões, ministrando-lhes bebida venenosa (*conium maculatum*) em banquetes especiais. Os celtas matavam as crianças disformes, os velhos inválidos e os doentes incuráveis.

Na Índia, eram lançados no rio Ganges os incuráveis, que antes disso tinham a boca e as narinas vedadas com lama sagrada. Entre os birmaneses, havia a prática de se enterrar vivos os enfermos graves e os idosos, como forma de poupá-los de maior sofrimento. Recentemente, na Alemanha nazista, a pretexto de purificação da raça, houve o holocausto de milhões de pessoas.

⁷ As informações desta seção são baseadas principalmente em Pallister (2005).

A Igreja, de um modo geral, é contra a eutanásia, pois entende que o término da vida provocado pelo homem é contra a Palavra de Deus, que explicitamente adverte sobre isso, dizendo: “O Senhor é o que tira a vida e a dá; faz descer à sepultura e faz tornar a subir dela” (I Samuel 2: 6). Portanto, entendemos que somente Deus dá o dom da vida e somente Ele pode tirá-la; nem médico, nem enfermeira, nem os familiares têm o poder de decidir ou provocar a morte de alguém.

5.13 A ética cristã e os vícios

O termo *vício* refere-se a uma prática irresistível de mau hábito, em especial de consumo de bebida alcoólica, de cigarros, de drogas etc. Tal definição já evidencia algo que o ser humano não deveria estar praticando, ou seja, ninguém se vicia em boas obras.

Alguém viciado se torna dependente, não consegue dominar seu desejo. Os vícios mais comuns são aqueles que prejudicam diretamente o bem-estar físico do indivíduo, como o alcoolismo, as drogas ilícitas e o fumo. Vale lembrar que estes são apenas os mais comuns com os quais nos deparamos, mas toda e qualquer prática que aprisiona o homem naquilo que não o edifica é um vício.

Existem certos vícios que são processados apenas no plano psicológico, como assistir demasiadamente a filmes, novelas, jogos esportivos; e há os que causam maior dano, que são os jogos de azar (loterias, bingos etc.), os quais são responsáveis por muitos males sociais, emocionais e jurídicos. Um dos primeiros efeitos desse vício é o empobrecimento.

O apóstolo Paulo nos adverte quanto ao lícito e ao conveniente, dizendo: “Todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas convêm; todas as coisas me são lícitas, mas eu não me deixarei dominar por nenhuma” (I Coríntios 6: 12). O jogo, ainda que seja legalizado, não está de acordo com a Lei de Deus.

Vejamos: É justo que eu deseje que meu próximo perca e eu ganhe? O plano de Deus é que vivamos do esforço de nosso trabalho e não de riqueza fácil, como escreveu Paulo: “Aquele que furtava não furtar mais; antes trabalhai, fazendo com as mãos o que é bom, para que tenha o que repartir com o que tiver necessidade” (Efésios 4: 28).

Outro grande vício que se tem configurado numa pandemia que compromete não só a saúde da população como também a economia do país e o meio ambiente é o consumo de cigarros.

O tabagismo causa mais mortes prematuras no mundo do que a soma de mortes provocadas por cocaína, heroína, álcool, acidentes de trânsito, incêndios e suicídios. Por ano, morrem cerca de 3 milhões de pessoas em todo o mundo por doenças causadas direta ou indiretamente pelo consumo de cigarros.

A Bíblia diz que somos templo do Espírito Santo, portanto, nosso corpo deve glorificar a Deus (I Coríntios 3: 16).

5.14 A ética cristã e o aborto⁸

O aborto ocorre por meio de uma ação ou efeito de expulsar prematuramente do útero o produto da concepção: embrião ou

⁸ As informações desta seção são baseadas principalmente em Pallister (2005).

feto. É a interrupção dolosa e anormal de uma vida que está em fase de desenvolvimento.

Existem dois tipos de aborto, o **natural** e o **induzido**. O **aborto natural** ocorre quando as mulheres têm dificuldades biológicas em reter o feto no seu útero e o expõem do seu corpo, e isso contra a sua vontade. Já o **aborto induzido** é aquele que é realizado com o consentimento prévio da mãe, geralmente efetuado por um médico e com a ajuda de aparelhos e métodos para matar, aspirar e expelir a vida que está no ventre da progenitora.

Para alguns povos antigos, era comum matar filhos indesejados mesmo depois de nascidos. Neste nosso mundo descrito como *pós-moderno*, a opinião da Bíblia vale muito pouco. Todavia, pelo fato de ser impossível livrar-se de sua influência, alguns têm distorcido seu sentido.

Independentemente do que os defensores do aborto alegam, entendemos que o feto é uma pessoa, e, como tal, possui alma e espírito concedidos por Deus por ocasião da concepção. Vale ressaltar que a vida humana, do seu início ao fim, está em grande parte encoberta por um véu de mistério que só o próprio Criador e Sustentador conhece.

A Bíblia utiliza-se das mesmas palavras hebraicas para descrever os ainda não nascidos, os bebês e as crianças. O Novo Testamento, o grego, utiliza-se das mesmas palavras para descrever crianças ainda não nascidas, os bebês e as crianças, o que indica uma continuidade desde a concepção à fase de criança, e daí até a idade adulta.

A palavra grega *brephos* é empregada com frequência no Novo Testamento para os recém-nascidos, para os bebês e para as crianças mais velhas (Lucas 2: 12-16; 18: 15; I Pedro 2: 2). Em (Atos 7: 19), por exemplo, *brephos* refere-se às crianças mortas

por ordem do faraó. Mas em Lucas (1: 41-44), a mesma palavra é empregada referindo-se a João Batista, enquanto ainda não havia nascido e estando no ventre de sua mãe.

No Novo Testamento, a palavra hebraica *yeled* é usada normalmente para se referir a filhos (ou seja, uma criança, um menino etc.), mas em Êxodo (21: 22) é utilizada para se referir a um filho no ventre. Em Gênesis (25: 22), a palavra *yeladim* (filhos) é usada para se referir aos filhos de Rebeca que se empurravam enquanto ainda no ventre materno. Em Jó (3: 3), usa-se a palavra *geber* para descrever sua concepção: “Foi concebido um homem!” (literalmente, “foi concebida uma criança homem”). Mas a palavra *geber* é um substantivo hebraico normalmente utilizado para traduzir a ideia de um “homem”, um “macho”, ou, ainda, um “marido”. Em Jó (3: 11-16), ele equipara a criança ainda não nascida (“crianças que nunca viram a luz”) a reis, conselheiros e príncipes.

Todos esses textos bíblicos e muitos outros indicam que Deus não faz distinção entre vida em potencial e vida real, ou em delinear estágios do ser – ou seja, entre uma criança ainda não nascida no ventre materno em qualquer que seja o estágio e um recém-nascido ou uma criança.

As Escrituras pressupõem reiteradamente a continuidade de uma pessoa, desde a concepção até o ser adulto. Aliás, não há qualquer palavra especial utilizada exclusivamente para descrever o ainda não nascido que permita distingui-lo de um recém-nascido, no tocante a ser e com referência ao seu valor pessoal.

5.15 A ética cristã e a sexualidade

A sociedade moderna tem sido bombardeada de forma avassaladora e contagiante pelo mau uso da sexualidade. O sexo fora do casamento, o abandono (Carta aos Romanos 1-27), o estupro, a prostituição infantil e a pornografia a cada dia que passa são identificados com mais intensidade na sociedade. O que temos na atualidade não é somente um comportamento imoral, mas uma perda dos critérios morais. A sociedade enfrenta não apenas um colapso moral, mas um colapso de significado. Os valores absolutos não somente deixaram de ser observados, mas também têm sido escarnecidos. Inegavelmente, o pós-modernismo tem uma endêmica aversão pela questão da verdade.

Há uma orquestração de forças mortíferas contra a família. Essa antiga instituição tem sido atacada com fúria indomável. A família tem sido vigorosamente prejudicada pela perigosa propaganda sexual. Os fundamentos da nossa civilização têm sido destruídos porque não atentaram para a verdade absoluta da Palavra de Deus: “Não removas os antigos limites que teus pais fizeram” (Provérbios 22: 28).

O inevitável resultado do relativismo dessa era é notório na falência dos valores morais, na fraqueza da família e no aumento vertiginoso da infidelidade conjugal. A sodomia tem sido incentivada como uma opção sexual legítima. Os meios de comunicação fazem apologia a essa prática, sob aplausos de grandes expoentes da política nacional.

O relacionamento marital é santo aos olhos de Deus. O sexo é santo. Fora do casamento, o sexo torna-se uma força destrutiva, mas dentro do casamento, é um compromisso de fidelidade e

amor. O casamento é o meio estabelecido por Deus para evitar o pecado sexual e, ao mesmo tempo, proporcionar prazer ao ser humano. Trata-se do meio legítimo para se desfrutar do sexo com pureza, santidade e segurança. A Palavra de Deus diz: “Venerado seja entre todos o matrimônio e o leito sem mácula; porém, aos que se dão à prostituição, e aos adúlteros, Deus os julgará” (Hebreus 13: 4). Semelhantemente, qualquer relação sexual fora do casamento é pecado. Deus julgará os impuros e adúlteros (Hebreus 13: 4); os adúlteros não herdarão o reino de Deus (I Coríntios 6: 9).

A mesma Escritura que diz que o sexo antes e fora do casamento é pecado, também diz que o sexo no casamento é uma ordenança. O que é uma proibição para os solteiros, é um mandamento para os casados: “Não vos priveis um ao outro, senão por consentimento mútuo por algum tempo, para vos aplicardes ao jejum e à oração; e depois ajuntai-vos outra vez, para que Satanás não vos tente pela vossa incontinência” (I Coríntios 7: 5).

Mais do que um mandamento, o sexo no casamento é também uma bênção. Esse princípio foi estabelecido por Deus na criação, refutando o mito de que o pecado original estava relacionado ao sexo, e que o sexo era fruto proibido. Assim dizem as Escrituras: “E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a Terra, e sujeitai-a [...] E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom.” (Gênesis 1: 27-28, 31).

Além de ser santo, de ser uma ordenança e uma bênção, o sexo no casamento é também uma fonte de prazer. A Palavra de Deus aborda de maneira clara e sem rodeios esse sublime assunto:

Bebe água da tua fonte, e das correntes do teu poço. Derramar-se-iam as tuas fontes por fora, e pelas ruas os ribeiros de águas? Sejam para ti só, e não para os estranhos contigo. Seja bendito o teu manancial, e alegra-te com a mulher da tua mocidade. Como serva amorosa, e gazela graciosa, os seus seios te saciem todo o tempo; e pelo seu amor sejas atraído perpetuamente. E porque, filho meu, te deixarias atrair por outra mulher, e te abraçarias ao peito de uma estranha? (Provérbios 5: 15-20)

O intercuro sexual antes do casamento é considerado **fornicção**, enquanto o intercuro fora do casamento é **adulterio**. Sob a lei do Antigo Testamento, aqueles que se envolviam em relações sexuais pré-maritais eram obrigados a se casar: “Quando um homem achar uma moça virgem, que não for desposada, e pegar nela, e se deitar com ela, e forem apanhados, então o homem que se deitou com ela dará ao pai da moça cinquenta siclos de prata; e porquanto a humilhou, lhe será por mulher; não a poderá despedir em todos os seus dias” (Deuteronômio 22: 28-29).

Os meios de comunicação, principalmente a TV, promovem verdadeiros cursos de iniciação sexual e de prostituição, incentivando práticas pecaminosas. O sexo fora dos princípios estabelecidos por Deus gera desvios de conduta, vícios degradantes, sentimentos de culpa e vergonha, feridas incuráveis e danos irreparáveis. A plena realização sexual só pode ser experimentada por meio de um casamento heterossexual, monogâmico e indissolúvel.

O corpo deve ser usado para santificação e honra, pois foi criado para servir ao Senhor, e não para a imoralidade; deve ser palco de santidade, e não de obscenidade; é para ser honrado, e não mercadejado ou desonrado pela sensualidade inflamada.

Os gentios usam seus corpos com lascívia, desejo impuro e paixão inflamada porque eles não conhecem Deus. Eles são impuros, fornicadores, adúlteros e promíscuos porque são vazios e não têm relacionamento com Deus. Para aqueles que não conhecem Deus, o sexo pré-marital não é pecaminoso, mas uma “prova de amor”.

Os cristãos não devem imitar os gentios nem as práticas destes, pois está escrito: “Porque esta é a vontade de Deus, a vossa santificação; que vos abstenhais da prostituição” (I Tessalonicenses 4: 3).

Aquele que permanece no pecado da impureza e não o confessa nem o deixa, não encontrará misericórdia, pois a Palavra de Deus diz: “Não erreis: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os roubadores herdarão o reino de Deus” (I Coríntios 6: 9-10).

O apóstolo Paulo é claro ao dizer: “Porque bem sabeis isto: que nenhum devasso, ou impuro, ou avarento, o qual é idólatra, tem herança no reino de Cristo e de Deus. Ninguém vos engane com palavras vãs; porque por estas coisas vem a ira de Deus sobre os filhos da desobediência” (Efésios 5: 5-6). Ainda o apóstolo João escreve: “Mas, quanto aos tímidos, e aos incrédulos, e aos abomináveis, e aos homicidas, e aos fornicadores, e aos feiticeiros, e aos idólatras e a todos os mentirosos, a sua parte será no lago que arde com fogo e enxofre; o que é a segunda morte” (Apocalipse 21: 8).

Questionário de ética cristã

1. Indique a origem e a definição da palavra *ética*.
2. Segundo os antigos filósofos, Sócrates, Platão e Aristóteles, a ética fazia parte de um dos seis sistemas tradicionais da filosofia. Quais são esses sistemas?
3. Indique algumas das várias classes da ética.
4. Qual é o significado do termo *ethos* no Novo Testamento?
5. Aponte as diferenças entre moral e ética.
6. O que é a ética para o cristão?
7. Qual o significado da palavra “avarento”?
8. De que modo o cristão deve utilizar a riqueza?
9. Qual é a posição da Igreja em relação à eutanásia? Explique.

Referências

- ADAMS, J. E. **Conselheiro capaz**. 3. ed. São Paulo: Fiel, 1982.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Paulus, 2002.
- BONHOEFFER, D. **Ética**. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal, 1985.
- CAMARGO, M. **Fundamentos da ética geral e profissional**. 6. ed. São Paulo: Vozes, 1999.
- CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2004.
- CORTINA, A.; MARTINEZ, E. **Ética**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

- DURANT, W. **A história da filosofia**. 2. ed. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- GEISLER, N. **Ética cristã: alternativas e questões contemporâneas**. São Paulo: Vida Nova, 2003.
- GULA, R. M. **Ética no ministério pastoral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- HOLMES, A. F. **Ética: as decisões morais à luz da Bíblia**. 5. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.
- KESSIER, N. **Ética pastoral**. 12. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.
- KEZEN, S. Ser humano. **P@rtes**, São Paulo, ano 4, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/ed48/reflexao.asp>>. Acesso em: 26 ago. 2015.
- LADD, G. E. **Teologia do Novo Testamento**. 2. ed. rev. São Paulo: Hagnos, 2004.
- LIMA, E. R. de. **Ética cristã**. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.
- PACKER, J. I. **O conhecimento de Deus**. 2. ed. Tradução de Cleide Wolf e Rogério Portela. São Paulo: Mundo Cristão, 2005.
- PALLISTER, A. **Ética cristã hoje**. São Paulo: Shedd, 2005.
- PEARCEY, N. **Verdade absoluta: libertando o cristianismo de seu cativeiro cultural**. Tradução de Luis Aron de Macedo. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.
- PEGORARO, O. **Ética dos maiores mestres através da história**. Petrópolis: Vozes, 2006.

REIFLER, H. U. **A ética dos dez mandamentos**. São Paulo: Vida Nova, 1992.

RICHARDON, D. **O totem da paz**. 3. ed. Belo Horizonte: 2007.

SUMA TEOLÓGICA. **A Lei moral 2**: Lewis e a lei natural. [S.l.], 4 fev. 2010. Disponível em: <<https://sumateologica.wordpress.com/2010/02/04/a-lei-moral-2-lewis-e-a-lei-natural/#more-888>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

VASCONCELOS, U. **Ética**: filosofia moral. Disponível em: <<http://colegiocastanheira.com.br/download/espaco-filosofico/filosofia-em-pronto.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

VAZ, H. C. de L. **Escritos de filosofia**: introdução à ética filosófica. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002. v. 4.

Respostas

1. A origem da palavra *ética* vem do grego *ethos*, que significa “costume”, “disposição” ou “hábito”. Os romanos traduziram o termo grego *ethos* para o latim *mos* (ou no plural *moris*), que quer dizer “costume”, de onde vem a palavra *moral*. Tanto *ethos* (caráter) como *mos* (costume) indicam um tipo de comportamento propriamente humano, que não é natural, ou seja, o homem não nasce com ele como se fosse um instinto, mas é “adquirido ou conquistado por hábito” (Vasconcelos, 2015).

Portanto, *ética*, pela própria etimologia, diz respeito a uma realidade humana que é construída histórica e socialmente, a partir das relações coletivas dos seres humanos nas sociedades onde nascem e vivem. Desse modo, a ética estuda os deveres do indivíduo isoladamente ou coletivamente.

2. 1) política; 2) lógica; 3) gnosiologia; 4) estética; 5) metafísica; 6) ética.

3. Existem várias classes da ética: a ética moral e cívica – que pode ser familiar, social ou religiosa; a ética cultural – que engloba costumes, hábitos, rituais e cerimônias; a ética cristã – conjunto de regras de conduta para o cristão, tendo por fundamento a Palavra de Deus.
4. O termo *ethos* aparece diversas vezes no Novo Testamento, significando “conduta, comportamento, porte e compostura”.
5. Em primeiro lugar, ética não se confunde com moral e nem tampouco com valores. A moral é um conjunto de regras de conduta e lugar, para uma determinada pessoa ou grupo de pessoas. A partir daí, podemos dizer que existem várias e diversas morais. Há ainda quem diferencie *moral* e *ética* de vários modos: 1) *ética* é princípio, *moral* é aspecto de conduta específica; 2) *ética* é permanente, *moral* é temporal; 3) *ética* é universal, *moral* é cultural; 4) *ética* é regra, *moral* é conduta da regra; 5) *ética* é teoria, *moral* é prática.
6. Para o cristão, a ética pode ser entendida como um conjunto de regras de conduta aceitas pelos cristãos, tendo por fundamento a Palavra de Deus. Para os que creem em Jesus Cristo como Salvador e Senhor de suas vidas, o certo e o errado devem ter como base a Bíblia Sagrada, considerada como “regra de fé e prática”, conforme bem a definiram Martinho Lutero (1483-1546) e outros reformadores.
7. A palavra grega usada para o termo *avarento* é *philarguros-phileō*, que significa “amar”, e *arguros*, que significa “prata”. Portanto, literalmente, *avarento* significa “amante da prata”, isto é, “amantes do dinheiro”.
8. O cristão não deve se apegar à riqueza como garantia pessoal, pelo contrário, deve abrir mão delas, colocando-as nas mãos de Deus, para uso no Seu Reino, promoção da causa de Cristo na Terra e salvação dos perdidos e atendimento às necessidades do próximo. É por meio do dinheiro que podemos: construir templos, escolas e hospitais; dar pão àquele que tem fome e vestes ao nu; manter programas missionários e obreiros no campo; oferecer uma vida digna para a nossa família; estender a mão para socorrer o nosso próximo em suas necessidades. Portanto, quem possui riquezas e bens não deve se julgar rico, mas apenas um administrador dos bens de Deus.

9. A Igreja, de um modo geral, é contra a eutanásia, pois entende que o término da vida provocado pelo homem é contra a Palavra de Deus, que explicitamente, adverte sobre isso, dizendo: “O Senhor é o que tira a vida e a dá; faz descer à sepultura e faz tornar a subir dela” (I Samuel 2: 6). Portanto, entendemos que somente Deus dá o dom da vida e somente Ele pode tirá-la; nem médico, nem enfermeira, nem os familiares têm o poder de decidir ou provocar a morte de alguém.



UNINTER

O que é a **psicologia pastoral**? Quais são os princípios do **aconselhamento** pastoral? Quais são os aspectos práticos que circundam **gestão ministerial**? O que a palavra **missão** significa no contexto cristão? Como é estruturada a **Bíblia**, em que língua foi originariamente escrita, como aconteceram suas tantas traduções? Como discutir a ética e a **ética cristã**? O que é preciso refletir a respeito dos **Dez Mandamentos**? Como o **aborto**, a **sexualidade** e a **eutanásia** estão sendo discutidos pela igreja?

Nesta obra, essas e tantas outras questões serão aqui profundamente discutidas. Convidamos você a refletir conosco!

 EDITORA
intersaberes

ISBN 978-85-443-0347-4



9 788544 303474